

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

A FRASE NO TEXTO: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA DA SUBORDINAÇÃO
NO ENSINO DA GRAMÁTICA

Dissertação de Mestrado apresenta-
da ao Departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da Lingua-
gem.

Orientador:

Profa. Dra. CHARLOTTE C. GALVES

MARIA LUIZA COELHO DAL RIO

*Este exemplar é a redação
final da tese defendida por
CAMPINAS Maria Luiza Coelho Dal Rio
e aprovada pela Comissão Julgadora
1987 em 23/10/87*

Ch. Galves

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

REGISTRO MEUS AGRADECIMENTOS:

- à Profa. Dra. CHARLOTTE CHAMBELLAND GALVES, pelo apoio, paciência, dedicação e disponibilidade com que orientou este trabalho, na esperança de ter justificado sua confiança;
- à Profa. Dra. INGEDORE G. VILLAGA KOCH, pela atenção, gentileza e disponibilidade e pelas sugestões e discussões que nortearam alguns aspectos deste trabalho;
- ao Prof. Dr. EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA GUIMARÃES, pela gentileza de ter-me dedicado parte de seu tempo na discussão de aspectos desse trabalho;
- ao Prof. Dr. ATALIBA DE CASTILHO por valiosas sugestões bibliográficas;
- aos Profs. Dr. JOSÉ CARLOS P.A. FILHO e Dra. MARILDA DO COUTO CAVALCANTI pela atenção e sugestões no início do meu projeto de pesquisa, ocasião em que frequentava o curso de pós-graduação que ministravam;
- ao ROGERIO SEREDIUK, pela dedicação no trabalho datilográfico;
- ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq) e COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) pelo auxílio financeiro;

- àqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este projeto chegasse ao final. A todos, uma palavra de carinho.

Para:

meu pai NORBERTO (in memoriam) e
minha mãe MARIQUITA, meus primeiros grandes
mestres

PEDRO, pelo apoio, paciência e compreensão

ANA CRISTINA e RAQUEL, duas grandes razões
do meu trabalho

Í N D I C E

	Págs.
I N T R O D U Ç Ã O	11
PRIMEIRA PARTE - A GRAMÁTICA TRADICIONAL E SUA ABORDAGEM SOBRE O PERÍODO COMPOSTO	14
1. SITUAÇÃO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS	16
NOTAS	23
2. ESTUDO DA ORAÇÃO	24
2.1 Uma proposta mais moderna no estudo da oração	34
NOTAS	41
3. ESTUDO DO PERÍODO COMPOSTO	42
NOTAS	59
4. CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE	60
SEGUNDA PARTE - UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA DA SUBORDINAÇÃO NO ENSINO DA GRAMÁTICA	63
I N T R O D U Ç Ã O	65

1. FRASE	68
1.1 A Frase como Estrutura	68
1.2 Oração	72
1.3 Princípios de Organização da Estrutura Frasal	73
NOTAS	80
2. FRASES COMPLEXAS	81
2.1 Oração Principal	82
2.2 Tipos de Subordinadas	86
NOTAS	97
3. COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	98
3.1 Necessidade de Revisão da Atual Conceituação	98
3.2 Conceito de Coordenação e Subordinação	107
3.3 Classificação das Conjunções	119
NOTAS	129
4. PRESSUPOSIÇÃO	132
NOTAS	142
5. SUBORDINADAS CIRCUNSTANCIAIS E PRESSUPOSIÇÃO	144
5.1 Subordinadas Temporais	144
5.2 Subordinadas Causais	146
5.3 Hierarquização da Informação	150
5.4 Ordem - Noção de Tópico/Comentário e Pressuposição	152
NOTAS	170

6. SUBORDINADAS CIRCUNSTANCIAIS E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL ...	171
6.1 Subordinação e Pressuposição: à Guisa de uma Síntese	177
NOTAS	183
7. SUBORDINADAS RELATIVAS E PRESSUPOSIÇÃO	184
7.1 Nível da frase	184
7.2 Nível do Texto	192
NOTAS	197
TERCEIRA PARTE - SUGESTÕES PARA UMA APLICAÇÃO PRÁTICA ...	198
INTRODUÇÃO	200
1. A FRASE	201
NOTAS	205
2. FRASE COMPLEXA	206
2.1 Subordinadas Completivas	209
2.2 Subordinadas Circunstanciais	216
2.3 Subordinadas Relativas	226
NOTAS	233
3. SUBORDINAÇÃO NO NÍVEL DOS TEXTOS	234
3.1 Subordinação em Artigo de Jornal	234
3.1.1 Constituição dos Textos	239
3.1.2 Organização das Frases	241
3.1.3 Especificidade dos Textos	255

3.2 A Subordinação no Texto Narrativo	257
3.3 A Subordinação no Texto Descritivo	262
3.3.1 Constituição do Texto	264
3.3.2 Organização das Frases	268
3.3.3 Especificidade do Texto	269
3.4 A Subordinação no Texto Argumentativo	270
NOTAS	274
C O N C L U S ã O	275
B I B L I O G R A F I A	281

Se é verdade que as coisas, as representações e as percepções devem à língua sua existência, e se é verdade que não podemos atingir o que está em nós ou fora de nós senão pelo revestimento da língua, então ela é, sem dúvida alguma, por um lado a condição indispensável de todo conhecimento; mas, por outro lado, impõe-nos entraves de que não podemos libertar-nos

(Malmberg)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem alternativa do estudo da subordinação, contrapondo-se à abordagem que dela faz a Gramática Tradicional. É uma tentativa de unir teoria linguística e prática de ensino da língua materna.

Iniciamos o trabalho com uma análise crítica da abordagem que as gramáticas tradicionais fazem das frases complexas (período composto). A um estudo que se atém às frases isoladas e a um conceito de linguagem apenas enquanto instrumento neutro de comunicação, contrapomos um que se baseia numa concepção de linguagem como ação e que analisa a frase no texto, entendendo-a como uma unidade sintático-semântica.

Após conceituarmos coordenação e subordinação, procuramos articular recursos sintáticos, como o da ordem e da escolha de uma construção subordinada, com a noção de pressuposição. Com isso, demonstramos que é produtivo um estudo das frases complexas que proporcione reflexão sobre o uso das construções subordinadas, sobre as relações estabelecidas pelas conjunções, seus valores específicos no texto. Focalizamos as subordinadas circunstanciais e relativas, cujo uso não é arbitrário, já que, como podem ser meio de expressão de pressupostos, participam da organização textual.

No final do trabalho, apresentamos sugestões de exercícios e análise das subordinadas no texto com o objetivo de apresentar subsídios de como passar ao aluno as noções por nós discutidas.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vêm-se acentuando críticas à Gramática Tradicional (GT de agora em diante) em que falhas são apontadas, de um lado pelas pesquisas lingüísticas e, de outro, pela prática de ensino da Língua Portuguesa.

Podemos resumir em alguns pontos básicos os problemas apontados na GT: inconsistência teórica; falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo e o enfoque centrado em uma única variedade da língua: o padrão culto (escrito) conforme uma norma que é, geralmente, a de grandes escritores de séculos passados, com exclusão das outras variantes. Sendo assim, essa Gramática, reproduzida nos livros didáticos, não tem sido satisfatória como base para o ensino hoje.

Dado o fato de que o conhecimento lingüístico precisa e deve se reverter em melhoria do ensino, torna-se necessário estabelecer pontes entre os dados científicos da Lingüística, a Metodologia e a prática de ensino, não nos esquecendo dos determinantes sociais que atuam sobre as condições de produção de ensino/aprendizagem. Nesse sentido, ou seja, na tentativa de unir teoria lingüística e prática de ensino, nosso trabalho tem por objetivo propor alternativas para o tratamento da sintaxe relativamente ao ensino desta no 1º e 2º graus. Como aspecto específico da sintaxe, será enfocada a subordinação. Nossa proposta é a de apresentar subsídios de como levar o aluno a refletir sobre a língua, em particular sobre o uso da subordinação, de uma forma integrada a um trabalho sobre o texto. A es-

colha recaiu sobre a subordinação, um entre os pontos de Gramática, por ser um problema sintático que é lugar importante de articulação entre a frase e o discurso.

Trata-se de procura de teoria lingüística alternativa que permita uma mudança de postura frente ao uso da língua, uma vez que não basta ser uma teoria descritivamente adequada. Como afirma Perini (1985, p.7) "mais do que a substituição de uma doutrina gramatical por outra... creio que se deve almejar a criação de novas atitudes, caracterizadas por maior responsabilidade teórica, maior rigor de raciocínio, libertação do argumento da autoridade - em uma palavra: mais espírito crítico".

É oportuno explicitar que consideramos Gramática, na perspectiva de nosso trabalho, como o estudo de fenômenos observados não isoladamente de todo contexto, mas situados em conjuntos contextuais mais amplos, como tipos de texto, condições em que a comunicação se efetua. Tentaremos adequar uma metodologia a essa concepção, bem como uma concepção de linguagem não só enquanto instrumento neutro de comunicação, mas enquanto ação sobre o outro e o mundo. Nosso trabalho seguirá a perspectiva de uma teoria lingüística que se mostre como teoria da ação e, nesse sentido, é fundamental chegarmos a uma gramática integrada ao ensino que desenvolva a capacidade de análise lingüística, de compreensão e produção de textos, levando o aluno à recuperação, sistemática e assistemática, de sua capacidade intuitiva de comparar, selecionar e avaliar formas lingüísticas.

Tendo em vista que as construções sintáticas complexas têm a ver com o texto, portanto são participantes da estrutura do discurso, incluiremos neste trabalho sobre subordinação traços

da análise do discurso, ou seja, estudo da organização da expressão lingüística além do nível do período. Assim, nos ocuparemos de traços discursivos que constituem o que Perini chama de status funcionais como o de Ideico e Comentário, Posto e Pressuposto, Dado e Novo que dizem respeito não propriamente ao conteúdo da mensagem, mas à maneira pela qual o conteúdo é apresentado no discurso. Ligados a esses traços estão recursos sintáticos que a língua possui, em particular a ordem e a escolha de orações subordinadas.

Podemos resumir o desenvolvimento de nosso trabalho em três etapas principais: uma primeira em que faremos uma apresentação da abordagem da GT sobre o período composto, começando pelo tratamento que dá à oração; uma segunda etapa em que vamos contrapor aos dados da GT outros tipos de considerações que permitem uma articulação da descrição sintática com a descrição de traços discursivos, ou seja, abordaremos a sintaxe (especificamente a subordinação) como participante da estrutura do discurso, considerando a subordinação da frase para o texto, com o qual têm a ver os períodos compostos; uma terceira etapa consistirá numa proposta pedagógica propriamente dita, quer dizer, em como passar isso para o ensino do Português de modo a levar o aluno a refletir sobre a língua, em particular sobre a subordinação e suas implicações na compreensão e produção de textos.

Consideramos válido mostrar como é possível uma outra abordagem de fatos gramaticais. Na realidade, o que está em jogo não é só uma teoria lingüística mais adequada que a GT, mas também uma mudança de postura frente ao uso e ensino da língua materna.

PRIMEIRA PARTE

A GRAMÁTICA TRADICIONAL E SUA ABORDAGEM
SOBRE O PERÍODO COMPOSTO

"Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo"

(Guimarães Rosa, Grande_Sectô: Veredas)

Capítulo 1

SITUAÇÃO ATUAL DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Inicialmente, gostaríamos de deixar claro que nossas críticas não visam a este ou àquele gramático, mas a um conteúdo gramatical que se repete há séculos e que, por várias razões, conforme veremos adiante, não se tem mostrado eficaz enquanto básico, meio e fim do ensino atual de língua materna.

Toda gramática envolve uma concepção de língua que descreve, constrói-se em pressupostos lingüísticos. Definida de modo grosseiro, nossa gramática escolar vive de uma aquisição que data dos séculos XVI-XVIII e apresenta, no dizer de E. Genouvrier e J. Peytard (1973) três linhas de força: o desejo de reduzir a língua portuguesa aos modelos da latina; o esforço por evidenciar as relações da língua com a razão e a lógica; o desejo de consagrar o Português como língua de cultura, e portanto de definir suas normas e impô-las em seguida.

O anacronismo do nosso ensino gramatical é vivenciado por professores e alunos de 1º e 2º graus; a atual pedagogia já não coincide com o contexto escolar onde se situa. Esta situação de "cheque" em que se encontra a GT pode estar em evidência agora, mas desde há muito vêm sendo esboçadas propostas de revisão crítica dos estudos gramaticais.

Joaquim M. Câmara Jr. (1969), no seu livro Problemas de Lingüística Descritiva, (1) denuncia o ensino gramatical na escola como uma perturbação, antes do que um auxílio, para um uso

lingüístico adequado. Herculano de Carvalho (1969), em seus *Estudos Lingüísticos*, ao abordar o ensino da Gramática portuguesa diz que "os compêndios gramaticais continuam ainda a oferecer uma terminologia obsoleta e errônea ..."(2). Os próprios gramáticos reconhecem a necessidade de uma revisão crítica: "Ninguém ignora que a Gramática está em crise", afirma Gladstone Chaves de Melo (1970) no prefácio de sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Amini B. Haug (1986), em seu livro *Da Necessidade de Uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*, demonstra a ausência de espírito crítico, presença de definições falsas, má exemplificação, diversidade de conceituação e consequente multiplicidade de análise, falta de revisão rigorosa nas edições e reedições de compêndios gramaticais. Celso P. Luft (1985), professor de Português, embora autor de Gramática e de manuais de ortografia, dicionarista, apresenta duras críticas em seu livro *Língua e Liberdade*, dirigidas a um ensino gramatizante da Língua Portuguesa e a uma gramática com um fim em si mesma, constituída de regras a serem memorizadas: "A verdadeira Gramática, imanente à linguagem, é alvo vivo, por isso flexível. Não assim a Gramática disciplina, código normativo, que tende à fixação e inflexibilidade, portanto à morte" (3). Ainda de Celso Luft: "Infelizmente dispomos de poucos estudos efetivos de análise e descrição da língua, do seu potencial expressivo. Nossas Gramáticas normalmente nada têm disso, ou muito pouco (4). Rodolfo Ilari (1985), em *A Lingüística e o Ensino da Língua Portuguesa*, comenta que as gramáticas tradicionais, sobretudo em suas versões escolares, veiculam uma visão empobrecida das habilidades dos falantes de uma língua historicamente dada,

e servem ao propósito de manter uma estratificação sociolinguística tão rígida quanto possível.

E. Genouvrier e J. Peytard (1974), ao fazerem um balanço histórico das Gramáticas, afirmam que a concepção de língua nelas vigente é a mesma de séculos anteriores. Foi no século XVI que se elaboraram as primeiras gramáticas do Português. O contexto cultural da Renascença fez com que o Português retornasse à origem latina. Pessoas nutridas de Latim ou pedagogos preocupados em bem ensinar a língua recorriam às fontes romanas. Dessa forma, procurava-se provar a dignidade da Língua Portuguesa mostrando que ela se conformava à organização da língua de prestígio: o Latim. Daí, no século XVI, os gramáticos se ampararam na gramática latina para estabelecerem a gramática portuguesa. Como dizem Genouvrier e Peytard, não se pretende criticar o procedimento dos gramáticos da Renascença, mas sim mostrar que desde essa época se instalou uma tradição que submete a Gramática Portuguesa aos moldes da latina. Essa tradição se mantém em nossos dias, embora não tão forte como nos séculos anteriores. Muitas vezes deparamos com decisões que dificilmente se justificam de um ponto de vista sincrónico e português, no entanto explicam-se facilmente através do latim, o que revela preocupação de reencontrar categorias deste, as casuais por exemplo, na sintaxe portuguesa. O português não é o latim, não pode, portanto, entrar nos moldes deste; sendo mais analítico, resiste aos esquemas da língua latina, sintética. "é tempo de levar em conta os trabalhos de lingüística inclusive portuguesa, e propor uma gramática que seja fiel ao sistema da língua portuguesa, (5) querendo com isso dizer que ensinar português é, pelo menos, aceitar levar em conta sua estrutura.

Por outro lado, a abordagem dos fatos gramaticais presente nas gramáticas tradicionais e na maioria dos manuais escolares é a mentalista, por exemplo: verbo é a palavra que exprime ação ou estado; sujeito é o ser que pratica ou recebe a ação etc. Como essas, predominam definições, senão falsas, pelo menos contestáveis: em A estrada atravessa a cidade, o verbo exprime ação ou estado? Em O menino desmaiou, qual a ação do sujeito? Não é fácil reduzir os fatos de língua às categorias do pensamento.

No século XVII, em 1660, surge a Gramática de Port Royal com a qual o sentido toma o primeiro lugar nas análises, e o estudo das relações lógicas prevalece sobre o estudo das formas. A gramática mentalista é representada em Português por Jerônimo Soares Barbosa cuja gramática filosófica (Grammática Philo-soe-bica da Língua Portuguesa - Princípios da Gramática Geral Aplicada à Nossa Linguagem) editada em 1782, teve várias reedições e formou a dinastia de gramáticos nos dois séculos seguintes. Soares Barbosa afirma a dependência que liga a linguagem à lógica. Para ele, a Gramática é a arte que ensina a pronunciar, escrever corretamente qualquer língua. Ele divide a gramática em duas partes: uma mecânica (o ato de falar) e uma lógica (ato de discorrer). Segundo ele, "a gramática de qualquer língua ... deve ser uma verdadeira lógica, que ensinando a falar ensine ao mesmo tempo a discorrer" (Gramática Filosófica, pp. XI-XII).⁽⁶⁾

A partir de Soares Barbosa, a análise é valorizada progressivamente, no sentido de saber se este ou aquele fato cabe ou não nas definições e classificação contidas nas gramáticas, daí

o grande número de exceções e a ginástica intelectual para adequar teoria e prática de análise. No ensino hoje, gramática e análise (sobretudo as famosas análises sintáticas) tornaram-se praticamente equivalentes. O fato de os manuais modernos apresentarem textos para deles o professor retirar trechos, frases, palavras para comentários gramaticais não reduziu o prestígio das análises tradicionais, centradas num conteúdo mental destacado da forma linguística que o consubstancia.

As gramáticas vigentes também são criticadas pelo fato de prestigiarem a língua literária. O prestígio da língua literária clássica marcou durante muito tempo o nosso ensino e deu à gramática esse caráter normativo que ainda hoje perdura. A gramática define um estado de língua considerado como correto em função de uma norma fixada pelos teóricos ou aceita socialmente como o código correto, daí falar-se de erros de gramática. A tradição normativa continua pesando sobre o nosso ensino. "O espírito normativo compraz-se precisamente nas excentricidades: confissão da impotência para achar leis suficientemente gerais".(7) As gramáticas tradicionais dão um tratamento detalhado às exceções e ilustram as regularidades apenas por indicações esquemáticas e exemplos.

"O monopólio da língua literária no ensino secundário, a par da distorção essencial que representa, ainda se torna mais prejudicial por dois aspectos:

- 1º - A confusão entre as fases sucessivas da língua literária, com a tendência a insistir na língua literária clássica, que é justamente a menos pró-

pria para servir à sociedade e à cultura atual, até como língua literária exclusivamente, mas muito menos como língua padrão escrita;

2ª - A ênfase dada ao critério da "correção", entendida como um formulário de regras, tiradas de exemplo das "autoridades" literárias; como o que se perturba o sentimento lingüístico do estudante quando até não se cria nele uma verdadeira inibição para o eficiente emprego da língua escrita".(8)

Essas observações apontam, em síntese, para o caráter arbitrário e anti-pedagógico dos critérios de "correção" e "normatividade" de nossas gramáticas, seguidas pelas escolas, as quais atêm-se a uma atividade normativa, orientada para o conhecimento e o ensino do bem falar, ditando regras em matéria de Gramática; a este respeito ainda reina um dogmatismo cego, baseado na autoridade da regra o que afasta a atenção da realidade viva da língua.

As críticas mais frequentes à gramática escolar são relativas, portanto, à confusão interna e ineficácia dessa gramática como instrumento de ensino da língua materna, confusão dos planos formal e semântico, da morfologia e da sintaxe, do sistema português e do sistema latino.

Teríamos muito que citar ainda, pois são muitas as publicações de estudos lingüísticos e pareceres sobre a situação atual das gramáticas, uma situação crítica, necessitando uma revisão de seus conteúdos e métodos de abordagem dos fatos de língua,

mas não é nosso objetivo um levantamento exaustivo de tais publicações e pareceres, apenas pretendemos ilustrar a situação atual da gramática que, como vimos, não é de hoje que vem sendo reconhecidamente problemática, o que confirma a necessidade de abordagens alternativas para o estudo da Gramática na escola de 1ª e 2ª graus que impliquem novas atitudes frente ao ensino da língua.

NOTAS

1. Cf. p. 10 da obra citada
2. Cf. vol. 2, p. 217 da obra citada
3. Cf. p.23 da obra citada
4. idem, p.28
5. Cf. GENOUVRIER, E. e PEYTARD, J. Linguística e Ensino do Português. Trad. R. Ilari. Coimbra, Livraria Almedina, 1974, p. 138
6. Citado in Genouvrier, E e Peytard, J. (1974), p. 140
7. Cf. GENOUVRIER, E. e PEYTARD, J. (1974), p. 144
8. CÂMARA Jr., Mattoso, citado em Genouvrier, E. e Peytard, J. (1974), p. 145.

Capítulo 2

ESTUDO DA ORAÇÃO

A abordagem que fazem as Gramáticas Tradicionais Normativas com relação à sintaxe consiste em apresentar definições, classificações, exemplos geralmente extraídos de obras literárias de autores consagrados. Isso é reproduzido nos manuais escolares, também no nível da frase e transmitido aos alunos nas aulas de Português. Dessa forma, o que tem acontecido é que os alunos decoram as definições, mecanizam classificações através de exercícios com modelos e de reproduções de estruturas contidas nos exemplos. Há maior preocupação com a memorização de regras, de listas de formas e de nomes que com as habilidades de uso lingüístico. É o que anunciamos de modo geral no item anterior e pretendemos, agora, demonstrar mais especificamente em relação ao estudo que a gramática escolar faz da sintaxe.

Como já disse Rodolfo Ilari (1985), as Gramáticas escolares apresentam a sintaxe por meio de uma grande grade classificatória. Num primeiro momento, é descrita a sintaxe da oração com seus termos essenciais, integrantes e acessórios; num segundo momento, vem a sintaxe do período, classificado em simples e composto, este composto por coordenação e subordinação

O ensino de Gramática, na área de sintaxe, concentra-se nas famosas análises sintáticas.

"A análise sintática examina a estrutura do período, divide, classifica as orações que os constituem e reconhece a função sintática dos termos de cada oração".

(Cegalla-1978 - p.211)

Para realizar essa análise sintática, as gramáticas e os manuais começam pelo estudo, ou melhor, conceito de oração. Por isso que, embora nosso centro de interesse seja a subordinação, focalizaremos em primeiro lugar alguma coisa sobre o tratamento que é dado à oração pelas gramáticas tradicionais, afinal trata-se de uma noção com a qual se trabalha o tempo todo.

Chamamos a atenção, de início, para a discordância entre a análise gramatical vigente na GT e o enfoque logicista que predomina nos conceitos; além disso é interessante notar a diversidade de caracterização da estrutura oracional, determinada pela indistinção terminológica entre frase, oração, período.

"Oração é a frase - ou membro de frase - que se biparte normalmente em sujeito e predicado.

... Serve de modelo a frase declarativa, manifestação de um juízo, sem qualquer traço dominante de natureza emotiva, capaz de perturbar-lhe a organização gramatical".

(Rocha Lima - 1972-p.205)

Rocha Lima, gramático de grande penetração no ensino de Língua Portuguesa, conceitua oração sob o ponto de vista da Lógica Formal, identificando-a com proposição. Como afirma Amini

B. Haug (1986), se o logicista ensina que "a definição é um juízo analítico em que o atributo é ou idêntico ou essencial ao sujeito, ou próprio do sujeito", ou ainda, que "deve ser mais clara que o definido" e que "a definição é um juízo em que se enuncia o que é o sujeito e não simplesmente algo que o sujeito é"(1), a definição que Rocha Lima dá de oração não exprime nada de essencial, nem de próprio da oração, enquanto objeto a ser definido. Argumenta Haug que, "se todo juízo é uma afirmação da conveniência ou desconveniência entre duas idéias, ou, mais rigorosamente, a afirmação de uma relação entre dois objetos do pensamento, considerando-se oração a expressão verbal de um juízo, não se poderá admitir também como orações as interrogativas (a menos que nelas haja um valor afirmativo implícito, marcado pela entonação: Então você acha que meu pai é desonesto?), as imperativas e optativas, uma vez que em nenhuma delas se faz uma afirmação(2). Logo, a definição de oração como expressão de um juízo é falsa, se convém apenas a uma classe de orações: as declarativas, porque, além de contrariar o conceito citado de que a definição é um juízo em que se enuncia o que é o sujeito(3) e não simplesmente algo que o sujeito é, estabelece inadequação entre teoria e a análise prática, já que, após esse tipo de definição, a oração é classificada em afirmativa, optativa, imperativa, interrogativa etc. Veremos mais adiante que a incoerência é maior em relação às subordinadas, consideradas pela GT dependentes e incapazes de exprimir por si mesmas juízos.

Em "Quero que você leia este livro", Rocha Lima diz que que você leia este livro é uma "oração quanto ao critério formal,

porque possui os termos lógicos fundamentais; não é, porém, por seu conteúdo, uma frase, uma vez que não tem sentido unitário e completo" (4). Isto nos revela a confusão dos planos formal e semântico, incoerência entre teoria e prática e confusão terminológica: oração-frase.

"Erase é todo enunciado capaz de transmitir a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos. Pode revestir as mais variadas formas, desde a simples palavra até o período mais complexo, elaborado segundo os padrões sintáticos do idioma.

Oração é a frase de estrutura sintática que apresenta, normalmente, sujeito e predicado, e, excepcionalmente, só predicado".

(Cegalla-1978 p.211)(5)

Pela definição de Cegalla, a oração é a expressão de um pensamento. Como ele, outros autores apresentam essa definição, a qual também não é adequada, conforme claramente demonstra A. Haug a partir da análise que faz no exemplo:

O que sei é que te amo

O é = oração principal

que te amo = oração subordinada

que sei = oração subordinada

A divisão que a GT propõe leva-nos à pergunta: como aceitar as orações acima como expressões verbais de pensamentos, enuncia-

dos capazes de transmitir a quem nos ouve ou lê, tudo o que pensamos, queremos ou sentimos? Rocha Lima argumentaria que não são frases do ponto de vista do conteúdo; mas esse argumento contraria, como já demonstramos, sua própria definição, que se baseia no conteúdo.

Os conceitos de oração vigentes nas gramáticas tradicionais, de fundo logicista, baseiam-se no conteúdo. Entretanto, não é o conteúdo do pensamento o objeto da Lógica, a qual "no estudia qué es el pensamiento, sino cómo es, qué formas o estructuras tiene"(6). Conceito, juízo e raciocínio são as três modalidades a que se pode reduzir o pensamento. Sendo o conceito o elemento fundamental do juízo, este, o fundamental do raciocínio e, portanto, do pensamento, podemos concluir, afirma A.Hauy, que substituir juízo por pensamento na definição lógica de oração é substituir o particular pelo geral e transgredir, com isso, as normas da definição. Logo oração como expressão de um pensamento é também inaceitável.

Outro aspecto que é comum nas definições de oração é a noção de completude:

"Oração é a menor unidade da fala com sentido completo"

(Luft - 1971 p.126)

"Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. A frase pode conter uma ou mais orações".

(Cunha e Cintra - 1985 p.116)

Na definição de C. Cunha e Cintra, frase se identifica com período e oração. No início do capítulo, dizem os autores: "Neste capítulo, evitar-se-ão discussões teóricas que não tragam esclarecimentos ao estudo descritivo-normativo da sintaxe portuguesa, que é o nosso objetivo principal"(7), com isso passam aos tipos de frase e exemplos. A explicitação do que seja um enunciado de sentido completo não é dada.

Segundo A.Haury, afirmar que oração é um conjunto de palavras com sentido completo é o mesmo que defini-la como a expressão de um pensamento ou de um juízo, logo também inaceitável, sobretudo se pensarmos nas subordinadas, tidas como dependentes de outras, sem sentido completo. Se não podem subsistir por si mesmas, por outro lado a oração principal "se completa" com a enunciação da(s) subordinada(s), no entanto as principais são identificadas como as que têm sentido completo. Se ensinamos que oração se caracteriza por ter sentido completo e subordinadas não têm sentido completo, então estas não são orações? Como decidir quais orações têm sentido completo? O que é principal e subordinada, sob esse ponto de vista? Realmente fica muito difícil para o aprendiz analisar nesses termos.

Daremos, a seguir, exemplos em que a oração se identifica pela estrutura sintática Sujeito-Predicado (S-P).

"Oração é a frase de estrutura sintática que apresenta normalmente sujeito e predicado e, excepcionalmente, só o predicado."

(Cegalla-1978-p.213)

"Oração é a frase- ou membro de frase- que se biparte normalmente em sujeito e predicado."

(Rocha Lima-1972-p.205)

Afirmamos com Haug que definir oração dessa forma é também falso, porque significa dizer que oração é a expressão de um juízo, uma vez que sujeito é definido como o ser de quem se declara algo e predicado como aquilo que se declara do sujeito. Além disso, a definição de oração como uma frase de estrutura S=P engloba duas outras discutíveis: oração é uma frase (a GT define frase como qualquer enunciado com sentido completo) e oração tem estrutura S=P (equivale a dizer, como vimos acima, que oração é a expressão de um juízo, tendo-se em mente o conceito de sujeito e predicado pela GT).

Outro ponto que levanta A. Haug é o fato de que, se predicado é aquilo que se afirma do sujeito, como pode haver predicado em:

(1) Quem gosta da verdade?

(2) Macacos me mordam!

Além disso, considerando-se sujeito o ser do qual se declara algo, por que chamar de sujeito quem, macacos se nenhum deles é objeto de declaração?

Os manuais didáticos reproduzem esses conceitos apresentados acima; a título de exemplo:

"Um sintagma nominal pode combinar-se com um sintagma verbal formando uma oração. O sintagma nominal terá, nesse caso, a função de 'sujeito' e o sintagma verbal terá a função de 'predicado'."

(Meserani/Kato-(1978)-8a. série-p.6)

Observação: a noção do que seja sintagma nominal e verbal os autores apresentam no manual da série anterior; sobre a noção de sujeito e predicado apenas há a referência mencionada acima.

Outros exemplos:

"Oração é a frase que tem verbo"

(Cegalla-Português Fundamental-5ª série-p.24)

"Frase é uma enunciação de sentido completo".

"Oração é um conjunto de palavras constituído de sujeito e predicado"

(Magda Soares-(1984)-5a. série-p.9 e p.50-54)

Observação: Magda Soares opõe frase a não-frase:

"Adeus, meu cajueiro" = frase

"Abraçando-me ao seu tronco" = não-frase

Ela também fala em frases oracionais e não-oracionais, dá como exemplo destas últimas: Até à volta! e não especifica mais. Diz apenas que frase oracional pode ser simples (tem uma só oração) e composta (mais de uma oração), explicação em que emprega o termo frase no sentido em que a GT emprega período.

"Frase é a expressão que transmite uma idéia, numa determinada situação".

Oração é a frase que se constrói na base de um verbo.

Período é a frase constituída por oração.

Conjunção é o termo que relaciona duas orações.

(L. Bechara et alii, (1982) 6a. série, p.154-156)

Estes conceitos são apresentados após exemplos em que o aluno deve grifar algo, completar, sublinhar o verbo, circular a conjunção, sempre dirigido por modelos.

Os exemplos ilustram a confusão que se instala em torno do que seja frase, oração, período, ou se trata de uma coisa só? A confusão é entre definição do tipo formal e do tipo "sêmantico" - lógico - e na mistura dos tipos: oração ora é a frase que tem verbo, ora é a frase mesmo destituída de verbo; segundo alguns é a frase que tem estrutura sintática S - P, segundo outros é a frase mesmo sem a estrutura S - P; é ainda um conjunto de palavras ou é uma só palavra, porém com "sentido completo"; oração como expressão de um juízo, oração como expressão de um pensamento.

De todas as definições, as mais comuns são as que se referem ao sentido completo. Sendo a frase o enunciado de sentido completo e, definida a oração como frase, seja qual for a estrutura, conclui-se que deverá ter sentido completo, o que torna ainda mais enganosas as definições de oração, porque não especificam o que seja ter sentido completo.

Essa noção de completude liga-se à concepção de linguagem que está por trás, como unicamente instrumento de comunicação de idéias. Visão que, por prender-se a uma gramática da frase, isolada de contextos maiores, de uma situação de comunicação, torna-se redutora. A noção de completude não é explicitada no plano formal e menos ainda no plano do sentido. No plano formal, podemos substituir essa noção pela de subcategorização, noção esta que explicitaremos na segunda parte de nosso trabalho. No plano do sentido, se pensamos na linguagem como trabalho, como forma de interação homem/homem, homem/mundo, as frases, o texto (oral ou escrito) são apreendidos no processo de interlocução. Assim, o dizer tem a ver com as condições em que se produz. Nesta perspectiva, que é a que adotamos na nossa concepção de ensino de língua, é princípio fundamental considerar que há uma relação entre linguagem e exterioridade que é substancial, constitutiva. Logo, se entendemos que incompletude é condição da linguagem, que qualquer discurso se caracteriza por uma multiplicidade de sentidos possíveis, dizer que uma oração é expressão de sentido completo, sem especificação do que se queira dizer com isso, é ir contra a própria natureza da linguagem.

Se o objetivo da abordagem tradicional no ensino da gramática é levar o aluno a saber o que é oração para, em seguida, identificá-la e classificá-la no período, no texto, como poderá fazê-lo, se a noção de oração, conceito básico em sintaxe, não é descrito de maneira clara e objetiva, pelo contrário, é passada ao alunos de forma confusa, inadequada e incoerente? A dificuldade de aprendizagem da sintaxe por esta abordagem começa

aí, tendendo a aumentar quando o aluno depara com o período composto. Resultado: memoriza e repete sem convicção os conceitos, mecaniza algumas classificações, mas não desenvolve suas habilidades de uso das estruturas da língua, não aprende a refletir sobre elas, sobre suas implicações na organização e compreensão do texto.

2.1. Uma Proposta mais Moderna no Estudo da Oracão

A Linguística tem contribuído para novas concepções de Gramática, conseqüentemente, para novas propostas de estudo da mesma. Gostaríamos de lembrar, aqui, a proposta de Génouvrier e Peytard em Linguística e Ensino do Português, baseada na teoria de Chomsky. Trata-se de explicitar o sistema mental de regras interiorizado por todo locutor e subjacente a todos os atos de fala concretos. Na concepção chomskyana, a gramática deverá consistir num conjunto finito de regras capazes de gerar um conjunto infinito de frases gramaticais da língua dada, daí denominar-se gramática gerativa.

Segundo Génouvrier e Peytard, o ensino da gramática assim concebida deve consistir na descoberta ativa do funcionamento da língua materna: "à ordem clássica: observar para aprender, substituir-se-á outra: praticar para descobrir" (8). Segundo eles, para o aluno aceder ao código escrito, precisa conhecer certas realidades gramaticais, por exemplo o que é frase, a relação sujeito-verbo etc.; além disso, precisa completar sua sintaxe de base por meio de alguns exercícios estruturais. Trata-se de levar a criança a descobrir a frase, "fundamento da

comunicação, de início no oral (pelo viés das pausas e modulações), o escrito é assimilado em seguida, naturalmente. Abordam-se imediatamente a interrogação, a negação e a exclamação, por serem as transformações elementares que atingem a totalidade da frase"...(9).

A definição de frase apresentada por Genouvrier e Peytard é:

Frase = combinação de sintagmas.

Sintagma = combinação de monemas organizados em torno de um nome (Sintagma Nominal) ou de um verbo (Sintagma Verbal). Todo Componente Imediato de frase é um sintagma, mas nem sempre a recíproca é verdadeira.

"Sabemos que os lexemas e morfemas são constituídos de fonemas e que se combinam no interior da frase; mas ignoramos se os morfemas e lexemas são para a frase constituintes...imediatos, isto é, as maiores unidades possíveis. Procurar os constituintes imediatos é colocar em evidência as unidades imediatamente inferiores ao grande signo que é a frase, como os fonemas são as unidades imediatamente inferiores aos monemas"(10).

Os autores propõem que se identifiquem os Constituintes Imediatos através de um jogo de substituições no eixo paradigmático. Dada a frase:

"Ele não gostava de escrever suas aulas à máquina" a tarefa é verificar que unidades é possível identificar como constituindo-lhe a estrutura. *Suas aulas*, por exemplo, não é uma delas. Na realidade, três C.I. ou sintagmas principais compõem a estrutura estudada; *suas aulas* é constituinte do sintagma: *escrever suas aulas à máquina*, mas não da frase. Os três sintagmas da frase repartem-se em um sintagma verbal SV (*não gostava de*) e dois sintagmas nominais SN (*Ele / escrever suas aulas à máquina*). Considerando os SN verifica-se que o sintagma pode compreender um grande número de segmentos ou um único.

Embora não se trate das falsas definições, mistura de critérios da gramática tradicional, essas análises também são complexas e exigem boa base teórica. À primeira vista, na frase citada anteriormente (*Ele não gostava de escrever suas aulas à máquina*), o aluno identifica mais que três constituintes e fica difícil para ele entender essas subdivisões dos sintagmas: sintagmas da frase, sintagma dentro de sintagma; além disso a terminologia também é extensa: monemas, lexemas, sintagmas, constituintes etc.; a simbologia que ele deve memorizar também é grande.

Sob a perspectiva proposta em questão, à sintaxe cabe o estudo das regras combinatórias. Um princípio que subjaz a este tipo de ensino gramatical é o de que saber de verdade um regra de gramática significa **não** ser capaz de formulá-la, mas poder aplicá-la com um alto grau de automatismo. Apesar de automatização, há espaço para reflexões sobre a construção de certas estruturas. Por exemplo, Genouvrier e Peytard propõem esquemas para estabelecer relações e motivar uma escolha:

Ele tem ciúme / Ele é ciumento.

(relação entre ter + substantivo = ser + adjetivo)

As correspondências permitem esclarecer o sentido, por exemplo, do verbo ter:

Ele tem muitos rebanhos de ovelha.

Muitos rebanhos de ovelha são dele (tem = possui)

Ele tem raiva de bicicleta.

Raiva de bicicleta é dele - (tem ≠ de possuir)

O objetivo é, através da proposição de frases, apontar os problemas que surgem e encaminhar reflexões tais como: as correspondências são constantes? Neste e em outros casos? Em função de quê se dão as escolhas? Das propriedades lingüísticas das duas estruturas? A finalidade é levar o aluno paulatinamente a realizar escolhas no nível de suas próprias realizações escritas, a dominar e apreciar as de outrem, veiculadas pela imprensa ou pela propaganda de um lado, pela literatura de outro.

Ensinar a Gramática dessa forma é buscar, a partir de regras formalizadas, um modelo de geração das frases de uma língua. O conteúdo dessa gramática pode assim ser resumido, grosso modo:

- Regras sintagmáticas (Conjunto finito capaz de gerar as frases nucleares gramaticais)

- Regras transformacionais (Conjunto finito que permite gerar todas as frases gramaticais derivadas, de uma dada língua).

Para a análise das frases utilizam-se gráficos em que se visualiza a chamada estrutura superficial e estrutura profunda.

Em resumo, o professor, a partir de um exercício formal para derivar frases (combinação de GN+SV, também definidos formalmente) levaria o aluno a identificá-la e reconhecer quais seus constituintes, a diferença entre frase de base e derivadas, tudo a partir de exercícios (estruturas por exemplo), seguidos por comparações, jogo de oposições etc.; a análise baseia-se num funcionamento linguístico (elemento permutável ou não, estrutura transformável ou não), trata-se sempre de manipulações de frase. O esforço do professor concentrará nas conclusões

frases.

Uma proposta nessa perspectiva tem seus pontos positivos, pode resolver parte dos problemas acarretados pelo ensino gramatical vigente nas escolas de 1ª e 2ª graus, por exemplo, coerência teórica. Entretanto, sua abordagem exige uma maturidade mental, capacidade de reflexão e abstração, conhecimentos técnicos e técnicos dificilmente atingidos nesse nível escolar. De nada adianta substituir a terminologia tradicional que ora faz referência à forma ora ao sentido outra terminologia coerente, mas extensa e complicada com uma correspondente simbólica; a memorização de regras e classificações tradicionais, substituída se uma memorização de símbolos e automatismo de construção de frases.

Tanto as gramáticas tradicionais como propostas do tipo da de Genouvrier e Peštard atêm-se à frase e a análises metódicas, complicadas, com a diferença de que aquelas baseiam-se em critérios heterogêneos e modelos rígidos a que devem-se submeter as frases da língua, e estas baseiam-se no modelo gerativo-transformacional, de nível científico, expressas em diagramas-árvore, cujas explicações apelam para noções de estrutura profunda e superficial, transformações que prelidem a passagem de uma para outra, regras gerativas e regras transformacionais etc. Em outros termos, as famosas análises sintáticas não ficam bandadas, só que na GT baseiam-se na paráfrase aproximativa de uma frase-exemplo e, na proposta de Genouvrier e Peštard, à qual nos referimos como representante de propostas mais modernas, baseiam-se no funcionamento linguístico do elemento estudado.

Concluindo, tratar-se uma teoria deficiente por outra teoricamente adequada, mas tanto mais complicada quanto mais se empenha em corrigir as deficiências da anterior não resolve o problema do ensino: corrigem-se erros, preenchem-se algumas lacunas, e o aluno continuará a trabalhar a nível da frase. Não basta ser uma proposta de ensino da Gramática baseada numa teoria descritivamente adequada, é preciso que se criem novas atitudes frente ao uso da língua, para que o aluno desenvolva a sua competência comunicativa. Isto não será possível enquanto o conteúdo das aulas de Gramática estiver desvinculado do ensino de compreensão e produção de textos, ou melhor, das aplicações das construções frasais na organização textual.

A abordagem que propomos na segunda parte de nosso trabalho visa justamente mostrar como é possível estudar os fatos gramaticais não nos atendo à frase apenas. Antes, porém, teceremos ainda alguns comentários relativos à abordagem que faz a GT do período composto propriamente dito, uma vez que até aqui preocupamo-nos sobretudo com a abordagem da oração.

NOTAS

1. JOLIVET, Régis (1970). Curso de Filosofia. Tradução de E.P. de Mendonça. 10 ed. Rio de Janeiro, Agir. Citado in Haug, A. (1986), p.8.
2. Cf. HAUG, Amini B. (1986), p.12.
3. A palavra sujeito está no sentido de algo a ser definido, o objeto da definição.
4. Cf. ROCHA LIMA, C.H. (1972), p.205.
5. Cf. CEGALLA, D.P. (1978), p. 213 em que o autor afirma: "Não têm estrutura sintática, portanto não são orações, não podem ser analisadas sintaticamente, frases como: Socorro! Muito riso... pouco riso!".
6. FANTONE, V. Logica y teoria del Conocimiento, p. 4, citado in Haug, A. (1986), p.14.
7. Cf. CUNHA, C. e CINTRA, L. (1971), p. 117.
8. Cf. GENDUVRIER, E. e PEYTARD, J. (1974), p.226.
9. Idem, p.231.
10. Ibidem, p.182.

Capítulo 3

ESTUDO DO PERÍODO COMPOSTO

Como já dissemos, num primeiro momento as gramáticas tradicionais descrevem a sintaxe da oração com seus termos essenciais, integrantes e acessórios; num segundo momento descrevem a sintaxe do período, ou seja, apresentam o chamado período composto para cujo estudo o objetivo principal é a divisão deste em orações e classificação das mesmas.

O ensino de gramática, na área de sintaxe, concentra-se nas tradicionais análises sintáticas, compostas de discussões sobre diferenças de complementos e adjuntos, orações explicativas e causais, subordinadas e coordenadas etc.

"A análise sintática examina a estrutura do período, divide, classifica as orações que os constituem e reconhece a função sintática dos termos de cada oração".

(Cegalla, 1978, p.211).

Em geral, as noções teóricas sobre período composto são transmitidas aos alunos a partir da 7a. série. Os livros didáticos resumem conceitos extraídos das gramáticas normativas vigentes, variando uns livros dos outros em dosagem, ilustração, tipo de exercício, ordem dos pontos. Alguns conceitos de período:

"A frase constituída por oração chama-se período".

(Lídia Bechara et alii, 1982, 6a. série, p.155)

"Período é a frase formada de duas ou mais orações".

(Rocha Lima, 1972, p.230)

"Período simples é constituído de uma só oração, chamada ABSOLUTA".

(Cunha e Cintra, 1985, p.578)

Em resumo, há unanimidade em conceituar período como conjunto de uma ou mais orações, sendo denominado simples o que se constitui de uma única oração e composto, de mais de uma.

No manual escolar *Linguagem: Criatividade*, 6a. série, Meserani e Kato, ao tratarem de período composto, apresentam os exemplos:

a- A técnica só foi descoberta relativamente tarde na história humana.

b- Talvez a variedade de métodos indique que a técnica só foi descoberta relativamente tarde na história humana.

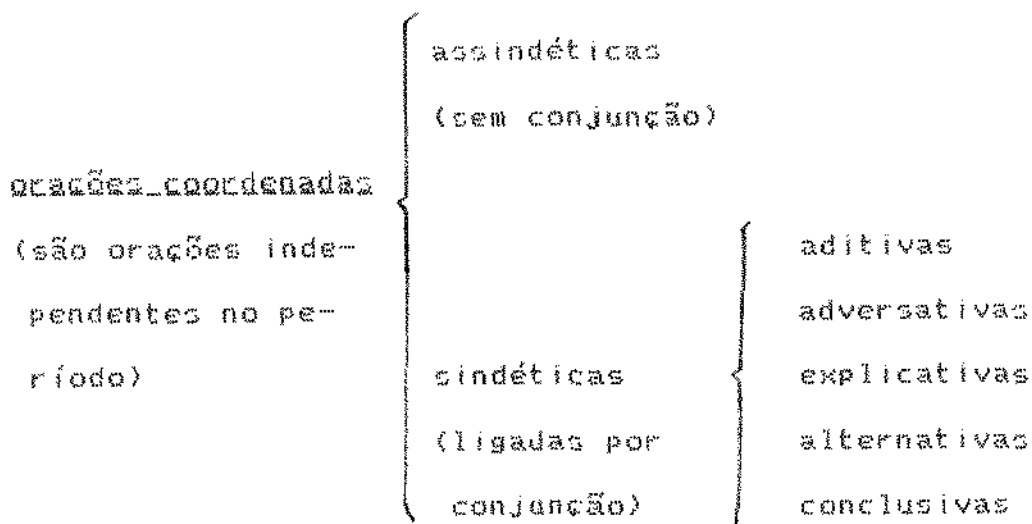
A partir desses exemplos, os autores ensinam que (a) aparece como parte de (b) com a função de objeto direto de *indicar*; a oração (a) é definida como período simples, porque não faz parte de unidade maior, e (b), como período composto por subordinação e então apresentam a classificação: *oração subordinada substantiva objetiva direta* para a parte destacada em (b). Os autores afirmam que todo período é uma frase, embora nem toda

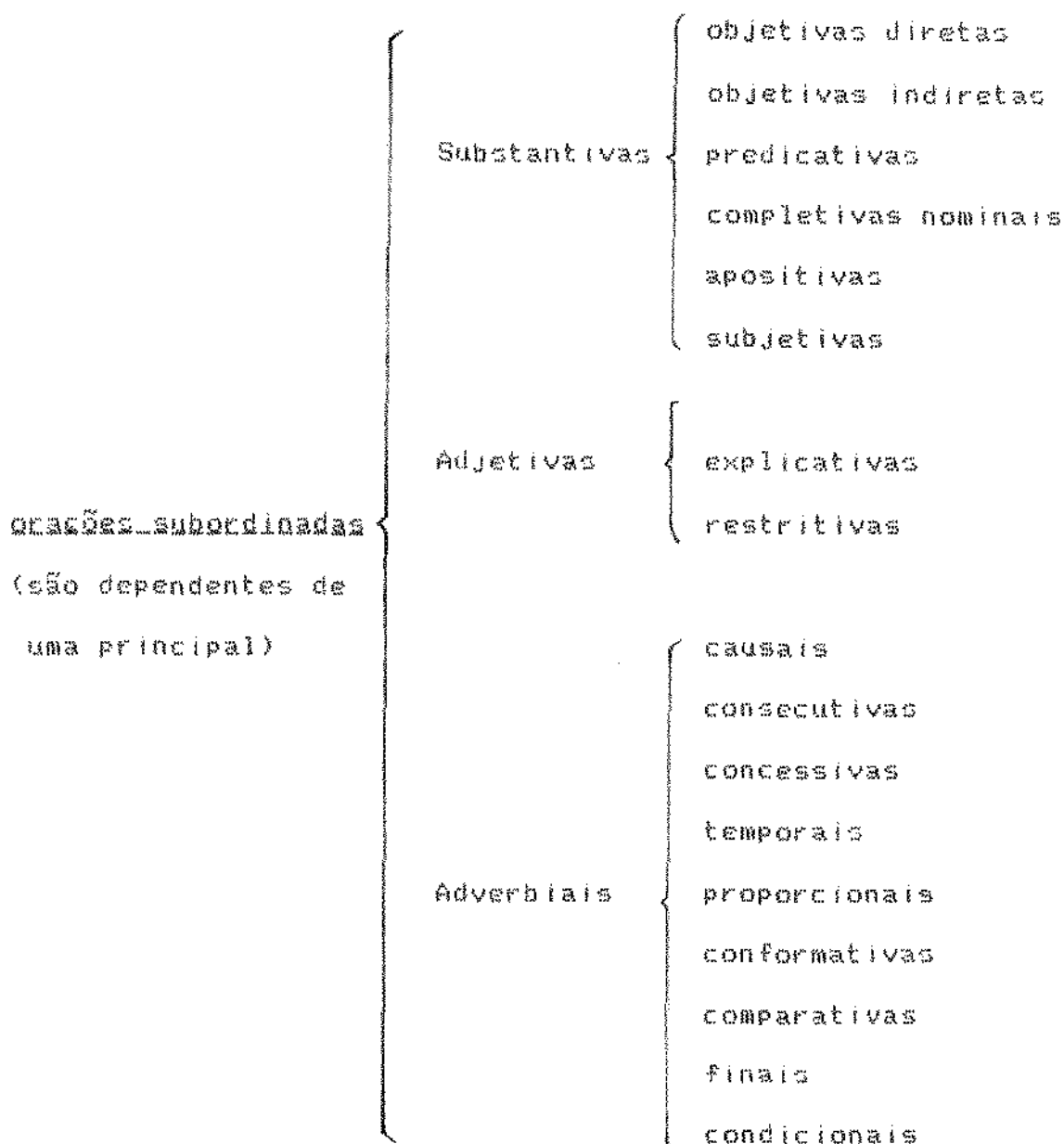
frase seja um período, como "Olá! Bom dia!" que são frases sem serem períodos. Aí, aquela confusão iniciada com o conceito de oração se reinstala e se agrava, porque o aluno passa a ter diante de si não apenas uma, mas várias orações, em se tratando do período composto.

As gramáticas escolares, após apresentarem as noções que já comentamos sobre oração, esperam que o aluno saiba delimitá-la num período composto, dizer quantas e quais são (geralmente os manuais pedem que os alunos grifem os verbos e, conforme o número deles, será o número de orações). Uma vez "treinado" a dividir o período em orações, o aluno passa à etapa seguinte que é a classificação das mesmas em coordenadas e subordinadas.

Segundo Magda Soares, a melhor maneira de chegar ao conceito de período simples e período composto é levar o aluno a verificar que um termo de uma oração pode ser representado por uma outra oração (noção de equivalência), da mesma forma que a melhor maneira de identificar a função de oração subordinada é reconhecer nela um termo de outra oração.

Classificação apresentada pelas gramáticas:





Os manuais escolares "definem" cada tipo e colocam os exemplos correspondentes. A seguir vêm exercícios dirigidos, geralmente com modelos, para o aluno fixar a classificação e identificação das orações. São comuns os exercícios para sublinharem verbos, separarem as orações e fazerem círculos nas conjunções, que eles decoram sem saber o que realmente são, como funcionam, qual seu valor. Os períodos dados geralmente são curtos, com estruturas que se repetem.

A distinção coordenação/subordinação baseia-se no critério da autonomia das orações:

"A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes - eis o que constitui o período composto por coordenação".

"As senhoras casadas eram bonitas: porém Sofia primava entre todas". (Rocha Lima, 1972, p.230)

O autor explica que nesse período de duas orações, não obstante poder cada uma existir por si só, para transmitir o pensamento pretendido há necessidade das duas em conjunto. Introduce, a seguir, a classificação de coordenadas em sindéticas (com a presença de conjunção) e assindéticas (sem conjunção).

Como vamos percebendo, não há preocupação com reflexões lingüísticas a partir de estruturas da língua: o aluno é treinado a identificar, classificar estruturas, o que consegue enquanto lhe são solicitadas aquelas com as quais se familiarizou, viu nos exemplos.

Na discussão coordenação/subordinação, principal/subordinada, aparece a noção dependente versus independente, sentido completo versus incompleto. As citações que seguem revelam a constância dessas noções que, na realidade, não são utilizáveis no momento da análise:

"Na análise de um período composto, cumpre, pois, ter em mente que:

- a) A oração principal não exerce nenhuma função sintática em outra oração do período.
- b) A oração subordinada desempenha sempre uma função sintática (sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial ou aposto) em outra oração, pois que dela é um termo ou parte de um termo.
- c) A oração coordenada, como a principal, nunca é termo de outra oração nem a ela se refere; pode relacionar-se com outra coordenada, mas em sua integridade*.

(Cunha e Cintra, 1985, p.580,581)

Na coordenação as orações se sucedem igualitariamente, sem que umas dependam sintaticamente das outras.

(Cegalla, 1978, p.247)

Na subordinação, pelo contrário, há orações que dependem sintaticamente de outras, isto é, que são termos (sujeito, objeto, complemento etc.) de outras.

(Cegalla, 1978, p.247)

*Chama-se coordenação a seqüência de orações em que uma não exerce função sintática da outra. Subordinação é a seqüência de orações em que uma é termo sintático da outra.

Chama-se oração principal aquela que pede uma dependente. Num período pode haver mais de uma oração principal:

Não sei se José disse que eu emprestara o livro.

A 1a. oração não sei é principal em relação à 2a. se José disse, porque este é seu objeto direto. Por sua vez, a 2a. oração é principal em relação à 3a., que eu emprestara o livro, que funciona como seu objeto direto. Assim sendo, a 2a. oração se nos apresenta sob duplo aspecto sintático: dependente em relação à 1a. e principal em relação à 3a."

(Bechara, 1975, p.216-219)

Como vemos, fica difícil compreender, por exemplo, que oração principal, sendo uma oração independente ou que não exerce função sintática em outra oração do período, pode, ao mesmo tempo, ser aquela que rege uma dependente, ou ser dependente e principal ao mesmo tempo num período! As explicações contidas nas citações acima são insuficientes e contraditórias e, no entanto, servem de base para a análise de períodos proposta pelas gramáticas. Vejamos um período de M. de Assis proposto por Celso Cunha (1972) para ser analisado:

"Toda gente que estava em casa, quando ela nasceu, anunciou que seria a felicidade da família".

Trata-se de um período de quatro orações. Celso Cunha mostra que a principal "rege-se por si", não desempenha nenhuma função sintática em outra do período, as demais são dependentes das anteriores, exercendo sempre uma função sintática na oração de que são dependentes, logo são orações sem autonomia gramatical, isto é, subordinadas. Com isso, não fica fácil para o aluno identificar aí que toda a gente anunciou é uma oração e é a

principal (ainda mais se lembrarmos que a principal tem "sentido completo", as subordinadas não têm, dependem da principal). Por outro lado, se levarmos em conta a noção de oração como expressão verbal de um juízo, como identificar as subordinadas, apresentadas como dependentes, não exprimindo por si mesmas um juízo? Se não podem subsistir por si mesmas, por sua vez a oração principal "se completa" com a presença da(s) subordinada(s), mas são apresentadas como as que têm "sentido completo". Aí fica claro que a gramática tradicional lança mão de certos critérios para conceituar e de outros para classificar e analisar (define oração como a frase de sentido completo e identifica as subordinadas como as que não têm sentido completo, dependem de outras).

No estudo do período composto, inclui-se o das conjunções. Em geral, conjunção é conceituada como "palavras que relacionam entre si: a) dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo; adjetivo + adjetivo; advérbio + advérbio; oração + oração etc.); b) duas orações de natureza diversa em que uma completa(1) a outra ou lhe junta uma determinação. As conjunções do 1º tipo chamam-se coordenativas, as do 2º, subordinativas (2)".

A classificação das conjunções nas gramáticas tradicionais é apresentada em forma de listas das principais coordenativas (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas) e subordinativas (causais, temporais, concessivas, condicionais etc.). A essas listas seguem-se exemplos de períodos compostos contendo algumas das conjunções citadas nas listas, geralmente as mais usuais. Não há reflexão sobre o funcionamen-

to delas, nem sobre seu valor argumentativo; caso houvesse surgiriam problemas relativos à classificação atual de coordenadas e subordinadas, conforme veremos adiante.

Além da ausência de reflexão sobre o uso das conjunções, há furos na classificação, por exemplo, porque é, ao mesmo tempo, apresentada na lista de subordinadas causais ao lado de já...que (ambas têm funcionamento e valor diferentes conforme verificaremos na 2a. parte de nosso trabalho) e de coordenativas ao lado de e. Em frases isoladas, fora de contexto, a escolha entre uma conjunção e outra, por exemplo, entre porque e já...que, fica difícil. Mas a GT trabalha no nível da frase e não poderia mesmo levantar esse tipo de reflexão.

Vejamos o que diz uma gramática a respeito das conjunções explicativas:

"começam oração que explica a razão de ser do que se diz na oração a que se ligam: pois (no início da oração), que (porque), porque, porquanto:

Venha porque desejo conversar com você.

Fazia tudo para ser agradável, pois não deixava uma pergunta sem resposta.

As explicativas que e porque aparecem normalmente depois de orações optativas e imperativas".

(Bechara, E. 1975, p. 161)

Mais à frente, nessa mesma gramática, Bechara diz numa nota de rodapé: "a rigor melhor seria evitar a bipartição em coordenadas explicativas e subordinadas causais - com que e porque, - uma vez que são muito frágeis os critérios para tal distinção".

Sobre as conjunções causais diz Bechara:

"iniciam oração que exprimem a causa, o motivo, a razão do pensamento na oração principal: *que* (=porque), *porque*, *como* (=porque, sempre anteposta a sua principal, no português moderno), *visto que*, *já que*, *uma vez que* e *desde que* (com verbo no indicativo)etc".

"A memória dos velhos é menos pronta *porque* o seu arquivo é muito extenso". (Marquês de Maricá)(3)

As gramáticas tradicionais costumam, também, usar o critério da *pausa*: maior nas explicativas e quase imperceptível nas causais. Afirma Vogt(1980) que as observações das gramáticas quanto ao contexto: explicativa depois de oração optativa e imperativa, e quanto à pausa, não deixam de ter pertinência, entretanto constituem apenas expedientes práticos para identificar uma diferença cuja natureza é mais profunda. Segundo esse autor, as gramáticas se contentam com expedientes práticos para manter a distinção e não percebem e não levam o aluno a perceber diferenças que possam existir no próprio interior das conjunções causais.

Resumindo, a classificação atual de coordenadas e subordinadas precisa ser revista, o que implica revisão nos próprios critérios que definem essa classificação. Conforme veremos adiante, orações tidas como subordinadas apresentam traços de coordenadas. Por outro lado, as conjunções são simplesmente

apresentadas em listas com reflexão a respeito de seu funcionamento ou de valores específicos que possam ter na organização dos períodos..

Outra distinção que fazem nas gramáticas tradicionais, tanto no período simples como no composto, é entre termos essenciais, integrantes e acessórios. Na sintaxe do período composto, ela aparece com relação aos tipos de subordinadas: orações subordinadas substantivas são consideradas integrantes; as subordinadas adjetivas e adverbiais são acessórias; a oração que não se subordina a outra é tida como essencial, trata-se da oração principal. Como afirma Ilari, em *Linguística e Ensino da Língua Portuguesa*, se, por um lado é óbvia essa grade classificatória, por outro, é problemática se fizermos uma análise mais cuidadosa. A *Gramática de Base* do Ministério da Educação e Cultura (FENAME, 1979) assim descreve as subordinadas adjetivas:

Subordinadas relativas (adjetivas) relacionam-se ao antecedente na função de adjuntos adnominais; classificam-se em Restritivas e Explicativas; as primeiras restringem a significação do substantivo antecedente e são por isso mesmo indispensáveis ao sentido da frase; as Explicativas acrescentam ao substantivo uma qualidade acessória e são por isso dispensáveis; na fala, as explicativas se ligam ao antecedente mediante uma pausa, que, na escrita, é notada por meio de uma vírgula.

Os exemplos que daremos a seguir são apresentados por Ilari:

- (1) Reduza-me ao pó que fui.
 (2) Que besta que fui.
 (3) Que porcaria que é este carro!

O que de (2) e (3) seria predicativo do sujeito como em (1)? Se assim for, não escaparemos de analisar como adjuntos os que grifados em (4) e (5), frases aceitáveis em certos níveis socio-linguísticos, mas estranhas ao purista:

- (4) Que tarde que você está voltando ultimamente!
 (5) Que longe que você foi buscar essa cerveja!(4)

Ilari diz que analisar em todas essas orações(2-3-4-5) o que como relativo é problemático, não só porque seríamos levados a reconhecer uma oração principal sem verbo, mas também porque as perífrases que a língua coloca à nossa disposição para 2,3,4 e 5 são principalmente períodos simples:

- (2) a- Que besta eu fui!
 b- ?Eu fui uma besta, e que besta!
 (3) a- Como este carro é uma porcaria!
 (4) a- Você está voltando tarde ultimamente!
 (5) a- Como você foi buscar longe essa cerveja!
 b- ?Você foi buscar longe essa cerveja. É como!

(1) contém uma subordinada adjetiva, (5) não; mas as duas orações são parecidas: como se estabelece, em geral, o limite entre relativas e pseudo-relativas?(5)

No período: A idéia gozou o que já declarei, os gramáticos podem escolher a idéia e o como antecedentes, mas têm o compromisso de mostrar que esse antecedente faz parte de uma oração principal e que está conforme às regras habituais de construção sujeito-predicado etc. Segundo Ilari, é uma empresa sem esperança para esse período e questiona haver nele realmente uma oração relativa. Logo a descrição de uma subordinada adjetiva, contida na gramática citada, cria dificuldades se aplicada na prática, ou seja, não é suficiente e adequada para a classificação de orações em adjetivas e classificação de pronomes em relativos.

Quanto ao critério de distinção Restritiva/Explicativa (aquela como a que veicula informação indispensável e esta, dispensável ao sentido da frase), afirma o autor citado acima que a gramática usa uma formulação obscura de um critério válido, por "indispensável ao sentido da frase" podem-se entender muitas coisas. Ele cita exemplo em que uma adjetiva é indispensável para o contexto linguístico e, no entanto, é classificada como explicativa:

.....
 ao apagar-se a fogueira
 João consolava Antônio
Que caiu na bebedeira

A oração adjetiva que encerra a letra de Casalinha de Melão é indispensável para concluir a história, entretanto é explicativa.

Quanto às restritivas:

Há nomes que_andam, nomes que_cantam, nomes que_voam.

Qualquer dessas adjetivas, nos termos das gramáticas tradicionais, se equipara a um adjunto; os adjuntos são dispensáveis, entretanto as orações adjetivas acima são restritivas, portanto descritas como indispensáveis. Além disso, diz Ilari, as adjetivas podem expressar circunstâncias (causa, tempo etc.) as quais são importantes do ponto de vista informativo, mesmo quando vêm expressas numa oração adjetiva explicativa.

Segundo Ilari, não há como saber se uma oração adjetiva é restritiva ou explicativa a não ser que a situemos num contexto de fala; além disso a expressão "indispensável para o sentido da frase deve ser interpretada num sentido técnico a determinar".(6)

Os manuais didáticos, por sua vez, em geral, no ensino da subordinada relativa (subordinada adjetiva na terminologia da gramática tradicional) também limitam-se a apresentá-la como oração com valor de adjetivo, funcionando na frase como um adjunto adnominal:

"Oração subordinada adjetiva é a que tem o valor de adjetivo, isto é, funciona como adjunto adnominal".

(Prates, 1984, 8a. série, p. 87)

é comum esse conceito ser seguido de alguns exemplos e da lista dos principais pronomes relativos: Os exercícios geralmente apresentam modelos para o aluno proceder de acordo com eles. Quanto à função sintática do pronome relativo, é assunto

para um outro ponto de gramática. Em relação à distinção Restritiva/Explicativa, os manuais escolares, quando a abordam, restringem-se a considerações do tipo:

"Adjetivas Explicativas - explicam ou esclarecem, à maneira de aposto, o termo antecedente, ao qual acrescentam uma informação. Destacam-se da oração principal por pausas, na fala, e vírgulas, na escrita.

Adjetivas Restritivas - restringem ou limitam a significação do termo antecedente. Entre oração principal e adjetiva restritiva não há pausa, por isso não se usa vírgula".

(Cegalla, 7a. série, p. 156)

No manual didático Linguagem e Criatividade, 7a. série, de Meserani e Kato (1979), lemos o seguinte, a respeito de relativas:

"De dia, lemos na flor que nasce e na abelha que voa
- as partes em destaque especificam o elemento anterior, têm função de adjetivo, são orações adjetivas.

que nasce

a flor de que gostamos

com a qual adornamos nossas casas

- que, quem, o qual, a qual são pronomes relativos..."(7)

Após a citação acima, os autores passam a alguns exercícios e isso é tudo sobre adjetivas restritivas. Para as explicativas, os autores apresentam exemplos tais como:

- a) Joaquim F. de Carvalho, ~~presidente~~ substituto do IBDE, considera que 86 espécies de animais estão ameaçados de extinção.
- b) Joaquim F. de Carvalho, que é presidente ~~substituto~~ do IBDE, considera que 86 espécies de animais estão ameaçados de extinção".

em que (a) e (b) são considerados como tendo o mesmo sentido, sendo o trecho em destaque em (b) uma oração subordinada explicativa. Fazem a seguinte observação: "a oração adjetiva explicativa deve vir entre vírgulas". Com esta observação, os autores encerram o ponto sobre adjetivas.

Como podemos verificar, as noções sobre subordinadas relativas deixam de lado pontos importantes de reflexão não só no nível da frase isolada (como são obtidas as relativas, tipo de transformação, reajustes em relação às orações de base etc.) como no nível do texto (implicações do emprego de relativa, diferença no texto entre uma explicativa e restritiva, por exemplo).

Em relação às adverbiais e substantivas, o mesmo pode-se dizer. Geralmente são apresentadas a partir da noção de equivalência, isoladas de contextos maiores e sem reflexão a respeito: aquelas se explicam como equivalentes à função de substantivo e estas, a de um adjunto adverbial:

Ele quer que eu esteja presente à reunião

Ele quer minha presença na reunião

Ela faltou porque estava doente

Ela faltou por doença

A esse tipo de explicação seguem as subdivisões das substantivas e adverbiais, exemplos e, no caso dos manuais escolares, exercícios que o aluno resolve, como já dissemos, geralmente a partir de modelos. A questão da ordem das orações no período, quando aparece, é para afirmar que é flexível no caso das subordinadas adverbiais; são apresentados exemplos em que orações como as seguintes são equivalentes, ou seja, a ordem não lhes altera o sentido:

Eu saí quando João chegou.

Quando João chegou, eu saí.

Veremos na 2a. parte de nosso trabalho, em que esta questão será abordada, que a ordem não é indiferente e que orações como as citadas acima não têm, a rigor, o mesmo significado, e a mudança da ordem tem implicações na organização discursiva que só uma gramática que vá da frase para o texto permite observar com maior evidência. Na realidade, o tratamento sintático das gramáticas tradicionais, além de falho, pára num ponto em que a análise lingüística propriamente dita deveria começar.

NOTAS

1. O grifo é nosso. Mais alusão à noção de completude, noção esta frequente nas gramáticas escolares.
2. Cf. ROCHA LIMA (1972), p. 160.
3. Cf. BECHARA, E (1975), p. 162.
4. Cf. ILARI, R. (1985), p. 19.
5. Idem, p. 19.
6. Ibidem, p. 21.
7. Cf. p. 75 do manual escolar citado.

CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE

1. A Gramática Tradicional propõe descrições numa metalinguagem imprecisa.

2. Há incoerência entre critérios empregados nos conceitos e na análise e classificação das orações.

3. A grade classificatória dá uma imagem grosseira da estrutura do período, grosseira no sentido de que procura reduzir todos os aspectos observáveis a uns poucos processos sintáticos e também porque os dados que se propõe analisar são sempre dados da forma das orações, excluindo-se informações sobre o contexto e os interlocutores.

4. Os critérios que a GT oferece se aplicam a um número pequeno de fatos da língua e disso decorrem duas atitudes possíveis: a) dogmática, que consiste em aplicar as classificações gramaticais a qualquer preço; b) crítica, de quem percebe a distância entre a realidade lingüística e o modelo simplificado que a GT propõe.

5. Os manuais escolares, que reproduzem as normas, enfim a abordagem gramatical normativa das gramáticas tradicionais, adotam uma apresentação essencialmente analítica que pode, eventualmente, ajudar o aluno a compreender a estrutura de uma frase, mas lhe é pouco útil para construir frases.

6. Os exercícios para os alunos, na realidade, não são exercícios, mas controle de conhecimento e treinos para a memória.

7. Os alunos, a partir desse tipo de abordagem tradicional da sintaxe, acumulam muitas informações (interessantes ou não)

sobre a língua, mas não desenvolvem suas habilidades de uso da mesma.

A língua, como interação homem/homem, homem/mundo, não pode ser estudada só enquanto instrumento neutro de comunicação, mas enquanto ação, daí a necessidade não apenas de substituição de uma teoria gramatical por outra, mas de mudança de concepção de linguagem que implicará numa mudança de postura diante do ensino da língua materna: além do estudo das estruturas sintáticas se faz necessária a reflexão sobre a organização delas no discurso, os efeitos de sentido, por exemplo efeitos acarretados no texto pela ordem das orações. Nessa perspectiva, o estudo da língua liga-se a um ensino de Gramática da frase para o texto, ou seja, a uma integração Gramática e Texto.

Como afirma Benveniste (1976), a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu. Ao declarar-se locutor, este assume a língua, coloca o outro em face de si mesmo, seja qual for o grau de presença que atribui a esse outro. E ao servir-se da língua, o locutor dispõe de recursos para influenciar de alguma maneira o comportamento do outro. Logo, aprender uma língua é saber usá-la, é refletir sobre as possibilidades de uso de uma estrutura sintática em contextos variados e mais reais que simplesmente exemplos gramaticais de frases isoladas.

Esperamos ter dado mostra de que a GT apresenta inadequação tanto descritiva quanto como instrumento de formação do aluno. Essa dupla inadequação liga-se à questão do uso lingüístico e da reflexão sobre a língua, que a GT não leva em conta. O seu conteúdo está desvinculado do ensino de compreensão e produção

de texto, e não poderia ser de outra forma, porque se além à frase.

Propomos uma abordagem alternativa para o estudo da sintaxe no ensino da Gramática que procure desenvolver no aluno suas habilidades de uso lingüístico e não apenas a de reprodução de conceitos, produção de exemplos de estruturas gramaticais ou de habilidades de reconhecimento e classificação das mesmas, sem saber manejá-las nos devidos contextos.

SEGUNDA PARTE

UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA DA SUBORDINAÇÃO NO
ENSINO DA GRAMÁTICA

"Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam."

(Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas)

INTRODUÇÃO

A tarefa de propor alternativa para o estudo da sintaxe no ensino da Gramática no 1º e 2º graus pressupõe uma conscientização das deformações da abordagem tradicional, quanto à sua teoria e prática gramaticais. Daí termos principiado com uma visão crítica da mesma para, agora, contrapormos uma possível forma de estudo das orações subordinadas, visando à integração Gramática e Texto.

O ensino de Gramática que propomos liga-se a uma visão de linguagem em que sua função informativa não é a mais importante; além de transmitir informações, a língua nos permite atuar sobre o outro, criando e modificando situações, é ação e não apenas instrumento de comunicação.

Se pensarmos que a língua é normalmente utilizada para criar e modificar situações interpessoais, não pode ser separada da idéia de que orações só são adequadas e interpretáveis em contextos determinados, lingüísticos e extra-lingüísticos. Alterando-se, por exemplo, as representações que os locutores fazem uns dos outros, frequentemente o sentido de um enunciado muda, mesmo que permaneça inalterado o sentido literal.

Essas noções implicam alterações nos hábitos de ensino da língua materna. Levam a rejeitar o ensino centrado no estudo da nomenclatura por meio da análise sintática tradicional; a proporcionar ao aluno a experiência dos vários níveis e registros de fala, incluindo nos conteúdos elementos típicos da expressão falada; pressupõem que o professor tire o maior partido possí-

vel da ligação entre fala e situação de fala, proporcionando exercícios reais, visando os usos efetivos da língua em substituição a usos artificiais contidos na gramática escolar atual.

Os livros didáticos constituem importante veículo de noções teóricas vindas da Lingüística com fins didáticos. Os mais recentes têm incorporado modificações como a reprodução de textos que utilizam modalidades lingüísticas informais como a gíria, linguagem familiar; valem-se de recursos de representação utilizados pela Lingüística como árvores sintagmáticas, símbolos etc., mas essas diferenças são, na maioria das vezes, resultado de concessão à moda, uma vez que, se analisados atentamente, continuam tendo como objetivo principal o ensino da nomenclatura. As lições gramaticais no manual escolar moderno vêm precedidas de texto, mas é ilusão pensar que há integração entre ambos, uma vez que a única ligação entre Gramática ensinada e o Texto é a extração, no interior deste, de frases que interessam para a lição gramatical (às vezes os autores criam frases novas com conteúdo baseado no assunto do texto) e depois não se retorna da frase para o texto, o ensino da gramática fica na frase estudada isoladamente, atém-se a ela.

Pretendemos um ensino de Gramática que vá da frase para o texto, visando o uso lingüístico, a articulação da descrição sintática com a organização discursiva.

Focalizaremos a subordinação, mas não esgotaremos todos os seus tipos. Trabalharemos sobretudo com as circunstancias, já que o que pretendemos é apenas mostrar como é possível um tratamento alternativo da subordinação, para o qual tomamos as circunstanciais como ponto de partida para nossas reflexões,

que poderão ser estendidas à subordinação em geral, levando-se em conta as especificidades de cada tipo de subordinada. Pretendemos mostrar que as subordinadas circunstanciais nos levam a preceber, por exemplo, na frase e, conseqüentemente, no texto, o efeito do recurso à pressuposição. Faremos uma referência às subordinadas adjetivas apenas como reforço de nosso ponto de vista de que é possível estudar sintaxe no 1º e 2º graus de modo a refletir mais sobre a língua, a desenvolver habilidades de uso da mesma, bem como de compreensão de texto integrada à gramática.

Nossa abordagem parte da descrição sintática (que adaptamos de forma a se adequar ao trabalho em sala de aula), descrição esta de frases simples e complexas, coordenação e subordinação para, em seguida, focalizarmos o papel da subordinação na organização do discurso, no nível da frase e do texto.

Capítulo 1

FRASE

Embora seja a subordinação nosso centro de interesse, é oportuno iniciarmos esta parte, dados nossos propósitos didáticos, com uma sugestão de abordagem da frase, noção com a qual se trabalha o tempo todo e que, conforme demonstramos no início deste trabalho, tem sido abordada junto ao ensino de 1º e 2º graus de maneira contraditória e inadequada. Partiremos da frase considerada uma unidade sintático-semântica, para estudá-la no texto.

1.1. A Frase como Estrutura (1)

Consideremos o seguinte trecho:

"Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra".

(G. Ramos, *Vidas Secas*, Martins Ed. 19 ed. p.7)

Abrimos ao acaso o livro de que foi extraído o trecho acima. Instintivamente, para selecioná-lo, respeitamos uma condição: apresentamos o texto no início de uma frase:

"Os infelizes..."

não o começamos algumas palavras antes:

"... manchas verdes. Os infelizes..."

nem começamos algumas palavras adiante:

"o dia inteiro, estavam..."

Iniciamos o trecho no princípio de uma frase e o terminamos no fim de outra. Portanto selecionou-se automaticamente uma sequência verbal cujo início e fim coincidiram respectivamente com o início e término de uma frase. Se interrompéssemos a sequência, nossa intuição nos diria que houve algo de anormal. Se tivéssemos terminado o trecho acima uma palavra antes, por exemplo:

"...que procuravam uma."

todos os leitores teriam a sensação de que o texto não terminou como deveria. O leitor também tem a mesma intuição que automaticamente guiou a nossa escolha.

Ainda quanto ao trecho acima, os falantes do Português nele identificam três frases. Na escrita, a frase começa por uma maiúscula e termina com uma marca de pontuação específica: ponto, ponto de exclamação, de interrogação etc. Oralmente, há fe-

nômenos de entonação, pausas. Entretanto conceituar frase como uma seqüência começada por uma maiúscula e terminada por uma pontuação específica não é suficientemente explícita. Esse dado apenas ajuda na delimitação da frase e facilita a compreensão, a leitura. Haja vista que, se propusermos a alguém um texto sem pontuação e sem maiúsculas, este terá dificuldades de compreensão, daí a necessidade de se incluir esse aspecto quando se estuda a frase. Nem maiúscula, nem ponto podem fazer uma frase da seqüência:

"Os tinham infelizes."

Isto prova que as frases obedecem a certos princípios de constituição. Pode-se demonstrar isto aos alunos solicitando-lhes transformações a partir de um texto dado, em que se omitem palavras, trocam-se os lugares dos pontos, altera-se a ordem de certas palavras etc. Os alunos saberão perceber, intuitivamente, quando se trata de frase ou não. A intuição da frase é fundamental como apoio ao trabalho lingüístico. A frase é o ponto de partida. Algumas operações preservam o caráter de frase da seqüência de palavras, outras destroem-no. Assim, não podemos fazer indiscriminadamente tudo com as palavras de nossa língua, há regras. Logo, entendemos frase como uma combinação de elementos em função de princípios, a frase é uma organização, a frase é uma estrutura. Determinar estes princípios que presidem à construção das frases em português é tarefa indispensável no estudo das mesma junto aos alunos.

Tanto na língua escrita como oral, sobretudo no oral, cuja flutuação é muito grande, há muita dificuldade para enquadrar frases em modelos rígidos; acabados. Elas constituem um ato de comunicação destinado a atuar sobre o ouvinte/leitor de determinado modo. A frase não informa apenas, não apenas comunica, mas considera-se que ela produz efeitos de sentido, segundo as condições enunciativas em que aparece. Assim, a frase fala sobre um determinado estado de coisas do mundo, mas o faz de certa maneira. Então podemos distinguir vários "modos de dizer", a que chamamos tipo de frase (T): declarativo, interrogativo, exclamativo, imperativo etc. Cada tipo veicula um conteúdo: palavra, conjunto de palavras - selecionados dentre os inventários que cada língua oferece (paradigmas) e combinados com certos princípios de organização (sintagmas).

A primeira regra de constituição de toda e qualquer frase de uma língua é:

$$F \longrightarrow T + M$$

O símbolo à esquerda (F = frase) pode ser reescrito ou analisado pela seqüência de símbolos que aparece à direita da seta (T = tipo + M = material lingüístico).

(1) F = Socorro!

$$F = \quad T \quad + \quad M$$

Exclamativo + Socorro

1.2. Oração

O material lingüístico da frase, em geral, é uma oração. Oração, para nós, é conceituada como a projeção sintática da estrutura argumental do verbo: conjunto dos sintagmas lexicalmente subcategorizados por ele (seus complementos e eventualmente o sujeito). Em outros termos, sendo o conteúdo da frase estruturado de modo a ter um verbo cuja estrutura argumental projeta a presença obrigatória ou não de outros elementos, dizemos que o material lingüístico de F é uma oração (O), daí:

$$F \longrightarrow T + O$$

(2) Maria vendeu a casa.

(3) Maria saiu.

(4) O papel está na gaveta.

Nos exemplos acima, temos três frases, cada uma delas tem como material lingüístico uma oração. Para (2), (3), (4) temos o seguinte esquema:

$$\begin{array}{r}
 F = \quad T \quad + \quad O \\
 \text{Declaração} + \text{Maria vendeu a casa} \\
 \text{Declaração} + \text{Maria saiu} \\
 \text{Declaração} + \text{O papel está na gaveta}
 \end{array}$$

Logo, em todas as três frases acima, $F = T+O$

Podemos ainda distinguir diferentes formas com que os tipos de frase se apresentam. Os tipos têm uma realização de base e,

a partir dela pode haver transformações que não são obrigatórias. Existe uma forma básica correspondente a cada tipo, conforme o modo de comunicação que se estabelece entre os locutores. As formas podem-se combinar entre si, o que não acontece com os tipos. Eis algumas formas: passiva, ativa, enfática. Exemplo dessas formas com o tipo declarativo:

- (5) Eu vi Maria. = (tipo declarativo, forma ativa).
- (6) Maria foi vista por mim = (tipo declarativo, forma passiva)
- (7) Eu não vi Maria = (tipo declarativo, forma negativa)
- (8) Foi Maria que eu vi = (tipo declarativo, forma enfática).

1.3. Princípios de Organização da estrutura frasal

Neste item, pretendemos apenas apontar uma sequência que nos levará ao estudo da frase complexa, tradicionalmente chamada de período composto. Portanto, não aprofundaremos e nem detalharemos a questão da descrição formal já que nosso objetivo é mostrar o papel da subordinação no texto. Para isto, entretanto, não podemos deixar de lado seu aspecto formal já que estamos voltados para uma didática da subordinação no 1º e 2º graus.

Dadas as frases:

(6) João entregou a encomenda.

(7) O policial agrediu meu vizinho.

(8) Ela espera ansiosamente o dia da festa.

utilizamos o procedimento da comutação, cujas tarefas básicas são: a) segmentação (determinar os subconjuntos em que pode ser decomposta a oração); b) substituição (verificar quais desses subconjuntos exercem a mesma função(2)) e obteremos:

$$\text{João} \left\{ \begin{array}{l} \text{entregou a encomenda.} \\ \text{agrediu meu vizinho.} \\ \text{espera ansiosamente o dia da festa.} \end{array} \right.$$

$$\left. \begin{array}{l} \text{João} \\ \text{O policial} \\ \text{Ela} \end{array} \right\} \text{entregou a encomenda}$$

Em cada subconjunto há elementos equivalentes(3) já que, ao se fazer a permuta, a integridade da oração se mantém. Cada um desses elementos constitui uma unidade sintático-semântica, a que chamamos sintagma.

O sintagma, portanto, é um conjunto de elementos que constituem uma unidade significativa dentro da oração e que mantêm entre si relações de dependência e de ordem. Organizam-se em torno de um elemento fundamental, o núcleo, que pode, por si só, constituir o sintagma. Assim, nos sintagmas: João, o poli-

cial...ela o núcleo é um elemento nominal (nome ou pronome), daí tratar-se de sintagma nominal (SN). Já em entregou a encomenda, agrediu meu vizinho, espera... festa o elemento núcleo é o verbo, então trata-se de sintagma verbal (SV). A natureza do sintagma depende do tipo de elemento que constitui o seu núcleo. Além de SN, SV existem sintagmas adjetivais (SA), cujo núcleo é um adjetivo; sintagmas preposicionais (SP), geralmente formados por preposições + sintagma nominal.

Consideramos estrutura básica da oração: SN - SV. Trata-se de um modelo como ponto de partida para reflexão linguística. A partir dessa estrutura é que se poderão efetuar diversas transformações. As palavras são organizadas em grupo. As transformações recaem sobre os grupos e não sobre as palavras. O deslocamento, a substituição são procedimentos que fazem aparecer os grupos, isto é, os sintagmas. Exemplos:

(10) Os artesãos/faziam brinquedos de madeira

SN

SV

Por mais longa que seja a oração, ela pode ser decomposta nesses dois subconjuntos: SN/SV:

SN

SV

(11) A colega de minha irmã/recebeu elogios de seu chefe devido ao seu bom desempenho no trabalho.

Muitas vezes o sujeito não se atualiza, isto é, sua posição não é preenchida lexicalmente:

(12) Δ chove
 SN SV

Além de SN e SV, algumas orações podem apresentar um 3º subconjunto cujas características são:

- a) facultativo do ponto de vista sintático, por não fazer parte da estrutura argumental do verbo;
- b) móvel, ou seja, pode ser deslocado de sua posição normal (após o SN e o SV), vindo anteposto a esses sintagmas ou, ainda, intercalado;
- c) apresenta-se, geralmente, sob a forma de um sintagma preposicionado (SP):

SN SV

(11) A colega de minha irmã/ recebeu elogios de seu chefe/ devido ao seu bom desempenho no trabalho.

SP

SN SV SP

(13) O carteiro/ entregou a correspondência/ às dez horas.

Pode haver mais de um constituinte desse tipo (SP) na oração:

SN

SV

SP

(14) O carteiro/entregou a correspondência/na minha
casa/ às dez horas.

SP

Resumindo, através de esquema, temos:

$F \rightarrow T + O$

$O \rightarrow SN + SV (SP)$

Sendo a oração a projeção da estrutura argumental ~~do~~ do verbo, dependendo deste, podem aparecer sintagmas no interior ou fora do SV, subcategorizados ou não pelo verbo, como nos exemplos (13) e (14) acima e no que segue.

(15) Os turistas gostaram do Rio de Janeiro



do_Rio_de_Janeiro = SP subcategorizado pelo verbo gostar, aparece no interior do SV.

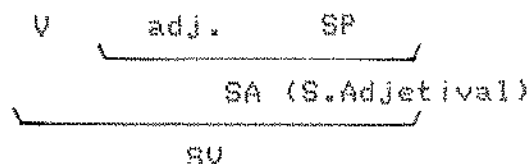
Aí entram as noções de complementos...adjuntos, chamados respectivamente de integrantes, acessórios pela gramática tradicional.

Dentro da nossa noção de oração, complemento integrante é o que vai funcionar como argumento do verbo, subcategorizado por ele, nesse sentido é obrigatório senão ficaria faltando algo à oração. O adjunto é algo a mais, porém não subcategorizado pelo

verbo. Isto nos faz lembrar da noção de completude à que a gramática tradicional se refere como definidora de oração, isto é, oração como expressão de sentido completo. No plano formal, essa noção poderia ser entendida como o preenchimento da estrutura argumental do verbo, mas não esgota o sentido, o qual tem a ver com as condições de produção da oração, da situação de comunicação.

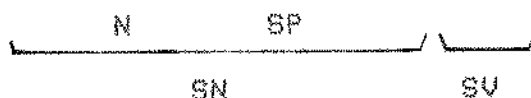
No interior de um sintagma nominal também podem aparecer elementos na função de complemento ou de adjunto de um núcleo nominal, ou seja, subcategorizados ou não por um nome, seja este substantivo ou adjetivo:

(16) A decisão do juiz foi favorável ao réu



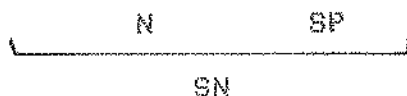
ao_réu = subcategorizado por A (favorável)

(17) As folhas das árvores caem



das_árvores = SP não subcategorizado por N (folhas)

(18) A construção da casa levará anos.



da_casa = SP subcategorizado por N (construção)

Como podemos observar, além de apresentar-se, muitas vezes, como um terceiro constituinte da oração (O), o SP pode ocorrer também dentro de um SN, de um SV ou de um SA (sintagma adjetival).

Cada SN e SV, por sua vez, possui componentes específicos: nomes, verbos, sintagmas preposicionais, sintagmas adjetivais etc. Em se pensando no trabalho em sala de aula, caberia, em seguida, uma explanação de forma sucinta e acessível aos alunos de 1º e 2º graus sobre todos esses constituintes(4), o que deixaremos de fazer por razões já mencionadas no início deste item (1.3.) e passaremos às frases complexas.

NOTAS

1. Serviram de ponto de apoio para esta exposição: *Bases de Análise Lingüística*, F. D. Charlier e *Lingüística Aplicada ao Português: Síntaxe*, J.V. Koch e M.C. de Souza e Silva.
2. Adotamos para função a posição de Koch (1986, p. 37), segundo a qual pode-se dizer que dois subconjuntos exercem a mesma função, isto é, são equivalentes num determinado quadro sintático (quadro de relações) se e somente se a substituição de um pelo outro não vier a destruir a integridade do conjunto - oração - que constitui o seu contexto. Evidentemente, os possíveis substitutos terão de ser seleccionados dentro do mesmo paradigma do constituinte a ser substituído.
3. Equivalência, aqui, do ponto de vista da estrutura da frase, no nível gramatical.
4. Para uma exposição mais completa sobre o assunto recomendamos KOCH, I e SOUZA e SILVA, M.C. *Lingüística Aplicada ao Português: Síntaxe*. 2 ed. S.P. Cartez Ed., 1986, bem como DUBOIS-CHARLIER, F. *Bases de Análise Lingüística*. Trad. e adap. de J. A. Peres. Coimbra, Livraria Almedina, 1981.

Capítulo 2

FRASES COMPLEXAS

Além de podermos aplicar transformações no interior de frases simples, ou seja, aquelas que se constituem de uma só oração, podemos aplicá-las para reunir orações que passam, então, a constituir as frases complexas.

(1) João comprou um carro.

(2) Pedro contou a verdade.

Em (2), poderíamos ter:

(2a) Pedro contou a novidade.

(2b) Pedro contou uma piada.

Mas também poderemos obter:

(2c) Pedro contou que João comprou um carro.

Em (2), (2a), (2b), Pedro contou Algo. Esse Algo, em (2), se realiza através de um SN subcategorizado por V e, em (2c), através de uma oração que, por sua vez, também é subcategorizada por V: *contar*, da oração anterior. Chamamos (2c) de frase complexa, em que há combinação de duas orações. Nas frases com-

plexas, a combinação de duas ou mais orações pode ser feita através dos procedimentos sintáticos de coordenação em que ocorrem orações denominadas coordenadas e subordinação, em que ocorrem orações subordinadas que se ligam a um tipo de oração denominada principal pelas gramáticas tradicionais.

2.1. Oração Principal

Afirmamos que, entre as orações de um período, existe interdependência; nessa perspectiva não é adequado se falar em oração principal, conforme o faz a gramática tradicional. Do ponto de vista sintático, a oração principal é a que tem um de seus termos expandido por meio de uma outra oração. Entretanto, como afirma Bechara(1975), "a oração principal nem sempre coincide com a determinação da idéia ou sentido principal do contexto".

(3) Desejo que sejas feliz

Em (3), a idéia principal está justamente na subordinada (sejas feliz).

A divisão da frase em oração principal e subordinada levamos a observar uma dissimetria entre a identificação da subordinada e o estudo das funções. Com efeito, numa frase como:

(4) Ele anuncia que virá.

dá-se a mesma função tanto à subordinada: *que_virá* como ao grupo nominal *sua_vinda*:objeto direto do verbo *anunciar*. Por que, então, não operar da mesma forma em relação à divisão em grupos? Se em:

(4a) Ele anuncia sua vinda.

adotamos a divisão: Ele/anuncia sua vinda,

SN

SV

por que não dividir (4) do seguinte modo:

Ele/anuncia que virá

Isto evitaria ter uma oração principal: *ele_anuncia*, uma subordinada: *que_virá* e dizer que a subordinada é complemento do verbo da principal. É mais produtivo chamar a atenção para o fato de que a subordinada faz parte do grupo verbal. A partir de uma estrutura como SN1 - V - SN2, pode-se preencher SN1 e SN2 de diversas maneiras, inclusive com orações subordinadas.

(5) Sua_resposta mostra sua_inteligência

SN1

V

SN2

(5a) Sua resposta mostra que ele compreendeu

(5b) Que ele tenha compreendido mostra sua inteligência

(5c) Que ele tenha respondido mostra que ele compreendeu

Em todas os casos, a estrutura de base é a mesma. O problema será mostrar, por exemplo, a diferença entre sua resposta e que ele tenha respondido, o que não é possível no nível de frases isoladas. Neste há uma aparente equivalência, não se evidencia uma possível diferença interna que possa haver.

O conceito de principal x subordinada complica a descrição. Os manuais didáticos, por vezes, descrevem a principal como "principal para o sentido da frase", a que "tem sentido completo" e a subordinada como a dependente, sem "sentido completo", portanto a de menor importância. Entretanto, conforme exemplificamos em (3), a idéia dita principal pode estar contida na subordinada. É mais produtivo, reafirmamos, considerar a oração subordinada como um aspecto possível do grupo nominal, uma das expansões do verbo e em seguida estudar as diferenças que caracterizam as subordinadas, conforme veremos no item seguinte. Cada uma delas tem funcionamento específico, no nível da frase e do texto.

Com relação à questão levantada, principal versus subordinada, é interessante aplicarmos a noção introduzida por Ducrot (1972) para melhor explicar a diferença entre frase simples e complexa como uma diferença estrutural, marcada em sua organização interna. Trata-se da noção de predicado complexo: um predicado constituído pela fusão de predicado elementar e oração:

(6) Maria desejou que João partisse.

Em (6), temos uma frase com oração subordinada. O predicado complexo, neste caso, é formado pela fusão de um predicado *de-seiuiu* e uma oração: *que João partisse*.

Conforme explicitaremos no próximo capítulo, se por um lado existem enunciados que só podem ser classificados como coordenados e outros só como subordinados, por outro lado, existem aqueles que apresentam ambigüidade, podendo ser interpretados ora como produtos de coordenação, ora como subordinação.

(7) Só Cristina veio porque Paulo partiu

tem duas leituras possíveis:

(7a) Somente Cristina veio: a causa disso é que Paulo partiu.

(7b) A única pessoa que veio por causa da partida de Paulo foi Cristina.

A leitura (7a) classifica (7) como coordenação; (7b) faz com que tenhamos subordinação em (7), devendo esta ser lida como um todo, um único enunciado que possui um único predicado (*viu porque Paulo partiu*) e um único sujeito (*Cristina*) modificado por *só*. O predicado complexo, no caso, é formado pela fusão de um predicado *viu* e uma oração *Paulo partiu*.

Não entraremos em mais detalhes aqui, o que nos dispersaria do objetivo central deste item. O que visamos, agora, é mostrar como uma divisão oração principal/oração subordinada, muitas vezes, pode levar a confundir em vez de esclarecer o aluno, não

só pela dissimetria entre identificação de subordinada e estudo das funções como pela ambigüidade de certos enunciados.

2.2 Tipos de Subordinadas

É nas frases complexas que se encontram as orações subordinadas cujo conceito discutiremos no próximo capítulo. Trataremos primeiro dos tipos de subordinadas. As gramáticas tradicionais as apresentam com base na distinção entre termos essenciais, integrantes e acessórios. Não só isto é problemático(1) como a interpretação desses termos, associada à distinção de complemento e adjunto, aquele como algo "integrante" e este "acessório". Uma oração subordinada completiva funcionaria, nestes termos, como um complemento integrante e as adverbiais e adjetivas como adjuntos, portanto acessórios, o que nem sempre corresponde à realidade, conforme exemplificamos com as adjetivas na primeira parte, (página 55). No Caso das adverbiais, considerá-las adjuntos no sentido oposto a essencial é inadequado, já que podem não ser "essenciais" no sentido de não serem subcategorizadas pelo verbo, mas são essenciais na medida em que não são dispensáveis do ponto de vista da comunicação.

Preferimos substituir à idéia de essencial, a noção de subcategorização, à qual já vimos fazendo alusão, e considerar adjunto algo que não é subcategorizado e não algo simplesmente dispensável, não essencial. Adotaremos, nessa perspectiva, uma classificação mais geral de dois tipos fundamentais de subordinadas: de um lado, as completivas (subcategorizadas pelo verbo ou por um nome substantivo ou adjetivo) e, de outro, as relati-

vas_e_circunstanciais (adjuntos não subcategorizados). As primeiras, por terem a ver com a subcategorização do verbo ou do nome, têm seu emprego limitado pela língua que dirige uma escolha; estas subordinadas revelam que há imposições da Gramática. O segundo tipo tem a ver com escolhas discursivas, portanto com a organização textual.

Do ponto de vista pedagógico, pode-se fazer referência à própria intuição do aluno que percebe em verbos como *comer*, *dizer*, por exemplo, a inclusão da idéia de *comer algo*, *dizer algo*, inclusão que não fará com *partir*, *sair* etc.

(8) Ele disse que chegará hoje.

(9) Ele partiu.

(10) Ele partiu porque terminaram as férias.

Não é porque posso ter (9), que *porque terminaram as férias* em (10) será considerado não essencial, apenas não é subcategorizado pelo verbo *partir*, mas tem seu caráter essencial em outro nível, na organização discursiva, por exemplo, nos efeitos de sentido.

Na tentativa de esboçar ligeiros conceitos, para efeito didático, podemos dizer que:

Orações subordinadas completivas são aquelas que resultam da reunião de duas orações numa só; a segunda ocupa o lugar de um SN e deve ter as propriedades de um SN. Esta é a razão por que, em gramática, se atribui a esta segunda oração a função que o SN tem nesta estrutura.

O1 - Pedro disse algo }
 } (11) Pedro disse que você viria.
 O2 - Você viria

orações circunstanciais - classifica-se como circunstancial uma O2 que se junta a uma O1 em função de circunstancial, ou seja, na função de um adjunto não subcategorizado. Em outros termos, as circunstanciais aparecem na posição de um SP (sintagma preposicional) adjunto.

$F \rightarrow SN + SV + (SP)$

A oração circunstancial é encaixada no SN deste (SP)

O1 - Pedro saiu { em dado momento
 } antes de ALGO } (12) Pedro saiu antes
 } } que o filme
 O2 - O filme acabou } me acabasse.

A construção desse tipo de subordinada leva em conta a relação temporal entre duas orações de base:

Orações de base

O1 - Maria viajará

(13) Maria viajará antes que Pedro chegue.

02 - Pedro chegará

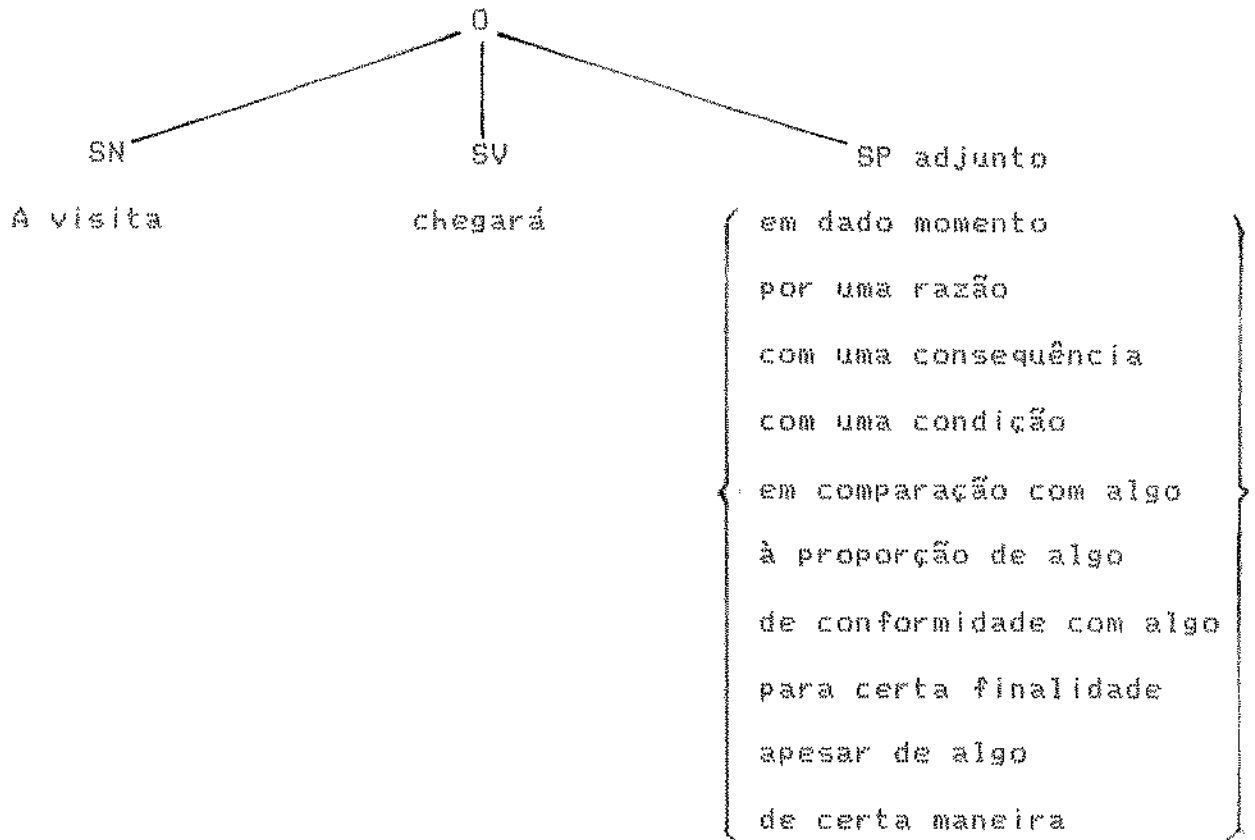
A oração circunstancial pode exprimir, além da circunstância de tempo, uma série de outras relações: causa, consequência, condição, comparação, proporcionalidade (sequência temporal), conformidade, finalidade, concessão, modo (2), indicados pela palavra ou expressão subordinativa, a qual também comanda o modo subjuntivo ou indicativo, nesta subordinada. Não é suficiente, por exemplo, dadas as orações: Pedro_sai / João_chega, dizer que a segunda, João_chega, pode ser encaixada na primeira, Pedro_sai, em seguida a um verbo, com o valor de circunstancial. É necessário precisar qual é o sentido expresso pela presença da palavra subordinativa para poder escolher entre: Pedro_sai_se_João_chega; Pedro_sai_quando_João_chega; Pedro_sai_já_que_João_chega etc. A subordinação permite anunciar de modo claro o que, numa simples justaposição de frases ficaria frequentemente ambíguo; a justaposição pede, em alguns casos, a adição de sinais como dois pontos (embora estes não desfaçam ambiguidade) ou palavras como então, assim etc., para não perder a informação que seria dada pela palavra subordinativa:

Ele trabalha: então eu o deixo tranquilo.

Ele trabalha: eu o deixo tranquilo.

Já_que ele trabalha, eu o deixo tranquilo.

O gráfico abaixo permite visualizar as diversas relações expressas por uma subordinada circunstancial:



A condição de não subcategorizadas das subordinadas circunstanciais pode ser testada através de manipulações como o apagamento, o que não é possível com as completivas, por exemplo, que são subcategorizadas pelo verbo da oração anterior:

(14) Pedro sairá antes que João chegue.

(14a) Pedro sairá.

(15) Ele disse

{ que é culpado

{ a verdade

(16) *Ele disse.

(16) pode-se realizar, mas será entendida como elipse com função anafórica.

Orações Relativas - denominadas adjetivas pela gramática tradicional, assim como as circunstanciais e completivas, resultam do encaixe de duas orações, porém apresentam a característica específica de terem como palavra subordinativa o pronome relativo, este exercendo uma função na subordinada: sujeito, objeto direto etc. As relativas exercem o papel de expansão do nome.

O1 - A casa é boa	}	(17) A casa que comprei é boa
O2 - Comprei a casa		

Observamos que há repetição de um grupo nominal nas frases que resultam na subordinada relativa, a qual permite evitar essa repetição justamente através do pronome relativo.

O1 - Maria comprou o livro ontem.
O2 - O livro agradou João.

A oração O1 contém um circunstancial: ontem. Quando há circunstanciais além do grupo nominal que servirá de antecedente, a relativa resultante poderá ficar ambígua, apesar de corretamente produzida:

(18) Maria comprou o livro que agradou João ontem.

"Ontem" pode ser interpretado como complemento de agradou, da oração (O2) acima e não de comprou, da oração (O1) acima. A frase (18) pode levar à conclusão de que resultou de:

01 Maria comprou o livro.

02 O livro agradou João ontem.

A ambiguidade pode ser eliminada com o deslocamento do circunstancial:

(18a) Maria comprou ontem o livro que agradou João.

Isto mostra que a operação de relativização pode acarretar procedimentos de reajustes após o encaixe, os quais tendem a colocar perto do verbo da O1 seus complementos e a conservar a direita da oração para a subordinada relativa.

A escolha do pronome relativo e presença ou não de preposição antes dele dependem da função que exerce na O2 o grupo a relativizar. As características do antecedente, tais como animado, inanimado também são relevantes. Exemplos:

(19) O livro que comprei é bom

obj. direto

01 O livro é bom

02 Comprei o livro

obj. direto

(20) O livro de que preciso é este

obj. indireto

01 O livro é este.

02 Preciso do livro

obj. indireto

(21) Veja a revista em cuja editora trabalho
 adj. adnominal

01 Veja a revista

02 Trabalho na editora desta revista

adj. adnominal

(22) O professor com quem trabalho é muito capaz.

01 O professor é muito capaz

02 Trabalho com o professor

Em (22), o antecedente é humano/animado

(23) A faca com que me cortei é nova (antecedente não
 humano/inanimado)

01 A faca é nova

02 Cortei-me com a faca

(24) Revi a cidade onde nasci

01 Revi a cidade

02 Nasci nessa cidade

Essas considerações informam, em resumo, as condições para se obterem as relativas: identidade de grupos nominais nas orações de partida, designando uma mesma realidade e constituindo uma repetição inadequada; inserção de 02 em 01, com reajustes se necessários (por exemplo, colocar perto do verbo de 01 seus di-

versos complementos). O grupo nominal pode ter funções bem diferentes em O1, mas sua função em O2 é que determina a função do pronome relativo conforme ilustramos acima. Vejamos mais um exemplo:

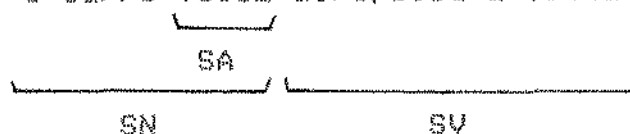
O1	{	Retirou-se o artigo sobre o filme
		Pedro não quis ver o filme
		Um cavalo e um cão trabalham no filme
O2 O filme agradou meus alunos		

Inserindo O2 nas diferentes possibilidades de O1, o pronome relativo será sujeito em todas as relativas obtidas:

- (25) a) Retirou-se o artigo sobre o filme que agradou meus alunos
- b) Pedro não quis ver o filme que agradou meus alunos
- c) Um cavalo e um cão trabalham no filme que agradou meus alunos.

Do ponto de vista do sentido, há dois tipos de Relativas que a gramática tradicional costuma chamar de Restritivas e Explicativas. Veremos adiante que a utilização de um ou de outro tipo pode nos esclarecer intenções do falante. As Restritivas são encaixadas na posição de um SA (Sintagma adjetival), fazem parte do SN, formando com ele um único constituinte:

(26) O carro veloz atropelou a velha



(27) O carro que corria muito atropelou a velha



Prova de que as Restritivas formam com o SN de que fazem parte um único constituinte é a transformação passiva:

(28) A velha foi atropelada pelo carro que corria muito.

Explicativas: têm valor de aposto, encaixam-se ao lado do SN que contém o elemento idêntico, enquanto as REstritivas se encaixam dentro do SN.

(29) Pedro, que é esportista, gosta de nataação.

(29) origina-se de:

- a) Pedro gosta de nataação.
- b) Pedro é esportista.

Esta análise equivale a dizer que, em (27), há uma só asserção, em (29) há duas. As consequências semânticas e discursivas deste fato serão consideradas mais abaixo.(3)

Uma vez que, no nosso trabalho, o objetivo é preocuparmos com o comportamento das subordinadas mais que com sua descrição formal, nos contentaremos com essas noções gerais sobre a oração relativa. Por outro lado, mais do que com os tipos de subordinadas, estamos preocupados em focalizar o papel destas no texto, o que faremos mais adiante. Antes, porém, passaremos à discussão de aspectos relativos ao conceito de coordenação e subordinação.

NOTAS

1. Cf. 52-55 deste trabalho, em que comentamos e exemplificamos esse fato com base em Ilari, R. (1985).
2. Adotamos posição contrária à da N.G.B., que não reconhece a existência das orações modais.
3. Cf. Capítulo 7, 2a. parte deste trabalho

COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

3.1 Necessidade de Revisão da Atual Conceituação

Procuraremos, inicialmente, fundamentar a necessidade de revisão do critério atual, vigente nas gramáticas tradicionais e livros didáticos, de conceituação e, conseqüentemente, classificação de orações coordenadas e subordinadas, necessidade esta à qual apenas fizemos alusão na primeira parte deste trabalho(1), quando dissemos que as gramáticas tradicionais conceituam coordenação e subordinação com base no critério da autonomia das orações no período, sendo aquelas independentes e estas dependentes de uma oração considerada principal, sem, entretanto, uma especificação da noção de dependência.

Segundo Eduardo Guimarães (1981), o próprio critério da autonomia nos leva a incluir orações classificadas como subordinadas no rol das coordenadas, é o que acontece por exemplo com as orações introduzidas pela conjunção *embora*.

Observemos as seguintes orações:

1. Embora jogue bem não foi convocado.
2. Não foi convocado, mas joga bem.
3. Paulo disse que todos jogam bem.

Aplicando os testes da interrogação e negação teremos:

Interrogação:

- (1) Embora jogue bem, não foi convocado?
- (2) Não foi convocado, mas joga bem?
- (3) Paulo disse que todos jogam bem?

Notamos uma diferença de comportamento entre (1) e (2) de um lado, e (3) de outro, ou seja, embora comporta-se como mas que é considerado como conjunção de coordenação.

O teste da interrogação revela que a pergunta só incide sobre todo o período no caso de (3), o que também vai ocorrer com a negação:

- (4) Não foi aceite, embora tenha feito o trabalho.
- (5) Não fez o trabalho, mas foi aceite.
- (6) Ele não disse que Paulo veio.

Do ponto de vista da autonomia, isto significa que em (4) e (5) as orações introduzidas por embora e mas comportam-se da mesma maneira, isto é, como independentes.

Reforçam a afirmação de que embora se comporta como coordenativo os critérios utilizados por Bally (1965), cuja sintaxe se faz a partir da observação de como cada tipo de estruturação sintática está ligada à distinção tema e comentário.

Para Bally: - duas orações são coordenadas quando a 2a. tem a 1a. por tema;

- uma oração se subordina à outra quando a relação de uma com a outra não caracteriza a distinção tema e comentário. Entre subordinada e principal não há pausa.

Quanto ao critério da pausa:

- 7. Paulo não foi escolhido/embora fosse o melhor.
- 8. Paulo era o melhor para o cargo/mas não foi escolhido.
- 9. Paulo disse que todos são competentes.

Quanto à relação tema e comentário:

- 10. Paulo fez o trabalho, embora não quisesse fazê-lo.
- 11. Não queria fazer o trabalho, mas o fez.
- 12. Paulo disse que todos fariam o trabalho.
- 10a. Paulo fez o trabalho. Ele o fez, embora não quisesse fazê-lo.
- 11a. Paulo não queria fazer o trabalho. Não queria, mas o fez.
- 12a. Paulo disse. Disse que todos fariam o trabalho.

Observamos que em (10a) e (11a), a segunda oração tem a oração anterior por tema.

Com esses exemplos, E. Guimarães demonstra que, do ponto de vista da pausa, da autonomia e da maneira como cada uma das estruturas sintáticas revela tema e comentário, as orações introduzidas por *embora* e *mas* se encaixam numa mesma classe, a das coordenadas, sendo a oração introduzida pelo *que*, acima, subordinada.

As construções com *embora* e *mas*, apesar de serem construções sintáticas com características de coordenação, não são sinônimas, uma vez que a inversão do valor argumentativo das orações altera-lhes o sentido. Cada uma das construções estabelece uma relação específica, uma estratégia diferente entre locutor e destinatário:

(13) Fiz o trabalho, embora não quisesse.

(14) Embora não quisesse, fiz o trabalho.

(15) Não queria, mas fiz o trabalho.

(16) *Mas fiz o trabalho, não queria.

Chamando as orações de A e B, em (13) temos \hat{A}_1 -*embora*-B; em (14), *Embora*-B- \hat{A}_1 ; em (15) \hat{A}_1 -*mas*-B e em (16), **Mas*-B- \hat{A}_1 . Comparando as frases, observamos que (13) tem uma estrutura argumentativa oposta à de (15), ou seja, em \hat{A}_1 -*embora*-B prevalece como argumento \hat{A} e, em \hat{A}_1 -*mas*-B, prevalece como argumento *mas*-B. Observamos também que, do ponto de vista sintático, é possível a inversão em (13), isto é, *embora*-*não*-*quisesse* no início, o que não é possível com a conjunção *mas*.

Levando essas possibilidades de construção em conta, temos que, em (13), o argumento que é dado como válido mantém-se como

válido; em (14), o argumento já é enunciado como não válido antes de ser dito; em (15), apresenta-se um argumento como válido e depois nega-se sua validade. Em termos mais técnicos, afirma E. Guimarães que "embora nega argumentativamente a oração em que aparece. Isto permite, então, que quando o *embora* vem no início (*embora B, A*), se tenha já, no destinatário, a expectativa do oposto do que se está dizendo. Quanto ao *mas*, ele nega argumentativamente a oração que lhe antecede (a oração sem o *mas*), e que, portanto, já foi dita. Aqui se tem uma expectativa que será depois frustrada pelo *mas_B*".(2)

Ainda segundo E. Guimarães, no entendimento dessas conjunções (*embora, mas*), deve-se incluir um jogo de relações entre locutor e destinatário, a que ele chama de *estratégias de relação*. A estratégia do *mas* é a de frustrar uma expectativa que se criou no destinatário, enquanto a do *embora* é de manter uma expectativa, sendo que em *Embora_B_...A* não se dá um argumento que se mantém, mas anuncia-se, com antecedência, que o argumento seguinte prevalecerá.

Cada uma das construções: (13), (14), (15) estabelece uma relação específica, uma estratégia diferente entre locutor e destinatário, portanto, *embora* e *mas* são operadores de discurso, ou seja, organizam-no argumentativamente.

Também anunciamos na primeira parte que a conjunção *porque* é, ao mesmo tempo apresentada na lista de subordinativas causais ao lado de *já_que* e de coordenativas explicativas, ao lado de *pois*. Vejamos mais detalhadamente o que acontece:

17. Maria veio porque faz calor.

18. Maria veio já que faz calor.

19. Maria veio, pois faz calor.

Aplicando a negação e interrogação em (17) temos:

17a. Maria não veio porque faz calor, mas por outro motivo.

17b. Maria veio porque faz calor?

A negação e a interrogação recaíram sobre o período como um todo, o que não acontece em (18) e (19):

18a. *Maria não veio já que faz calor, mas já que ...

19a. *Maria não veio, pois faz calor, mas pois ...

18b. *maria veio já que faz calor?

19b. *Maria veio pois faz calor?

Notamos que 18a., 18b., 19a. e 19b., se não forem impossíveis, são, ao menos, estranhas à língua. Se fizermos uma pausa após *veio* e mudarmos a entonação, notamos que *já que* introduz um comentário, uma explicação à frase negativa ou à interrogativa. Em (18) e (19), a interrogação e negação só são possíveis parcialmente, não no período como um todo. Isso mostra que as orações unidas por *já que* e *pois* mantêm sua individualidade; o fato introduzido por *já que* é apresentado como uma prova, não se trata de enfatizar uma relação causal. A construção com *já que* está mais para a coordenação que subordinação, do ponto de vista do próprio critério das gramáticas, o critério da autonomia das orações.

Empregando a forma enfática, teremos:

17c. É porque faz calor que Maria veio.

18c. *É já que faz calor que Maria veio.

O exemplo mostra o funcionamento diferente entre *já_que* e *porque*, que figuram lado a lado nas conjunções causais como intercambiáveis. A expressão *é...que* evidencia a relação estreita entre as duas orações unidas por *porque* (uma relação causal) e não autonomia das orações, logo estrutura de subordinação.

Vogt (1980) aponta fatos que também permitem aproximar *pois* e *já_que* e diferenciar *pois* e *porque* (citadas juntas como explicativas), de tal forma que a oposição entre coordenadas explicativas e subordinadas causais precisaria ser questionada, é um aspecto em que a confusão no ensino do Português é grande, os critérios são intuitivos, a função cumulativa do *porque* (causal-explicativo) não obedece a nenhum princípio sistemático de explicação ou mesmo de classificação.

Segundo Vogt, os critérios abaixo aproximam *porque* e *já_que* como subordinativas causais e as diferenciam de *pois* coordenativo explicativo:

19) *porque* e *já_que* podem encontrar-se no começo do enunciado, enquanto *pois* exige um texto anterior, um pré-texto:

20. Porque é bonito, ele se julga superior.

21. Já que você concordou, efetuarei as compras.

22. *Pois é bonito, ele se julga superior.

(22) é uma frase estranha, porém não impossível.

2*) As causais *porque* e *já_que* podem combinar-se com a conjunção *e*, ao passo que *pois* normalmente não faz isso:

23. Maria foi bem de exame *porque* estudou *e* *porque* é inteligente.

24. Eu farei o curso, *já_que* você insiste *e* *já* que é interessante.

25. *Maria não saiu, *pois* estava cansada *e* *pois* estava desanimada.

Os critérios abaixo apontam semelhanças entre *pois* e *já_que* como coordenativos e diferenças de ambos em relação a *porque*:

1*) As orações introduzidas por *pois* e *já_que* não podem responder à questão *porque*? Daí a estranheza dos diálogos:

(26) a - Por que João não veio à aula?

b - *Pois ele está doente.

ou

c - *Já que ele está doente.

Entretanto a conjunção *porque* é normal nesse tipo de diálogo:

- (27) a - Por que João não veio à aula?
 b - Porque está doente.

Segundo Vogt, seria possível uma resposta com *pois* ou *já...que*, mas manifestaria recusa do interlocutor em aceitar um diálogo como jogo de razões.

2ª) As conjunções *pois* e *já...que* não podem aparecer na forma enfática com a expressão *é...que*, sendo isso possível com *porque* (conforme já mencionamos):

- (28) *É pois ele está com dor que chorou.
 (29) *É já que ele está doente que não veio.
 (30) É porque ele está com dor que chorou.

3ª) *Porque* pode ser modificado por advérbios que não ocorrem com *pois* e *já...que*

- (31) Ele chorou simplesmente porque tinha dor.
 (32) *Ele chorou simplesmente pois tinha dor.
 (33) *Ele chorou provavelmente já que tinha dor.

Já...que associa-se frequentemente a advérbios como naturalmente, evidentemente, justamente.

Podemos acrescentar a esses critérios o das transformações de negação e interrogação, já comentadas. O exposto evidencia semelhanças de comportamento entre *pois_e_já...que* de um lado, em oposição a *porque* causal de outro. A explicação das gramáticas

baseia-se no critério da pausa: maior com *porque* e menor com o emprego de *porquê*. Entretanto, como afirma Vogt, o "que é apontado nas gramáticas como princípio de explicação é, na verdade, um fenômeno decorrente das particularidades semânticas dessas conjunções" (3). Assim, o problema da pausa é algo a ser explicado e não um princípio de explicação. Quanto a particularidades semânticas de *porque* e *já que*, explicitaremos mais à frente, (p.147).

Esses fatos conduzem portanto, não só à revisão da atual classificação das conjunções e orações por elas introduzidas como dos próprios critérios que definem essa classificação.

3.2 Conceito de Coordenação e Subordinação

Inicialmente gostaríamos de citar Koch (1984), segundo a qual conceitos puramente sintáticas de coordenação e subordinação vêm sendo questionados, considerando-se que, do ponto de vista semântico e pragmático, as orações de uma frase complexa, denominada período composto pelas gramáticas tradicionais, são necessariamente interdependentes. Segundo Koch, os problemas com que se depara o estudioso ao tentar explicar os conceitos de coordenação e subordinação decorrem do fato de se adotarem critérios meramente sintáticos. Diz a autora que "torna-se inadequado falar em orações dependentes (ou subordinadas) e independentes (ou coordenadas) já que se estabelecem entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, relações de interdependência, de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais. E além das relações entre os

enunciados (relações semânticas ou lógicas), há aquelas que se estabelecem entre o enunciado e a enunciação a que se pode chamar de pragmáticas ou argumentativas"(4).

Koch, por sua vez, cita Othon Garcia (1978) e Borba (1979) os quais apresentam exemplos de orações que normalmente se classificam como coordenadas "mas que não possuem nenhuma autonomia semântica, não se podendo, assim, falar em independência, visto que independência significa autonomia não só de função, mas também de sentido"(5).

(34) portanto, não sairemos.

[Está chovendo, portanto não sairemos.]

(35) mas ninguém o encontrou.

[Todos o procuraram, mas ninguém o encontrou.]

(36) Irei, quer chova, quer faça sol.

(36) significa:

(37) Irei, mesmo que chova, mesmo que faça sol.

(=valor subordinativo-concessivo)

São de Garcia os exemplos abaixo(6) que contêm orações justapostas, mas que mantêm nítida relação de dependência, podendo o valor da relação ser facilmente explicitado:

(38) Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram (causa)

(39) Não fui à festa do seu aniversário: passei-lhe um telegrama (oposição)

(40) Não fui à festa do seu aniversário: não posso saber quem estava lá (conclusão).

Embora as frases acima apresentem a mesma estrutura, cada uma delas exprime uma relação diferente. A mesma relação semântica, por outro lado, pode ser expressa por meio de construções diferentes: Koch acrescenta exemplos aos de Borba e de O. Garcia:

(41) Usou de todas os recursos possíveis para tentar convencer-nos de sua inocência.

(41a) Tentou convencer-nos de sua inocência;

{ para isto usou de todos os recursos possíveis.
para o que

(41b) Tentou convencer-nos de sua inocência: usou de todos os recursos possíveis.

No conjunto acima (41, 41a, 41b) encontramos orações que se costumam classificar de coordenadas, subordinadas e justapostas

No entanto, todas elas exprimem a mesma relação semântica, que exige, necessariamente, a presença de dois membros. Logo, "não há autonomia entre elas, nem é lícito falar de oração principal e oração subordinada, já que se pode inverter a forma de combinação dos elementos do binômio sem alterar a relação" (7). Assim, afirma Koch, em todo e qualquer período composto por duas ou mais orações, verifica-se a interdependência en-

tre elas, uma vez que a presença de cada oração é necessária para veicular o significado pretendido. "O simples fato de o locutor apresentá-las em um só período, já significa uma opção, que tem, portanto, consequência na constituição do sentido. Se é verdade que, em muitos exemplos citados, a primeira oração pode ser enunciada independentemente, o acréscimo da segunda vem trazer um novo significado a todo o conjunto: ela ora é responsável pela introdução de relações semânticas como as de causa/consequência, meio/fim etc; ora encadeia-se sobre a primeira, como fator de progresso do discurso, sendo portadora de valores pragmáticos de extrema relevância que a relacionam não só com esta mas também com a própria enunciação"(8).

É interessante também considerar a posição de Bally quanto às relações entre as orações. Conforme já mencionamos(p.99), para Bally, cada tipo de estruturação sintática está ligado à distinção Tema e Comentário(9). Segundo ele, na coordenação a segunda oração tem a primeira por tema, ou seja, a coordenação retoma a 1a. oração na 2a. como subentendida, por elipse; na subordinação, a relação de uma oração com a outra não caracteriza a distinção de tema e comentário.

(42) Maria não almoçou, portanto ela está com fome.

A

B

B toma A por tema, apresentando-se como um comentário referente a A. Sendo A uma oração que corresponde a um ato de enunciação(10) que permanece idêntico a si mesmo, quer seja seguido ou não de B e comportando, portanto, um tema e um comentário, po-

demos dizer que há uma certa autonomia de A em relação a B, no sentido de poderem ser ditas por interlocutores diferentes, num diálogo. No exemplo acima, A e B podem ser objetos de atos de linguagem autônomos, entretanto, em (42), B aparece como uma conclusão de A, comportando, pois, como parte integrante, uma referência a A. Daí não podermos falar em independência absoluta, dada a inter-relação das orações.

(43) Como trabalhou muito, está cansado.

A

B

Comparando (42) com (43), observamos que em (43) as orações estão ligadas num único ato de enunciação, correspondente a uma única intenção, de tal modo que a primeira não constitui objeto de um ato de linguagem independentemente da segunda. Em (43), A não é objeto de um ato de enunciação isolado, não sendo afirmado como tal. Trata-se de subordinação, ao contrário de (42) em que temos coordenação. Em (43), não se afirma sucessivamente A e B, mas se anuncia uma relação entre elas.

Conceituamos subordinação com base em Guimarães(1987), o qual apresenta hipóteses para explicar um conjunto de fatos relativos à coordenação e subordinação. Inicialmente, observou o modo como os segmentos articulados se organizam em relação à enunciação, o que explicitaremos mais abaixo (3.3,p.120). Após comparação das diversas características apontadas a propósito dos fatos, ou seja, das frases com as conjunções que focalizou, passou para o nível da formulação de hipóteses que explicassem as regularidades dos fatos, quando, então, tematiza a questão

da relação entre as orações na frase. Na busca de hipóteses, tomou, em princípio, como base para suas reflexões, a posição de Charles Bally (1965), segundo o qual, conforme já mencionamos anteriormente (p.99 e 110), a articulação Tema/Comentário, e a Dependência ou não entre as orações são dois parâmetros fundamentais na descrição da relação entre elas. Diremos, com Guimarães, que as orações são dependentes ou são não dependentes, e isto porque, do ponto de vista enunciativo, não se pode pensar numa independência absoluta entre as orações. Esta independência será sempre relativa, isto é, o que se terá ou não é a dependência entre as orações.

Segundo Guimarães, "duas orações (ou dois elementos linguísticos) são dependentes se ambas constituem uma outra oração. Ou seja, a dependência é uma relação entre dois elementos linguísticos que constituem um outro de mesma natureza. Assim, se duas orações não constituem juntas uma outra, diremos que elas são não dependentes. A não dependência se dá quando numa construção dois elementos linguísticos constituem outro elemento, mas não de mesma natureza" (11). Para lembrar a adequação dessa posição, cita os exemplos:

(44) Maria comprou o carro, logo vendeu a casa

(45) Ricardo disse que todos viajaram hoje

cujas características estão em extremos opostos. "Se é verdade que podemos caracterizar (45) como uma frase na qual uma oração depende de outra, não é totalmente verdade que em (44) as orações são absolutamente independentes". (12)

Uma primeira hipótese de Guimarães é a de que a dependência impede a divisão das orações da frase para dois locutores e a articulação por sobre o limite de frase; a não dependência impede de tomar a frase constituída pelas duas orações como um todo. Isto se dá em relação à negação, pergunta e encadeamento.

Uma segunda hipótese é a de que o fato de a construção configurar Tema/Comentário impede que se tenha Tema/Comentário num único grupo entonacional. Se o tema é uma oração e o comentário, outra, então cada oração deve corresponder a um grupo entonacional.

Uma terceira hipótese é apresentada para descrever e explicar, por exemplo, o fato da correlação modal entre as orações. Trata-se da hipótese do Paralelismo, ou seja, da hipótese de que as construções podem ser ou não paralelas. "Uma construção é paralela quando exige a repetição de certos traços nos seus membros correlatos" (13).

Essas considerações levaram ao conceito de subordinação como o processo de construção linguística que tem como característica uma relação hierárquica entre as orações, resultante da dependência e não paralelismo de construção. O não paralelismo é parte explicativa do modo como se dá a consideração da frase como um todo com os fenômenos de negação e interrogação, porque a dependência e o não paralelismo configuram a relação hierárquica entre as orações, fazendo com que negação e pergunta só possam incidir sobre a frase toda e de modo que a reduplicação da negação e pergunta não se faça necessária.

(46) O professor disse que corrigiu as provas.

(46a) O professor não disse que corrigiu as provas.

(46b) O professor disse que corrigiu as provas?

Embora Bally afirme que uma oração se subordina a outra quando a relação de uma com a outra não caracteriza a distinção Tema/Comentário, não descarta a possibilidade de esta articulação poder aparecer na subordinação por outras razões, a situação, por exemplo. Isto faz com que o conceito de subordinação de Guimarães esteja em consonância com a posição de Bally, uma vez que, para Guimarães, a caracterização da articulação Tema/Comentário não impede a hierarquia entre as orações.

(47) A casa, Maria disse que vendeu

É possível dizer que em (47) tem-se uma relação T/C:

A casa = Tema

Maria disse que vendeu = Comentário

e, ao mesmo tempo, pode-se dizer que há subordinação entre as orações. Podemos ainda considerar que em:

(47a) Que vendeu a casa, Maria disse

Que vendeu a casa é Tema e Maria disse é comentário. A articulação T/C explica a divisão entonacional que se tem, cada oração está num grupo tonal, e, nem por isso, se deixa de ter a

relação hierarquizada, própria da subordinação: a inversão não anula o não-paralelismo.

À noção de autonomia e à especificação de Tema/Comentário discutidas por Bally, Guimarães acrescenta, pois, a hipótese do paralelismo.

Em relação à coordenação, podemos dizer com Bally que a segunda oração tem a primeira por tema e acrescentamos o que diz Guimarães: que há coordenação em construções que apresentam não dependência e podem apresentar o paralelismo ou não. Na concepção de Guimarães, orações com as conjunções e, mas, ou são coordenadas que apresentam paralelismo e não dependência; orações com as conjunções logo, pois, já que, embora não apresentam paralelismo, mas também são coordenadas porque se comportam como tal, devido ao fato de configurarem não dependência.

Segundo Guimarães, o paralelismo das construções é elemento explicativo fundamental das construções com formas que o apresentam. Dependendo de como ele se cruza com outras características, produz diferentes possibilidades. Por exemplo, paralelismo e não dependência explicam o fato de a negação não incidir na frase como um todo, caracterizando a coordenação:

(48) Maria estudou, mas não foi bem no exame.

Resumindo:

Subordinadas: têm como característica a combinação dependência com não paralelismo (o que caracteriza uma relação hierarquizada), além de não especificarem a articulação T/C. Há um grupo de

subordinadas que pode apresentar esta articulação T/C, a qual não impede a hierarquia entre orações.

Coordenadas: têm como característica a não dependência⁽¹⁴⁾ entre orações e a especificação da articulação T/C. As coordenadas podem apresentar o paralelismo ou não.

Observação: orações tidas como subordinadas pela gramática tradicional como as iniciadas pelas conjunções *já_que*, *embora*, segundo Guimarães, classificam-se como coordenadas que apresentam não paralelismo. Preferimos acrescentar à oposição coordenação/subordinação, uma construção intermediária na qual as incluiríamos, uma vez que seu comportamento é de coordenação, porém configurando não paralelismo que é constante na subordinação.

Há, também, outras construções cujo comportamento na frase ora é de coordenação, ora de subordinação. Participam das características de ambas. É o caso de construção com conjunção do tipo *para_que*. Ela pode ser classificada numa classe geral das que não apresentam paralelismo. Considerando, entretanto, as situações em que pode aparecer, poderá ser ou coordenada ou subordinada.

(14) João treinou *para_que* vencesse a corrida.

A negação e pergunta podem incidir sobre a frase como um todo e também sobre apenas uma das orações:

(49a) João não treinou para que vencesse a corrida.

Pode-se interpretar que João não treinou para vencer a corrida, mas para outra coisa. Por outro lado, pode-se considerar a negação somente sobre a primeira oração, caso em que não...treinar é que é tomado como tendo a finalidade de poder vencer a corrida.

(50) João treinou para que vencesse a corrida?

Neste caso, a pergunta incide sobre a frase como um todo. Também é possível considerar:

(50a) João Treinou. Para que vencesse a corrida?

em que a pergunta pode incidir somente sobre a 2a. oração de (50).

Quanto à divisão para dois locutores numa conversa é razoável encontrar:

(51) L1 ~ João treinou.

L2 ~ Para que vencesse a corrida.

Quanto à divisão entonacional no interior da frase, os grupos prosódicos coincidem com as orações:

(52) João treinou/para que vencesse a corrida.

Como no caso da conjunção *embora*(15), não só é possível haver dois modos, mas estes também devem ser distintos, e mais especificamente: o modo verbal da oração introduzida pelo *para...que* deve vir no subjuntivo, enquanto o verbo da outra vem no indicativo. Como para o *embora*, a oração introduzida pelo *para...que* está sempre no subjuntivo. Não há, portanto, a mesma mobilidade modal entre as orações.

Observando os exemplos com *para...que*, podemos dizer que esta conjunção não especifica a característica da dependência ou da não dependência. Esta característica se dá segundo as circunstâncias de cada enunciação. Afirma Guimarães que esta hipótese de frase com *para...que* não ser marcada quanto à dependência e não dependência explica sua dupla possibilidade quanto ao alcance da negação, da pergunta, do encadeamento. A possibilidade de divisão para dois locutores se explica pelo fato de a enunciação usar a relação como não dependente. Quanto à T/C, a construção não inclui nas suas regularidades nem a configuração nem a não configuração desta articulação. Assim, esta construção pode apresentar esta articulação. A possibilidade de inversão das orações é explicável pela não marcação do comentário, "que não se dá no caso de haver a articulação tema/comentário e muito menos quando ela não existe". Em resumo, podemos dizer que construções com a conjunção *para...que*:

não especificam dependência/não dependência

não especificam tema/comentário

apresentam não paralelismo

De acordo com o conceito que apresentamos de subordinadas e coordenadas (cf.p.115), podemos ter orações essencialmente subordinadas e orações essencialmente coordenadas. Há, entretanto, orações que se comportam como coordenadas, mas que apresentam um traço constante de subordinação: o não paralelismo, como acontece com as construções com *já que*, *embora*, o que acarretará implicações na organização do discurso, se pensarmos, por exemplo, na hierarquia da informação, na possibilidade de inversão das orações na frase, na noção de posto/pressuposto, conforme veremos adiante. Há, também, como acabamos de ver, construções que, conforme as circunstâncias de cada enunciação, permitem o enquadramento ora na coordenação, ora na subordinação. Logo, propomos um conceito de coordenadas e subordinadas apenas como ponto de partida para o estudo dessas construções, estudo este que nos interessa mais enquanto reflexão sobre o uso das mesmas na organização do discurso, sobre as relações estabelecidas pelas conjunções que enquanto preocupação de classificação rígida com o objetivo de encaixar numa definição todas as construções da língua.

3.3 Classificação das conjunções

Ligados ao que expusemos sobre coordenação e subordinação estão alguns aspectos sobre conjunções, os quais apresentaremos de modo que se possa melhor caracterizá-las. Também esta exposição se baseia no estudo de conjunções do Português feito por Guimarães (1987) que procurou revelar aspectos do funcionamento

Em se pensando no trabalho de sala de aula, junto a algumas de 1ª e 2ª graus, ao invés de apresentação de listas de conjunções sugerimos a apresentação de frases em que se observem os modos acima, a organização das frases e as relações entre as orações. A título de ilustração do modo como se dá a articulação-

- correlação dos modos verbais na oração.
- a divisão entonacional no interior de uma frase!
- a divisão para dois locutores numa conversa!
- o modo de encadeamento no texto!
- o alcance da pergunta!
- o alcance da negação!
- vem antes de um ponto!
- conjunção articular a oração que inicia com a que frase (na escrita corresponde à possibilidade de a
- a possibilidade de articulação por sobre o limite de
- a possibilidade de inversão das orações!

isso considera:

mentos articulados se organizam em relação à enunciação. Para fatos ligados a elas. O autor leva em conta o modo como os seg- da atual classificação das conjunções e revaloriza o estudo dos ciação, concebida como uma semântica histórica, faz uma revisão Guimarães, utilizando a perspectiva da Semântica da Enun-

por elas relacionadas.

uma classificação mais coerente das conjunções e construções tos para uma melhor compreensão da organização textual e para de operadores conjuntivos e, a partir disso, fornecer elemen-

ção entre as orações e de como Guimarães analisa o comportamento das conjunções, citaremos alguns exemplos apresentados por ele em que aparecem as conjunções *quando*, *que*:

(53) Roberto poderá viajar quando o trabalho estiver pronto.

(54) Quando o trabalho estiver pronto, Roberto poderá viajar.

(55) (?) Roberto poderá viajar. Quando o trabalho estiver pronto.

(56) Roberto não poderá viajar, quando o trabalho estiver pronto.

(57) Roberto poderá viajar quando o trabalho estiver pronto?

(58) Creio que Roberto poderá viajar quando o trabalho estiver pronto.

(59) L1: Roberto poderá viajar.

L2: Quando o trabalho estiver pronto.

Observamos que há uma certa contestação na fala de L2 em relação à fala de L1. Assim, afirma Guimarães, a fala de L2 não pode ser vista senão como a abreviação de *Roberto poderá viajar quando o trabalho estiver pronto*, contraposta a *Roberto poderá viajar*.

(60) (?) Roberto poderá viajar/quando o trabalho estiver pronto.

(61) (?) Roberto poderá viajar quando/o trabalho estiver pronto.

(62) Roberto chegou quando todos saíam.

(63) Talvez Roberto chegue quando todos estiverem saindo.

Compare-se (62), (63) e (53), quanto à correlação dos modos verbais na orações. Notamos que a mobilidade modal não é correspondente para as duas orações.

Exemplos com a conjunção *que*:

(64) Ricardo disse que todos viajaram hoje.

(65) Que todos viajaram hoje, Ricardo disse.

(66) Que ele virá, eu sei.

(67) Ricardo disse. Que todos viajaram hoje.

(67) só será vista como possível num discurso de quebra das regularidades sintáticas vistas como próprias das orações do Português.

(68) Ricardo não disse que todos viajaram hoje.

(69) Ricardo disse que todos viajaram hoje?

(70) Creio que Ricardo disse que todos viajaram hoje.

(71) (?) L1: Ricardo disse.

L2: Que todos viajaram hoje.

(72) Ricardo disse que/todos viajaram hoje

(73) (?) Ricardo disse/ que todos viajaram hoje.

Nota-se que os grupos entonacionais não coincidem com as orações. Talvez se possa ter (72), mas não (73).

(74) Ricardo deseja que todos viajem hoje.

Comparando (74) com (64) notamos que, como para o quando, o modo da oração com *que* parece ligado a algo da primeira oração, logo os modos verbais não têm a mesma mobilidade.

Guimarães procede a uma análise cuidadosa a partir de cada frase(16). Sugerimos que também o professor proceda, junto ao aluno, a uma série de reflexões para que este vá percebendo as especificidades de cada caso, a importância da conjunção, o porquê de certas possibilidades de realização e não de outras.

Guimarães diz que não podemos tomar nenhuma das características configuradas como critério, inclusive porque a própria variedade e cruzamento das características dificultariam tal atitude. Ele procurou hipóteses que explicassem o conjunto das características e exatamente na sua diversidade. Pretendeu dar força explicativa à descrição. Repetimos aqui, de forma esquemática, as hipóteses às quais nos referimos no item anterior (p.113).

Hipóteses: 1. A Dependência impede:

- a) a divisão das orações da frase para dois locutores;
- b) a articulação por sobre o limite de frase.

A Não_Dependência impede:

- a) tomar a frase construída pelas duas orações como um todo; para o caso dessas análises, isto se dá em relação à negação, pergunta, encadeamento.

2. A Construção que configura Tema/Comentário impede que se tenha T/C num único grupo entonacional; (se o tema é uma oração e o comentário outra, então cada oração deve corresponder a um grupo entonacional).

3. As construções podem ser ou não paralelas.

As conjunções *e*, *além disso*, *não só...mas também*, *ou...ou*, *mas SN*, *mas PA*, desenvolvem construções paralelas, e as demais, não(17).

Apresentamos, a seguir, o quadro proposto por Guimarães (1987) para uma visualização das possibilidades de construção com as conjunções estudadas.

	Inversão das orações	Articulação por sobre limite oracional	Alcance da negação: toda a frase	Alcance da pergunta: toda a frase	Encadeamento no texto: frase como um todo	Divisão para dois locutores	Divisão entonacional coincide com as orações	Correlação de modos: mobilidade modal correspondente
1 - Logo	não	sim	não	não	não	sim	sim	não
2 - Pois	não	não	não	não	não	não	sim	não
3 - Já que	sim	não	não	não	não	sim	sim	não
4 - E	não	sim	não	não	não	sim	sim	sim
5 - Além disso	não	sim	não	não	não	sim	sim	sim
6 - Não só... mas também	não	não	S/N (R)	sim (R)	sim	não	sim	sim
7 - ou...ou	não	não	S/N (R)	não (imp)	sim	não	sim	sim
8 - ou	não	sim	não	S/? (R)	sim (?)	sim	sim	sim
9 - masSN	não	não	não	sim	sim	não	sim	sim
10 - masPA	não	sim	não	não (imp)	não	sim	sim	sim
11 - Embora	sim	não	não	não (imp)	não	sim	sim	não (subj.)
12 - Para que	sim	sim	S/N	S/N	S/N	sim	S/N	não (subj.)
13 - Quando	sim	não	sim	sim	sim	não	não	não(C)
14 - que	sim	não	sim	sim	sim	não	não	não(C)

Obs: Neste quadro R significa repetição necessária do fenômeno focado; imp. significa impossível ocorrer; subj. significa subjuntivo no verbo da oração com a conjunção; S/N é igual a sim/não; ? indica uma dúvida sobre a característica apontada.

O quadro abaixo reúne as hipóteses descritivo-explicativas formuladas por Guimarães:

	Dependência	Paralelismo	T/C
Logo	não	não	sim(+C)
Pois	não	não	sim(+C)
Já que	não	não	sim
e	não	sim	sim(+C)
Além disso	não	sim	sim(+C)
Não só...mas (também)	sim	sim	sim
ou...ou	sim	sim	sim
ou	não	sim	sim(+C)
MasSN	sim	sim	sim(+C)
masPA	não	sim	sim(+C)
Embora	não	não	sim
Para que	—	não	—
Quando	sim	não	não
Que	sim	não	não

Obs: (+C) indica que há uma marca no comentário.

Baseado no conjunto de hipóteses explicativas dos fatos, Guimarães divide em cinco grupos as conjunções (não considera para esta divisão a marca para o comentário).

Coordenativas	1º grupo: logo, pois, já que, embora (podem não apresentar paralelismo)	Não Dependência
	2º grupo: e, além disso, mas PA, ou (apresentam paralelismo)	Especificação da articulação Tópico/Comentário

Segmentativas {	Ss_grupo: não_sé...mas_também, ou...ou, nas_SN	} Dependência Especificação da articulação T/C Paralelismo
-----------------	---	--

Não_se_incluem em_nenhuma_classe {	As_grupos: para_sue, porque (18)	} Classificam-se numa classe ge- ral das que NÃO apresentam pa- ralelismo. não especificam nem a hipótese da Dependência nem da NÃO...De- pendência para as construções em que ocorrem. Daí que, depen- dendo da situação de enunciação, poderão ser coordenativas ou subordinativas.
---------------------------------------	--	--

Subordinativas {	Ss_grupo: quando, sue	} Dependência Não Paralelismo Não especificação da articulação T/C
------------------	-----------------------	---

Guimarães(1987) não aborda a conjunção porque. Na ordem A_porque_B, dependendo da enunciação, ela pode ter um valor ex-
plicativo, caso em que tem um comportamento de coordenativa; ou

um valor causativo, caso em que se inclui no 5º grupo, de subordinativas. Na ordem *Porque_B.A*, tem um valor de causa, é uma subordinativa. Logo, para nós, a classificação do *porque* depende da ordem em que aparece na frase:

<i>Ô_porque_B</i>	{	(dependendo da enunciação)	{	coordenativo (valor explicativo)
				subordinativo (valor causal)

<i>Porque_B.A</i>	{	subordinativo (valor causal)
-------------------	---	------------------------------

Diferencia-se de *para_que* pelo fato de poder-se apresentar ora com sentido explicativo, ora com sentido causal, enquanto *para_que* tem sempre o sentido de finalidade. Voltaremos à questão do *porque* mais à frente, capítulo 5.

Como dissemos no início deste item, o que pretendemos aqui foi dar elementos para uma melhor caracterização das conjunções. Nosso objetivo não é uma classificação com fim em si mesma, mas um ponto de partida para melhor compreensão das conjunções, do tipo de relação que estabelecem entre as orações, enfim, de sua importância no estudo dos procedimentos de coordenação e subordinação.

Sabemos que há vários níveis de análise em Gramáticas e sendo assim, é necessária a articulação entre esses níveis, o que só é possível através de uma abordagem que, partindo do estudo das estruturas frásicas, da compreensão dos processos de

coordenação e subordinação, articule descrição sintática com a organização discursiva. é o que tentaremos, ligando, por exemplo, estruturas subordinadas à expressão de pressupostos, à noção de Tópico e Comentário.

NOTAS

1. Cf. p. 51, primeira parte.
2. Cf. Guimarães, E. "Algumas Considerações sobre a Conjunção Embora", *Século_21* 7, Uberaba, p.92.
3. VOOGT, C. "Indicação para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que" in *Linguagem_Pragmática_e_Ideologia*. S.P. Hucitec Ltda. 1980, p.54
4. Cf. Koch, I (1984), p. 111.
5. Idem, P.112
6. Exemplos citados por Koch (1984), p. 113.
7. Cf. Koch, I (1984), p. 114
8. Idem, p. 114.
9. Correspondente a Tema e Comentário, empregaremos neste texto a terminologia Tópico/comentário, entendendo Tópico como o que se estabelece como começo do enunciado, considerando que estabelecer um começo para o que se diz é representar este começo como um acordo inicial possível entre locutor/destinatário. O Tópico ocupa posição inicial da frase, Comentário é o que se diz a partir do Tópico.

10. **Enunciação:** na concepção benvenistiana é a apropriação da língua pelo sujeito que assim pode dizer o que tem a dizer. Há também um conceito como a atividade do locutor em produzir um enunciado. Guimarães (1987), com base em Ducrot (1984) define Enunciação "como o evento histórico do aparecimento do enunciado", ou seja, define enunciação independentemente do sujeito. Entendemos, numa posição intermediária, enunciação como uma atividade do locutor em produzir um enunciado, admitindo a possibilidade de o sujeito se representar diversamente nos enunciados, dadas as condições de produção, situação do discurso, atuação do enunciador. Enunciado é o resultado da enunciação.

11. Cf. Guimarães, E. (1987), p.77

12. Idem, p. 78

13. Ibidem, p.81

14. Lembramos que se trata de não dependência do ponto de vista da enunciação, dado de que a independência de orações é relativa, sobretudo se pensarmos na organização dos períodos, do texto.

15. Cf. Guimarães, E. (1987), p.65-70

16. Idem, Cap. III

17. Ibidem, cap. III, p.81

18. Guimarães (1987) não aborda esta conjunção.

Capítulo 4

PRESSUPOSIÇÃO

Os estudos lingüísticos relacionados à significação têm demonstrado a conveniência de se distinguir num enunciado seu conteúdo afirmado do pressuposto. Chamando-se àquele de posto, podemos analisar num enunciado a distinção posto/pressuposto.

E. Guimarães (1978) situa a distinção posto/pressuposto, a qual tem uma de suas origens num trabalho de Frege (1971) (1), que discutia o problema da referência das proposições. Guimarães cita o exemplo:

(1) Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria.

No exemplo, Frege considera aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica como pressuposto da proposição e não conteúdo, pois se fosse substituída por aquele que descobriu a penicilina, expressão de mesmo valor de verdade, ainda assim a proposição (1) teria seu valor de verdade alterado. Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica não faz parte do conteúdo e também não é considerada por Frege proposição à parte, logo é pressuposta. Para reforçar seu ponto de vista, Frege mostra como tanto na negação como na interrogação esta parte da proposição não é afetada. Se tal negação fosse parte da significação, ela seria negada, quando da negação, ou seria afetada pela pergunta, quando da interrogação.

[1a.] Aquele ... elíptica não morreu na miséria.

[1b.] Aquele que ... elíptica morreu na miséria?

Tanto em [1a.] como em [1b.] pressupõe-se: alguém descobriu que a órbita das planetas é elíptica.

Segundo E. Guimarães, esta distinção entre partes afetadas ou não pela negação e interrogação é hoje objeto de constantes estudos dos semanticistas. Considera-se de modo geral, que o posio (conteúdo) é afetado por negação e interrogação e que o pressuposto não é. Assim:

(2) Só Ricardo viajou hoje.

tem como pressuposto:

(2a) Ricardo viajou hoje.

e como posto:

(2b) Nenhuma pessoa diferente de Ricardo viajou hoje.

Esta distinção é feita observando que a negação

2'. Não foi só Ricardo que viajou hoje

afeta somente 2b., mas não afeta 2a. Tanto 2. como 2' informam 2a.

Os estudos da pressuposição em Lingüística têm procurado mostrar que há uma relação entre certas estruturas sintáticas e certas estruturas pressuposicionais, bem como uma relação entre unidades léxicas e estrutura de pressuposição. E. Guimarães nos remete a Zuber(1972)(2) cuja obra apresenta de modo geral o problema da pressuposição em Lingüística, inclusive discutindo suas particularidades em oposição à lógica. Zuber mostra como, num modelo transformacional, certas transformações afetam a pressuposição e portanto a significação.

Enunciados com a estrutura sintática de (3) abaixo, ou seja, orações cujo predicado a Gramática Tradicional analisa como predicado verbo-nominal, pressupõem ação e informam estado:

(3) O trem chegou atrasado.

é pressuposto que o trem chegou e é posto o seu estado: o trem estava atrasado.

Em relação ao léxico, E. Guimarães cita Fillmore(1970)(3) que distingue *accusee* de *criticacc*, mostrando que o que um pressupõe, o outro põe:

(4) Ele acusou Paulo de algo

posto (p.) = Paulo é responsável pela situação

pressuposto(pp.) = A situação é censurável

(5) Ele criticou Paulo

posto = A situação é censurável

pp. = Paulo é responsável pela situação

pp. = A situação é real

Assim, (4) informa a responsabilidade e pressupõe a censura, enquanto (5) informa a censura e pressupõe a responsabilidade.

Em: Esvazio_meu_copo, temos duas informações, uma explícita sobre o ato do falante de esvaziar o copo e uma implícita sobre o estado anterior do copo: cheio. Para esvaziar algo, pressupõe-se que estava cheio. Podemos dizer que todo verbo significando passagem de um estado x para outro y pressupõe o estado x . Assim, eu_me_levanto pressupõe que estava sentada ou deitada.

(6) Lúcia prefere as rosas brancas.

A frase acima informa explicitamente uma escolha de Lúcia; mas se esta escolha se dá, é porque pressupõe, implicitamente, que existe um conjunto sobre o qual pode se efetuar: existe uma classe evocada implicitamente como referência, da qual as rosas brancas são apenas um subconjunto.

Esses casos nos fazem refletir sobre o conteúdo semântico de certos verbos para perceber, de maneira intuitiva, a diferença entre significação posta e pressuposta. Em alguns casos, o verbo pressupõe o valor de verdade do complemento, como podemos ver no período seguinte em que aparece uma completiva:

(7) Ele sabe que Pedro vem.

Saber que Pedro vem é pressupor a vinda de Pedro. Em:

(8) Ele imagina que Pedro vem

pressupõe-se a não vinda de Pedro. A completiva constitui o elemento pressuposto da frase, e este pressuposto é, segundo o verbo, verdadeiro ou falso.

A distinção de pressuposto e posto foi também usada por Ducrot (1972) para explicar a relação de pergunta e resposta num diálogo.

(9) L1 - Paulo ainda fuma?

L2 - Não. (Paulo não fuma mais)

Tanto a pergunta como a resposta pressupõem que Paulo fumava. À pergunta: Paulo ainda fuma?, respostas como:

- Ele já parou de beber

ou

- Ele não considera o fumo um vício

podem ser possíveis, mas são estranhas. O diálogo aceitável é a aquele em que a resposta mantém o pressuposto da pergunta. A distinção posto/pressuposto explica porque diante de uma pergunta o ouvinte se vê obrigado a dar certo tipo de resposta, a que mantenha o pressuposto. Dando outra resposta será considerado como alguém que foge ao diálogo.

Outro aspecto estudado por Ducrot(1972) e por Guimarães(1976)(4) é o pressuposto no encadeamento do discurso:

A - Paulo não fuma mais

pp. = Paulo fumava

p. = Paulo não fuma atualmente

B - I. Paulo não fuma mais

II. Por quê?

III. Porque fumar lhe fazia mal.

O pressuposto de (A), *Paulo fumava*, é também de (II) e (III) do diálogo (B). A pergunta *por_que* recai sobre *Paulo não fuma atualmente*, mas mantém o pressuposto *Paulo fumava*, da mesma forma que (III) o mantém. O pressuposto é mantido durante o discurso.

Pode haver no discurso acréscimo de pressupostos, mas estes não são afetados pelo encadeamento do discurso, acontecendo o contrário com o posto que é afetado pelo encadeamento. Como afirma Guimarães, "a conclusão mais geral seria: o pressuposto não é afetado pelo encadeamento do discurso. Assim, ou ele se mantém durante o discurso todo, simplesmente, ou recebe acréscimos que se fazem à margem dos nexos que ligam os postos".(5)

Seguimos, no nosso trabalho, o ponto de vista de Ducrot(1972) que considera o pressuposto como parte do conteúdo do enunciado, embora de nível diferente que o posto. Ducrot considera o pressuposto como um tipo de ato ilocucional pelo

qual o falante instaura um certo quadro para a interlocução do seu interlocutor.

*... todo movimento do pensamento, num discurso, deve-se produzir no nível do posto ... Quanto aos pressupostos, se têm alguma função, é como condição de coerência. Eles garantem ... que as falas pronunciadas pertencem ao mesmo diálogo, constituem um único texto - e não uma coleção de enunciações independentes.

Em outros termos, escolhendo um enunciado que comporte este e aquele pressuposto define-se, em virtude disto, uma categoria de enunciados suscetíveis de continuá-lo (ou pelo menos, uma categoria de enunciado incapazes de continuá-lo). Com isso, estabelecem-se os limites do diálogo oferecido ao interlocutor. Pressupor um certo conteúdo é colocar a aceitação de tal conteúdo como condição do diálogo ulterior. Vê-se, então, porque a escolha do pressuposto apresenta-se-nos como um ato de fala particular (a que chamamos ato de pressupor), ato com valor jurídico, e portanto, ilocucional, no sentido que demos a este termo: realizando-o, transformamos imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor".(6)

A noção de pressuposição vista por Ducrot mostra que todo discurso se enquadra numa relação de interlocução. Logo a análise dele faz aparecerem dois aspectos importantes da linguagem:

- o discurso é proferido numa situação de interlocução.
- o enunciado relaciona-se com uma unidade maior que é o texto

Nessa relação do enunciado com texto coloca-se o problema da coerência, logo a pressuposição remete à construção textual (redundância, encadeamento, progressão temática).

Os pressupostos, em outros termos, permitem, no diálogo, a previsão das respostas pelo ato de o locutor formular sua pergunta. Quanto à função dos pressupostos no encadeamento, estes, uma vez dados, permanecem o discurso todo e, por isso, constituem o quadro, os limites dentro dos quais o discurso deve desenvolver-se. Logo pressupor é o ato de estabelecer esses limites, é ação que se realiza quando se diz algo. Considerar assim o pressuposto é considerá-lo parte do conteúdo do enunciado, já que a ação ilocucional é a que se realiza pela própria significação de uma forma linguística.

A língua nos apresenta modos de expressão que nos permitem dizer algo de tal forma que informações fiquem expostas a discussões e contestações e outras não. Ao nos expressarmos, estamos constantemente recorrendo ao fenômeno da ~~pressuposição~~ que definimos como um modo de apresentar ao destinatário uma informação como já conhecida e admitida, logo livre de ser negada ou questionada. Afirmamos com Ducrot que a significação pressuposta faz parte do sentido literal, entretanto o pressuposto, evidentemente, não pertence ao enunciado da mesma maneira que o posto:

"... Il est présenté comme une évidence, comme un cadre incontestable ou la conversation doit nécessairement s'inscrire, comme un élément de l'univers du discours. En introduisant une idée sous forme de presupposé, je fais comme si mon interlocuteur et moi-même nous ne pouvions faire autrement que l'accepter"(7).

"... Ele é apresentado como uma evidência, como um quadro incontestável onde a conversação deve necessariamente se inscrever, como um elemento do universo do discurso. Ao introduzir uma idéia sob a forma de pressuposto, eu faço como se meu interlocutor e eu mesmo não pudéssemos agir de outra forma a não ser aceitá-la."

Nossa preocupação, neste item, não é o estudo completo sobre presuposição, discutir suas definições, controvérsias. Gostaríamos apenas de dar uma noção geral sobre o assunto uma vez que a ele ligaremos o estudo da subordinação. O que pretendemos no decorrer de nosso trabalho é distinguir certas características essenciais da presuposição nas frases e além delas (no texto), ao estudarmos as subordinadas como recursos sintáticos de expressão de pressupostos.

Como critério de identificação dos pressupostos empregaremos os testes da interrogação e negação, os quais não mudam, não afetam o conteúdo dos pressupostos. As regras de negação e

interrogação, embora insuficientes em outros casos, servirão para a nossa análise da pressuposição relacionada com fenômenos de subordinação, uma vez que, por seu valor operacional, permitem distinguir diferentes pressupostos em frases aparentemente semelhantes, como veremos no próximo item de nosso trabalho: Subordinadas circunstanciais e pressuposição. Os testes da interrogação e negação nos auxiliarão a demonstrar a necessidade da distinção posto/pressuposto e permitirão caracterizar de forma global a pressuposição como um ato de fala particular, ponto importante para reflexão lingüística, visando a articulação sintaxe e discurso(8). A partir da noção de pressuposição, pode-se compreender melhor os efeitos particulares obtidos no discurso. Segundo Ducrot, devemos ligar o fenômeno da pressuposição à idéia de que "o discurso tem uma estrutura, e de que a conservação dos pressupostos é uma das leis definidoras dessa estrutura"(9).

NOTAS

1. Citado por Guimarães, E. "Da Pressuposição em Linguística", in *Série Estudos*, nº4. Uberaba, 1978, p.68.
2. Zuber, R. *Structure Présuppositionnelle du Language*. Paris, Dunod, 1972, citado in Guimarães, (1978), p. 69.
3. Fillmore, C. J. "Verbes de Jugement". *Langages*, 17, 1970, citado in Guimarães(1978), p. 70
4. Guimarães, E. "Pressuposição e Isotopia do Discurso: Considerações preliminares". *Estudos Linguísticos*. Uberaba, 1976.
5. Cf. Guimarães (1978), p. 72
6. Cf. Ducrot, O. (1972), p. 101
7. Ducrot, O. "Presupposés et sous entendus", in *Langue Française* nº 4, 1969.
8. Empregamos *Discurso* no sentido de fragmentos correlacionados de linguagem e situação de comunicação, tendo em vista as condições de produção. Usamos o termo *discurso* tanto para fazer referência à produção como ao produto, que pode ser um enunciado, um conjunto de enunciados articulados em situação de comunicação, um texto. O *discurso* se caracteriza por ser

o resultado da atividade de escolha, por um sujeito ativo dos recursos lingüísticos para a produção de significações. Segundo Koch (1984), o discurso manifesta-se lingüisticamente por meio de textos - em sentido estrito - que consistem em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão, e caracterizado pela coerência e coesão.

9. Cf. Ducrot, O. (1972), p. 102.

Capítulo 5

SUBORDINADAS CIRCUNSTANCIAIS E PRESSUPOSIÇÃO

Um dos aspectos que podemos analisar no estudo da frase no texto é se veicula uma informação pressuposta, o que permite observar as implicações da escolha sintática na organização textual.

O estudo das subordinadas circunstanciais pode nos levar a perceber os efeitos, na frase e conseqüentemente no texto, do recurso à pressuposição. Para demonstrar isto escolhemos as circunstanciais temporais e causais, por serem dois tipos muito frequentes.

5.1 Subordinadas Temporais

(1) Quando Cabral descobriu o Brasil, apenas os índios o habitavam.

A frase acima responde à pergunta: Quando Cabral ... quem o habitava? A informação procurada não é a descoberta do Brasil por Cabral, nem é sobre esta descoberta a resposta contida em (1). Aplicando a interrogação em (1) temos:

(1.a) Quando Cabral descobriu o Brasil apenas os índios o habitavam?

A questão não recai sobre a subordinada: a descoberta do Brasil por Cabral não é colocada em dúvida. Também não seria negada em:

(1.b) Quando Cabral descobriu o Brasil não apenas os índios o habitavam.

A subordinada de (1) contém um pressuposto que escapa, como tal, à toda discussão e não pode ser negado. Nesses casos, Combettes et alii (1980) entendem como posta a relação temporal entre as orações; no caso de (1), relação de simultaneidade entre duas ações.

O conteúdo das subordinadas circunstanciais, enquanto meio de expressão de pressupostos, é livre de toda possibilidade de discussão ou de contestação. Retornando à frase (1), por exemplo:

(1) Quando Cabral descobriu o Brasil, apenas os índios o habitavam.

o destinatário poderia fazer uma única objeção: Não, não eram apenas os índios que habitavam o Brasil quando da sua descoberta. Observações tais como: Mas Cabral não descobriu o Brasil, romperiam o diálogo, sairiam do quadro delineado pelos pressupostos em virtude do modo como foi formulada a frase.

Comparemos a frase (1) com:

(2) Cabral descobriu o Brasil. Apenas os índios o habitavam nessa época.

Ao substituírmos a frase complexa com oração subordinada por frases simples, justapostas, apresentamos as duas informações no nível do posto, ambas sujeitas, portanto, à contestação. A alteração de construção pode alterar os pressupostos, o que implica mudança de sentido.

5.2 Subordinadas Causais

(2) Pedro quebrou a perna porque caiu da escada.

(3) Por que Pedro quebrou a perna?

(3) é a pergunta correspondente a (2). A resposta dá uma dupla informação: o pressuposto de que Pedro quebrou a perna, e a causa da quebra: caiu da escada. Porque é um dado causal ignorado pelo interlocutor. Pode-se concluir que a subordinada causal é o elemento posto do período, o que pode ser comprovado com a transformação:

(4) é porque Pedro caiu da escada que quebrou a perna.

A subordinada pode ser isolada no início através da forma enfática, o que evidencia a informação posta que é a relação causa-consequência, uma vez que as informações: Pedro caiu da escada e Pedro quebrou a perna podem ser dadas como inegáveis, daí podermos dizer numa interpretação possível, que temos dois pres-

supostos. Neste caso, o que pode ser negado ou colocado em dúvida é a relação de causa entre eles e não o conteúdo isolado de cada oração. Nas construções com porque, também podemos fazer outra leitura, o que está ligado ao fenómeno da ordem, aspecto que abordaremos adiante.

A noção de pressuposição permite-nos observar particularidades de certas conjunções. Por exemplo, comparando porque e já que, os pressupostos relativos ao que o destinatário sabe ou ignora não são os mesmos nas construções com essas conjunções.

5. Maria veio porque faz calor

A B

6. Maria veio já que faz calor

A B

Em (5) o destinatário sabe A (que Maria veio) e ignora B (a causa: faz calor). Em (6), o destinatário sabe B (que faz calor e que isto implica a vinda de Maria) e ignora A (Maria veio).

Sabemos que as orações com porque podem ter dois pressupostos:

7. Maria está triste porque perdeu a pulseira

Maria está triste

Pressupostos

Maria perdeu a pulseira

Comparando com:

8. Maria está triste já que perdeu a pulseira

podemos dizer que à pergunta: *por que Maria está triste?* obtém-se como resposta (7) e não (8); aquela pressupõe que Maria está triste por um motivo qualquer, esta tem como pressuposto o motivo (já que perdeu a pulseira); *já que* pressupõe a relação que ele expressa. Com *porque* a relação é posta:

(3.a) é porque perdeu a pulseira que Maria está triste.

(4.a) *é já que perdeu a...

(8) confirma que *já que perdeu a pulseira* pertence aos pressupostos. A conjunção *já que* lembra um fato conhecido ou que se apresenta como tal, é empregado em situação em que se queira convencer alguém, forçar sua adesão, pois tem força persuasiva superior à de *porque*. É por este motivo que a expressão *já que* associa-se frequentemente a advérbios como naturalmente, evidentemente, justamente. Se a relação causal nas construções com *já que* não é evidente, pelo menos o fato é apresentado como causativo e sem poder ser contestado.

Em frases como:

9. Já que o encontrei, tenho algo a dizer-lhe

já que refere-se à situação, isto é, a um dado incontestável e imediatamente perceptível.

Numa argumentação já esgotada, já que é a retomada mais incisiva daquilo que já se sabe e conhece.

Em frases isoladas, fora de contexto, a escolha entre porque e já que fica difícil:

10. Eu comprei alpiste porque a ração dos pássaros acabou.

11. Eu comprei alpiste já que a ração dos pássaros acabou.

Embora haja possibilidade de emprego das duas conjunções como em (10) e (11), sabemos, pelo exposto, que há diferença de significação, sendo possíveis duas interpretações: a frase (10) responde à pergunta: Por que você comprou alpiste?, enquanto (11) responde à pergunta: o que você fez?

Gostaríamos, agora, de retomar o exemplo (2) para contrapô-lo a (12):

(2) Pedro quebrou a perna porque caiu da escada.

(12) Pedro caiu da escada e quebrou a perna.

Observamos que a construção com oração subordinada nos permite apresentar as informações em planos diferentes: o do posto e o do pressuposto, o que não acontece em (12), constituída de orações coordenadas, as quais apresentam as informações no mesmo plano, o do posto.

5.3 Hierarquização da Informação

Um aspecto interessante a observar é que as informações pressupostas, na construção subordinada, geralmente adquirem uma posição de menor relevância que a informação posta, a qual se expõe à dúvida, é tema de discussão.

Dada a frase:

(13) João veio quando você o chamou

podemos dar a seguinte versão para ela:

(14) Você o chamou. João veio.

Em (13), no nível sintático temos uma relação hierárquica entre as orações e, no nível semântico, podemos distinguir informações que se apresentam em estatutos diferentes: informação posta e pressuposta. Em (14), trata-se de informação de duas ações que se sucedem, apresentadas no mesmo plano, ou seja, ambas com o valor de postas, sujeitas à refutação. Além disso, fica excluída uma significação específica expressa pela conjunção subordinativa.

(15) Quando o médico visitou o doente, os sintomas da doença já eram evidentes.

(16) O médico visitou o doente. Os sintomas da doença já eram evidentes.

Os testes habituais de interrogação e negação permitem verificar que a subordinada em (15) contém informação pressuposta. A informação procurada não é a visita do médico, sequer a resposta é sobre isto. Transformando a frase (15) em interrogativa, a pergunta não recai sobre a subordinada. Em (16), as orações independentes expressam, cada uma, informação posta, ou melhor, tanto a visita do médico como a informação sobre os sintomas da doença são postas.

Os pressupostos, como já dissemos, são tidos como conhecidos e aceitos ou apresentados como tal. Isso é possível através da subordinação, como no exemplo (15) em que se pode falar em hierarquização de informação, uma vez que o conteúdo da subordinada fica em posição de menor destaque, no sentido de não se expor à discussão.

Imaginemos uma notícia assim:

(17) Centenas de pessoas morreram em virtude do acidente de trem ocorrido no interior de São Paulo.

Posto: centenas de pessoas morreram

Pressuposto: ocorreu um acidente de trem.

Outra versão para (17):

(18) Um acidente de trem ocorreu no interior de São Paulo: centenas de pessoas morreram.

Temos, agora, duas informações no mesmo plano, dois postos. Nesta versão, cada uma das informações é um fato novo, digamos,

tendo cada um a mesma importância para quem escreve a notícia. Em (17), as duas informações estão condensadas em um só período, ficando uma posta e outra pressuposta, esta fora de um possível desmentido. Em outros termos, colocando um acidente de trêm como menos grave que suas consequências, o autor da notícia efetua uma classificação, hierarquiza as informações, ficando cada uma num estatuto diferente. Segundo Combettes et alii (1980):

posto = informação principal

pressuposto = informação secundária.(1)

5.4 Ordem - Noção de Ideico/Comentário e Pressuposição

A ordem é um ponto importante para reflexão no estudo das subordinadas circunstanciais. Algumas construções com circunstanciais temporais e causais podem apresentar ambiguidade. Este fato liga-se ao fenômeno da ordem, através da qual pode-se eliminar a ambiguidade, como observamos a seguir:

(13) João veio quando você o chamou.

Em (13), João veio pode ser entendido como pressuposto, mas dependendo do contexto, da entonação, da pausa, pode também ser um posto:

(A)- (13a.) João veio quando você o chamou?

(13b.) João não veio quando você o chamou.

(13a.) e (13b.) nos levam à interpretação:

João veio = posto

Você o chamou = pressuposto

(B)- (13a.) João veio quando você o chamou?

(13c.) João não veio quando você o chamou, mas em outro momento.

Neste caso temos: João veio = pressuposto

você o chamou = pressuposto

relação temporal = posta

As transformações de interrogação e negação por que passou (13), na interpretação (B), não alteraram o conteúdo da subordinada: você o chamou. A informação procurada, que responde à pergunta Quando João veio?, é o momento da vinda de João, que é o elemento posto. A subordinada circunstancial contém o pressuposto: você o chamou, como também pode ser entendido como pressuposto João veio. Neste caso, o que é colocado em questão ou pode ser negado é a coincidência entre a vinda de João e o chamado de alguém (você). Sendo assim, podemos dizer que (13), na interpretação B, pressupõe que você o chamou (num dado momento) e que João veio (num dado momento).

Poderíamos ainda pensar na interpretação (C):

(C)- Quando João veio?

(13) João veio quando você o chamou

em que estamos entendendo *João veio* como pressuposto e toda a subordinada temporal como posto da frase. Ainda uma interpretação (D):

(D)- (13d) João veio? Quando você o chamou?

em que:

João veio = posto

você o chamou = pressuposto

Examinemos, agora, a frase (13) com a inversão da ordem da subordinada:

(19) Quando você o chamou, João veio.

Em (19), *João veio* é posto, com certeza, a ordem tirou a ambigüidade. Em outras palavras, em (13) *João veio quando você o chamou*, *João veio* pode ser posto ou pressuposto, já em:

(19) Quando você o chamou, João veio.

a vinda de João é posto com certeza. Observamos que, em (19), a ordem nos remete à relação Tópico/Comentário e, ao fazê-lo, estabelece para *João veio* a posição de Comentário o qual é obrigatoriamente o posto, o novo.

Como vemos, a questão da ordem remete à questão do Tópico e Comentário. Chamaremos de Tópico o assunto de que se está falando, portanto Tópico como uma noção semântica em nível de

discurso e não de estruturas gramaticalizadas de Tópico. Do ponto de vista sintático, consideraremos Tópico o elemento que ocupa a primeira posição na sentença. O Comentário será o elemento mais informativo, é o comentário propriamente dito do Tópico, ligando-se, assim, à informação nova, enquanto que o Tópico se associa ao sabido numa dada situação, ao ponto de partida do qual prossegue o discurso do falante através do Comentário. No texto, isto se liga à progressão temática.

Eduardo Guimarães (1978a), a respeito de Tópico, cita Sgall (1975), segundo o qual, "quando diz uma sentença, um falante quer fazer que o(s) ouvinte(s) mude de alguma maneira alguns pontos da informação armazenada em sua(s) memória(s)"(2). A propósito, comenta E. Guimarães que Sgall procura mostrar que um enunciado apresenta elementos, na sua estrutura, próprios para seu funcionamento na comunicação. Assim, um enunciado apresenta uma informação nova, dada pelo falante, e Tópico seriam os "itens do universo do discurso conhecidos por falante e ouvinte e facilmente identificados pelo ouvinte como pontos que baseiam a troca de informação"(3). Entendemos que no Tópico seriam referidos não simplesmente os elementos conhecidos por falante e ouvinte, mas os elementos conhecidos ativados ou colocados em primeiro plano pelo co-texto ou situação precedente.

Observemos, em mais alguns exemplos com subordinada circunstancial, que, mudando a ordem, muda-se a relação Tópico/Comentário e desfaz-se, assim, uma possível ambiguidade. Aqui retomaremos o caso das temporais:

- (20) Maria desmaiou depois que Pedro saiu.
 (21) Eles terminaram a colheita antes que chovesse.
 (22) Depois que Pedro saiu, Maria desmaiou.
 (23) Antes que chovesse, eles terminaram a colheita.

Vemos que (22) e (23) não têm rigorosamente o mesmo sentido de (20) e (21). Numa possível leitura, (conforme já demonstramos com a frase (13)), (20) e (21) apresentam dois pressupostos, porém, dependendo da entonação, pausa etc. podem apresentar um. Em (22) e (23), a ordem faz com que Maria desmaiou e eles terminaram a colheita sejam apresentados unicamente como postos.

Retomando o exemplo de subordinada causal (p.146):

- (2) Pedro quebrou a perna porque caiu da escada.
 (24) Porque caiu da escada, Pedro quebrou a perna.

Em (2), pode ser pressuposto, não se contestar, portanto, que Pedro caiu da escada. É posta a relação causal entre dois fatos: Pedro cair da escada e Pedro quebrar a perna, podendo ser este último um pressuposto ou um posto.

Em (2) também caberiam várias leituras, da mesma forma que acontece com as temporais.

As frases já apresentadas:

- (2) Pedro quebrou a perna porque caiu da escada.
 (5) Maria veio porque faz calor.

permitem a leitura:

(25) Pedro quebrou a perna? porque caiu da escada.

(26) Maria veio? porque faz calor.

em que o *porque* tem um valor explicativo e se comporta sintaticamente como coordenativo, do tipo de *Já_sue, pois*.

(27) Pedro parou de trabalhar *porque* são 5 horas.

Aplicando a negativa, examinemos o enunciado:

(27a.) Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas.

Interpretação_a - Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5h. (= ruptura do bloco)

Interpretação_b - Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas, mas por outra razão (= conservação do bloco)

Conforme vimos anteriormente, essa ambiguidade pode ser eliminada com a inversão da ordem:

(28) Porque são 5 horas Pedro parou de trabalhar.

Esses exemplos mostram o comportamento privilegiado de *porque* em relação às outras causais, justamente por gozar dessa ambiguidade: é capaz de explicar, pelo elo da causalidade, o

conteúdo de uma primeira oração pelo conteúdo da segunda; tem também o comportamento próximo da explicativa *ppis*, quando seu valor é uma espécie de justificação do que se diz na 1a. oração. Na língua oral, essa ambigüidade é desfeita pela entonação:

(27a.) Pedro não parou de trabalhar / porque são 5 horas.

(a pausa separa as duas partes do enunciado)

(27b.) Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas, mas ...

(não houve pausa)

Vogt (1980) afirma que essa ambigüidade é responsável pela indecisão, na escrita do português, em marcar pausa entre as orações unidas por *porque*. Mas a pausa não é indiferente; como demonstramos, ela vai depender do valor dado ao *porque* pelo falante, é uma espécie de marca da subjetividade, acentuando-se, por exemplo, se a intenção for introduzir um ato de justificação para a 1a. oração, caso em que se pode optar por *ppis* ou *1á* que carregam em si esse valor, de forma mais incisiva.

O esquema de entonação será diferente nas duas interpretações seguintes:

a - Pedro parou de trabalhar, porque são 5 horas?
(ruptura)

b - Pedro parou de trabalhar porque são 5 horas? (não ruptura, interrogação apenas no final).

Com *porque* na interpretação a, assim como com *pois*, *já que*, a pausa é necessária porque, nesses casos, afirma Vogt, há uma operação efetuada pelas conjunções entre os conteúdos de duas orações e que produz um novo conteúdo unitário. Daí as transformações de negação, interrogação não incidirem sobre a totalidade dos blocos. A operação dessas conjunções não se faz no nível de seus conteúdos, mas no nível dos atos de fala que instituem estes conteúdos. "A operação que estas conjunções realizam é uma operação argumentativa", diz Vogt, cuja função "é relacionar dois enunciados de tal forma que, embora produzindo um terceiro, jamais se perca a individualidade de cada um" (4).

O locutor, quando emprega *porque*, *pois* ou *já que*, pratica atos específicos, na medida em que estabelece, em cada caso, com seu ouvinte, relações também específicas através de suas escolhas sintáticas. Para uma explicação do valor específico de cada uma dessas conjunções, é preciso levar em conta a situação de interlocução, por exemplo, o ato de fala do locutor, o ato do ouvinte, se este admite como verdadeiro o conteúdo das orações ou se o locutor pretende anunciá-lo como tal.

O exposto confere a essas conjunções o valor de operadores argumentativos, ou seja, marcadores de subjetividade.

(24) Porque caiu da escada, Pedro quebrou a perna.

(29) Porque faz calor, Maria veio.

Agora, analisando a mudança de ordem da subordinada, observamos que a ordem, ao remeter *porque caiu da escada* e *porque faz calor* à posição de Tópico e *Pedro quebrou a perna* e *Maria veio* à de Comentário, faz deste o posto, necessariamente, desfazendo, assim, a ambiguidade; permanece o pressuposto de cada subordinada e continua posta a relação causal, como atesta a forma enfática:

(24a) É porque caiu da escada que Pedro quebrou a perna.

(29a) É porque faz calor que Maria veio.

No caso da conjunção *porque*, a mudança de ordem leva a outras consequências. Dependendo da ordem, *porque* pode permitir um sentido explicativo (Cfp.157) ou causal como em (24) e (29). Logo, a ordem, no caso do *porque*, além de mexer com os pressupostos, mexe com o valor semântico da conjunção.

Já vimos que as conjunções *porque* e *já que* não são sinônimas. Observemos, agora, com a seguinte ordem:

(30) Já que você se interessa pela Amazônia, gostará deste livro.

(31) Porque você se interessa pela Amazônia, gostará deste livro.

Em (30), entendemos: você se interessa pela Amazônia, logo gostará deste livro (= sentido mais conclusivo que causal). Em

(31), entendemos: a causa que faz com que você goste deste livro é seu amor pela Amazônia. Em (30) e (31), a anteposição da subordinada pode tornar preferível já que, mas como vimos, a escolha de uma ou de outra implica sentidos diferentes.

O exposto nos revela a importância da ordem, que pode alterar pressupostos e, em alguns casos, mexer com o sentido da conjunção. No caso do *porque*, a ordem revela o comportamento privilegiado desta conjunção (ora coordenativa com valor explicativo, ora subordinativa com valor causal) em relação às outras causais. Comparando com as construções com subordinadas temporais, observamos que nestas o problema da ambiguidade é menos claro porque não envolve mudança de sentido da conjunção.

Fica difícil abordar dicotomias como *Posto/Pressuposto*, *Tópico/Comentário*, com diferenças que ficam sutis a partir de frases soltas. Só é possível tratar de forma adequada o sentido dos enunciados se se considerar a situação em que efetivamente se produzem. Daí as Gramáticas de frase não proporem reflexões desse gênero.

A interpretação semântica é feita já sendo conhecidas sintaxe e entonação, portanto, recursos sintáticos como o da ordem remetem a diferenças de interpretação. Segundo E. Guimarães, é o mais simples e revelador e mais de acordo com a intuição dos falantes, considerar, num primeiro momento, a distinção entre *Posto/Pressuposto* (os pressupostos são os elementos não afetados pela negação ou interrogação) sem levar em conta a ação da situação de discurso, para, em seguida, considerando a situação, determinar o *Tópico*. Isto esclarece que o *Tópico* é definido, não só pela sua posição no enunciado como pela situação de

discurso, "é um conhecimento comum a locutor e ouvinte ativado por esta situação"(5).

O problema da ordem dos elementos na frase é interessante, uma vez que se situa nos limites da lingüística da frase e da lingüística do texto. Tanto a Lingüística teórica quanto a aplicada, desde que se limitem à frase, não podem dar uma interpretação satisfatória de todos fenômenos. Segundo Combettes (1977), não se pode dizer que cada interlocutor age como quer quanto ao problema da ordem dos elementos, operando essa ou aquela manipulação; pelo contrário, é necessário apelar a uma lingüística do discurso para obter uma descrição adequada. Em relação a este ponto, reafirmamos, o estudo da frase é muito limitado e esta limitação é característica dos manuais escolares que enfatizam a lingüística da frase.

A questão da ordem das subordinadas circunstanciais é um aspecto ao qual, geralmente, nem as gramáticas tradicionais nem os manuais escolares se referem, ou quando o fazem, é para afirmar apenas que é possível uma mudança de ordem, ou ainda que esta é indiferente, sem apresentarem quaisquer reflexões a respeito.

a - "Mariazinha interrompeu-os porque se achava uma autoridade em matéria de palavras"

b - "Porque se achava uma autoridade em matéria de palavras, Mariazinha interrompeu-os".

(Meserani e Kato, *Linguagem Criatividade*, 7a. série, p.5)

Ao apresentarem ao aluno as subordinadas causais, os autores acima dão os exemplos (a) e (b) para mostrarem a posição das causais; a afirmação: "o trecho que expressa causa pode vir no início da frase" encerra o assunto, é a única referência à ordem. No entanto, conforme demonstramos, a mudança de ordem de (a) para (b) remete à relação Tópico/Comentário, fazendo com que a subordinada ocupe a posição de Tópico e *Mariazinha* interrompe a de Comentário, ou seja, passa a um posto da frase. A mudança de ordem afetou a pressuposição e, no caso da conjunção *porque* sabemos (já exposto anteriormente) afeta o seu sentido, logo (a) e (b) não têm o mesmo sentido, a ordem não lhes é indiferente.

a - "Alguém perguntou se ele não queria levar o jornalzinho quando passava pela porta da frente"

b - "Quando passava pela porta da frente, alguém perguntou se ele não queria levar o jornalzinho"

(Meserani e Kato, *Linguagem_Criatividade*, 7a. série, p. 15)

Quanto à ordem das temporais, os autores apenas dizem que o "trecho que expressa o momento em que ocorre um acontecimento pode vir no fim da frase". Também aqui pode-se levar o aluno a refletir sobre as implicações da mudança de ordem, se as frases mantêm o mesmo sentido. Através dos testes de interrogação e negação, o aluno vai descobrindo os pressupostos, percebendo que (a) e (b), por exemplo, não respondem às mesmas perguntas: (a) responde à pergunta: *quando alguém perguntou se ele não queria levar o jornalzinho?* e (b) responde à pergunta *quando*

passava pela porta da frente. O que foi feito? Logo (a) e (b) não têm o mesmo sentido.

Rocha Lima (1972, p.246-247) diz o seguinte:

"As orações de ~~ppq~~ enunciam-se mais comumente depois da principal, não sendo, todavia, rígido, esse uso:

A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão.

Porque economiza (ou economize) no verão, a formiga não receia o inverno.

.....

As demais (desde que, já que, uma vez que, visto que, visto como) colocam-se facultativamente antes ou depois da principal, mas a anteposição, ao que parece, lhes comunica certa coloração enfática - o que decerto há de ter concorrido para tornar-se esta a posição geralmente preferida".

Apenas nessa passagem, R. Lima menciona a questão da ordem das circunstanciais.

E. Bechara, (1975), em sua Moderna Gramática Portuguesa, ao tratar das subordinadas adverbiais (circunstanciais) nem menciona a ordem, embora, em meio aos exemplos de subordinadas adverbiais ora estas estejam no início, ora no final do período, após a chamada principal.

Nas gramáticas tradicionais, a questão da ordem aparece indiretamente como recurso de estilo nas chamadas Figuras de Linguagem. Uma delas, ênclise, que Rocha Lima aborda como um fato de estilística sintática, tem uma definição que coincide com

a das construções de Tópico/Comentário: primeiro nomeia-se o objeto, depois se faz sobre ele um comentário. Segundo Rocha Lima, o Anacoluto é um dos mais frequentes casos de "sintaxe afetiva".

"Consiste essa figura numa desconexão sintática resultante do desvio do plano de construção da frase. Iniciada com determinada estrutura, ela se interrompe de súbito e envereda por outro rumo:

Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteada dos heróis na lança,
Antes te_houvessessem_coto_na_batalha
Que servires a um povo de mortalha! ..."(C. Alves)

(Rocha Lima, 1972, p. 454)

Segundo R. Lima, não seria de se esperar que a frase do poeta (estrofe acima) saísse racionalmente articulada, e, sim, que refletisse o tumulto da paixão que lhe ia n'alma. Daí o desarumado da frase: a oração iniciada pelo pronome *Tu* continua, com estrutura diferente no 3º verso; dela, na forma originária, só ficou o sujeito, sintaticamente desligado do resto do período, e, portanto, sem função que exercer.

As afirmações de R. Lima confirmam o fato de que as construções de Tópico em Português sofrem coerção gramatical, apenas se justificam em passagens especiais da linguagem literária. Entretanto essas construções são encontradas em diferentes registros, desde o mais formal, escrito, até o mais informal.

Não são tão abundantes na escrita quanto na língua oral, talvez, pela censura gramatical. Segundo E. Pontes (1981), os gramáticos brasileiros talvez impliquem com essa construção porque, como diz Barbara, elas quebram "a estrutura lógica da oração". Convencionou-se que sujeito - predicado é estrutura lógica e lógico-comentário não o é. Mas a língua não é lógica, argumenta E. Pontes.

Segundo Cegalla (1978), o Anacoluto "é a quebra ou interrupção do fio da frase, ficando termos sintaticamente desligados do período, sem função"

"Essas criadas de hoje não se pode confiar nelas".(MA)
 "Esses colonos que se viram desalojados do Congo, não digo propriamente nada contra eles, mas não servem para nós" (R.Q.)

(Cegalla, 1978, p.404)

"Quese sempre, o que determina o ancoluto é a colocação, no rosto do período, do elemento de maior relevo psicológico. Nele se concentra por tal forma o nosso interesse que não prestamos atenção à regularidade sintática e o deixamos a valer por si, sem ligação com os demais membros da frase:

'E o desgraçado, tremiam-lhe as pernas e sufocava-o a tosse.'(Garrett)"

(R. Lima, 1972, p.454)

Nas gramáticas tradicionais, o deslocamento de elementos à esquerda e sua repetição à direita em forma de pronome é conhecido por **Pleonasma**, outra Figura de Linguagem:

"A mim, resta-me a independência para chorar".

"Os impostos, é necessário pagá-los".

(Cegalla, 1978, p.403)

"O grande juiz entre os pleonasmos de valor expressivo e os de valor negativo (por isso considerados erros de gramática) é o uso e não a lógica. Se não dizemos, em geral, fora de situação especial de ênfase: subir para cima ou descer para baixo, não nos repugam construções como: *Βαλυντρα δε ρει_ não_ volta_ atrás*".

(Bechara, 1975, p. 330)

O pleonasma permitido é o que serve ao "vigor da expressão" no dizer de Rocha Lima.

Portanto, quando as Gramáticas abordam o problema da ordem, ou deslocamentos à esquerda com repetições à direita, é em função de ênfase, como recurso de estilo.

De súbito, essas observações sobre Anacoluto, Pleonasma, que associamos às chamadas construções de Tópicos, podem parecer fugir do nosso objetivo inicial: a questão da ordem nas subordinadas circunstanciais. Entretanto fizemos alusão a construções de Tópico, associadas às "figuras de estilo" das Gramáticas Tradicionais para mostrar em que circunstâncias estas e os manuais didáticos que as reproduzem mencionam fatos que se li-

gam à ordem. Como vimos, esta é apresentada como recurso estilístico apenas, utilizado em circunstâncias especiais para trazer ênfase.

Os linguistas procuram teorias que expliquem de forma mais satisfatória o que os gramáticos explicam e, ao mesmo tempo, procuram explicar novos fatos.

Para abordar o problema da ordem, não é suficiente dizer que são permitidas ou não certas mudanças de ordem nos enunciados, mas refletir sobre suas implicações no sentido dos mesmos e, para isso, deve-se evitar a abordagem que restrinja ao estudo da frase isolada.

Para finalizar a questão da ordem, uma observação quanto às suas implicações no texto.

A ordem das circunstanciais, como já dissemos, leva à noção de Tópico e Comentário e esta articulação, por sua vez, leva a uma reflexão de como uma informação é conduzida, expressa pela frase, como progride no enunciado.

A análise de uma frase implica a distinção de três níveis: nível da estrutura gramatical, nível da estrutura semântica, nível da organização temática e contextual. Esta divisão não implica autonomia absoluta de cada um deles. Mas é preciso não confundir categorias gramaticais (sujeito, predicado etc) com categorias semânticas (agente, ação etc), por exemplo. A confusão entre os três níveis reina nos manuais escolares. Num enunciado, a classificação em subordinadas circunstanciais estaria no nível gramatical; as noções de causa, tempo, lugar etc., estariam no nível semântico e Tópico/Comentário pertenceriam ao nível temático. Este 3º nível é o da organização do enunciado,

permite compreender como estruturas gramaticais e semânticas funcionam no ato de comunicação. Sendo cada frase uma enunciação sobre qualquer coisa, sendo o Tópico, como já dissemos, aquilo sobre o que se fala e Comentário, aquilo que se diz a partir do Tópico, a ordem das orações no enunciado tem a ver com a progressão temática que não será a mesma em se mudando a ordem. Os testes de perguntas/respostas permitem analisar melhor essa articulação.

Em síntese, a ordem das circunstâncias em Português aparece como procedimento privilegiado que permite traduzir a progressão temática. Certos deslocamentos podem parecer gratuitos, como no caso dos complementos ou das subordinadas circunstanciais, mas uma linguística do discurso remete-os à observação da progressão temática que não obedece aos mesmos princípios em textos diferentes. Para análise desta progressão, é necessário recorrer a unidades maiores que a frase para ver, no interior de um texto, como se faz o encadeamento de frases. Isto será exemplificado na próxima parte de nosso trabalho.

Pelo exposto, um estudo das subordinadas circunstanciais e conjunções que focalize a ordem das orações (recurso sintático) ligado às noções de Tópico/Comentário, Posto/Pressuposto leva a reflexões importantes sobre o comportamento das orações, sobre as relações estabelecidas pelas conjunções, seus valores específicos e argumentativos, condições de uso, abordagem que leva à percepção da importância do ato de fala do locutor na organização do discurso.

NOTAS

1. É discutível esse tipo de oposição: principal/secunária, atribuindo ao pressuposto a informação secundária, uma vez que podemos apresentar sob a forma de pressuposto uma informação importante que se queira fora de contestação. Voltaremos a esta questão mais à frente, p. 177, (6.1, cap.6)
2. SGALL, P. "Conditions of the use of sentences and a Semantic Representation of Topic and Focus". *Formal Semantics of Natural Language*, 1975, p. 303, citado por Guimarães, E. "Foco e Pressuposição", *Série Estudos* 4, 1978, p. 13.
3. Cf. Guimarães, E. "Foco e Pressuposição", *Série Estudos* 4, 1978, p. 13.
4. Cf. Vogt (1980), p.59.
5. Cf. Guimarães, E. "Foco e pressuposição", *Série Estudos* 4, 1978, p. 25.

SUBORDINADAS CIRCUNSTANCIAIS E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

Pelo exposto, já podemos observar, ainda que no nível da frase, a importância de ligar o estudo da subordinação à noção de pressuposição.

Os exemplos demonstram que a escolha de uma subordinada não é arbitrária, trata-se de uma estratégia na organização de um período, do encadeamento de frases nos parágrafos e destes no texto.

Daremos, a seguir, alguns exemplos dos efeitos do recurso à pressuposição por intermédio da subordinação no nível do texto.

TEXTO_A

"Um certo Miguilim morava com sua mãe, seu pai e seus irmãos, longe, ... no Mutum. Miguilim tinha oito anos. Quando completara sete, havia saído dali, pela primeira vez: o tio Terez levou-o a cavalo, à frente da sela, para ser crismado no Sucuriju, por onde o bispo passava

.....
... Mesmo assim, enquanto esteve fora, só com o tio Terez, Miguilim padeceu tanta saudade, de todos e de tudo, que às vezes não conseguia chorar, e ficava sufocado.

Quando voltou para casa, seu maior pensamento era que tinha a boa notícia para dar à mãe: o que o homem tinha falado - que o Mutum era lugar bonito ... A mãe, quando ouvisse essa certeza, havia de se alegrar, ficava consolada. Era um presente; e a idéia de poder trazê-lo desse jeito de cor, como uma salvação, deixava-o febril até nas pernas”...

(G.Rosa, do livro Copo de Leite. 2ed.RJ. J. Olympio, p.9.)

Trata-se de um texto narrativo em que as subordinadas circunstanciais destacadas contêm pressupostos. Examinemos a passagem:

...Mesmo assim, enquanto esteve fora, só com o tio...

A subordinada temporal tem aí um valor anafórico, retoma a informação dada no início do texto de que Miguelim havia saído dali. Esta informação não pode ser retomada a não ser como pressuposto que, ao reintroduzir a informação já conhecida, assegura a coesão do texto.

No parágrafo seguinte, através de Quando voltou para casa, permanece o pressuposto (Miguelim esteve fora) introduzido pela subordinada circunstancial e pelo item lexical através do verbo voltar (se voltou, pressupõe-se que estava fora): fica incontestável e fora de discussão o pressuposto acrescentado de que voltou para casa. Esta subordinada, como a anteriormente apontada, retoma informação já contida no texto, logo também garante a coerência(1), assegurando a coesão(2) textual. A subordinada, veiculando pressuposto e, iniciando um parágrafo, encadeia-o a outro antes dele por retomar enunciados anteriores.

Além disso, observamos a hierarquização da informação, possível devido ao processo da subordinação que, ao introduzir um pressuposto (informação apresentada como conhecida e fora de discussão) faz com que se dê a ele relevância menor que ao posto.

Do mesmo texto:

- a) A mãe, quando ouvisse essa certeza, havia de se alegrar.

Na frase acima, quando ouvisse essa certeza, introduz uma informação pressuposta, a de que a mãe iria ouvir essa certeza; é posto: a mãe havia de se alegrar.

Mudando a versão original para:

- b) A mãe ia ouvir essa certeza. Ela havia de se alegrar...

as informações ficam no mesmo plano e na condição de postos, o que faz com que seja dada a mesma importância a cada uma delas, além de ambas poderem ser questionadas ou negadas.

Na versão original, o interesse pôde ser centrado em determinada informação, ou seja, houve a hierarquização de informação, o que não houve na versão (b), com orações independentes.

No texto A, procuramos mostrar a participação da subordinação no encadeamento dos parágrafos, coesão textual, hierarquização de informação.

INDEX

Artigo da Folha de S. Paulo (20-05-86)

Ao participar de um painel sobre o Plano de Estabilização Econômica, no Tribunal Superior do Trabalho, o ministro da Fazenda também afirmou que a massa salarial dos trabalhadores cresceu 30% nos dois primeiros meses da reforma monetária. "O que é fantástico", disse Funaro, ao lembrar que esse resultado é consequência do fim da inflação, da decisão sobre o congelamento dos preços, do crescimento do nível do emprego e da redução do Imposto de Renda retido na fonte.

A 1ª. oração, uma subordinada circunstancial temporal, veicula um pressuposto: houve um painel sobre o plano de Estabilização Econômica, e o ministro participou dele.

Se o início do texto fosse:

"Ao participar do painel"... poderíamos também dizer que os pressupostos estabeleceriam a ligação entre informação atual (declaração do ministro) à(s) informação(s) possivelmente já publicada(s) a respeito da realização de um painel sobre P.E.E. no Tribunal S.T. Isto se explica pela presença do determinante (do painel); dizendo: ao participar do painel ..., o autor re-

ferre-se a um painel já mencionado ou do qual já se teve notícia, o que evidenciaria a ligação desse artigo a outro, através do pressuposto no início.

Tentando ainda uma outra versão para a primeira frase do artigo acima:

"Houve um debate sobre o Plano de Estabilização Econômica no T.S.T. O ministro da Fazenda participou deste debate. Ele afirmou que a massa salarial ... monetária."

Comparando com a versão original, observamos que ela, ao empregar a subordinada circunstancial no início, além de excluir de dúvida ou contestação a informação por ela veiculada, hierarquiza as informações, o que não acontece com a versão acima, em que as informações estão no mesmo plano, na condição de epítetos. Na hipótese de estar ligando informação nova a anteriores, a subordinada, por veicular pressuposto, também permite lembrá-las e resumi-las fazendo com que a leitura de um só artigo possa propiciar um retrospecto de outros. é mais uma utilização do pressuposto expresso pela subordinada: condensar informação, não só no interior do mesmo artigo como em relação a artigos anteriores, obtendo economia de expressão. Isto nos mostra o texto B cuja versão original é mais econômica.

TEXTO_C

a - Centenas de pessoas morreram em virtude de um acidente de trem ocorrido no interior de São paulo. A prestação de socorros foi difícil porque faltavam recursos no local e por causa do mau tempo que atrapalhava os serviços. Entretanto elementos do destacamento policial de comunidades vizinhas se deslocaram para o local do acidente.

A 2a. e 3a. frases do texto apresentam uma relação de oposição dada por intermédio de coordenação, através da conjunção *entretanto*.

Propondo uma outra versão teremos:

b - Apesar de ter sido difícil a prestação de socorros porque faltavam recursos no local e por causa do mau tempo que atrapalhava os serviços, elementos do destacamento ... se deslocaram para o local do acidente.

Em (b), a relação de oposição é expressa de outra forma. Aconteceu que, em (b), os postos e pressupostos ficaram diferentes dos de (a). Em (a), há dois postos: *a prestação de socorros foi difícil e elementos do destacamento policial se deslocaram para o local do acidente*. Pressupostos de (a):

- faltavam recursos no local (contido na causal)
- o mau tempo atrapalhava os serviços.(3)

Em (b), apenas é posta a informação contida na última frase: elementos... acidente, portanto a hierarquia não permaneceu a mesma. Na versão (a), a importância dada às dificuldades de prestação de socorro é maior que na versão (b).

Com relação à hierarquia de informações, muitas vezes pode ser imposta pelo contexto. Suponhamos que violentas chuvas tenham ocorrido no Nordeste do país. Para noticiar isto, o próprio fato impõe a escolha da informação em destaque num artigo, a qual, para tanto, poderia ser expressa assim:

A chuva inundou totalmente uma cidade quando violentas chuvas ocorreram no Nordeste ...

6.1 Subordinação e Pressuposição: à Guisa de uma Síntase

Em função de nosso centro de interesse: propor um estudo da subordinação que extrapole a sua descrição formal e busque seu papel no texto, caberia aqui um questionamento: em que podemos relacionar o conceito de subordinação por nós adotado com a noção de pressuposição?

Nossas análises permitiram-nos verificar que, em relação aos procedimentos sintáticos de coordenação e subordinação, numa frase complexa, a informação pressuposta é geralmente veiculada por uma subordinada, não querendo isto significar que toda subordinada sempre veicule um pressuposto. Em outros termos, em frases complexas com subordinação é possível identificarmos posto e pressuposto. Nas frases complexas com orações coordena-

das (não dependência e paralelismo), as informações são apresentadas no mesmo plano e na condição de *postos*. Nas frases complexas com orações subordinadas, a própria natureza da relação hierárquica entre as orações (dependência + não paralelismo) faz com que as informações não sejam apresentadas no mesmo plano já no nível sintático. No nível semântico também vamos encontrar diferença de estatuto de dois conteúdos: o conteúdo *posto* e o *pressuposto*, justamente identificados quando não há paralelismo na significação, o que combina com o não paralelismo das estruturas sintáticas. Dada a frase:

Quando eu o chamei, ele veio

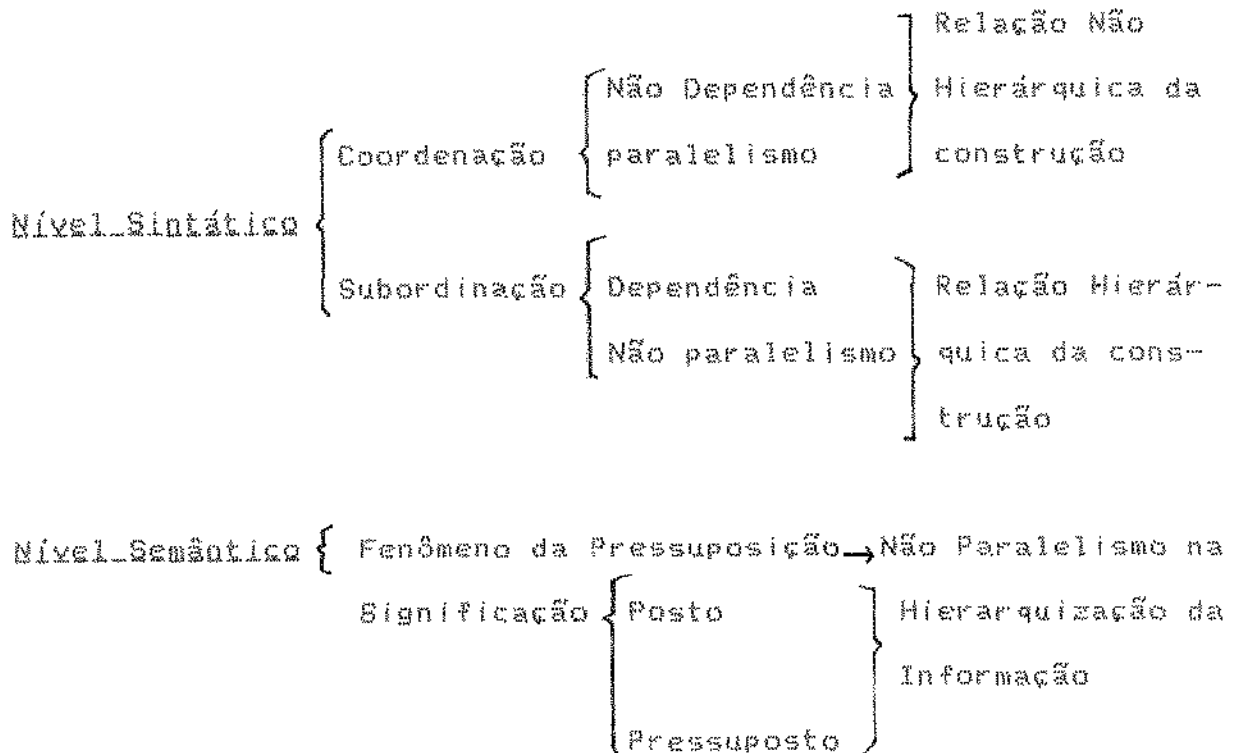
tendo em vista o *pressuposto* *eu_o_chamei*, é que digo *ele_veio*. Distinguimos na frase acima uma hierarquia no nível sintático, devido à combinação dos traços *dependência* e *não_paralelismo*. No nível semântico podemos admitir um não paralelismo na significação ao indentificarmos dois estatutos diferentes: o do *posto* e o do *pressuposto*. Neste, a informação é apresentada como admitida, fora de questionamento e, por isso mesmo, segundo Combettes et alii (1980), fica num plano secundário, cabendo ao *posto* o 1º plano, como informação principal, como aquela que é exposta a questionamento. Em vez da oposição principal/secundário para *posto/pressuposto*, preferimos dizer que se trata de dois planos diferentes, aquele como o plano de uma informação que se evidencia e expõe o enunciador, marca a sua presença (*posto*) e este, o de uma informação que fica fora de contestação e questionamento (*pressuposto*). Dependendo da situação de

enunciação, do contexto lingüístico, poderíamos até dizer que o posto está correspondendo à informação principal, e o pressuposto à secundária (por exemplo, como veremos adiante, subordinadas adjetivas restritivas introduzindo, sob forma de pressuposto, elementos descritivos num texto narrativo), porém podemos interpretar justamente o inverso, o pressuposto veiculando a informação mais importante uma vez que, na forma de pressuposto, esta não poderá ser contestada. Vem de encontro a isto o fato de que uma subordinada circunstancial, em início de frase, geralmente, veicula pressuposto e, neste caso, está na posição de Tópico, que é uma posição de evidência (apesar de o Tópico associar-se ao dado de uma situação, e o pressuposto, à informação apresentada como admitida, conhecida). De qualquer maneira, nas frases complexas com construções subordinadas é possível identificar posto e pressuposto, isto é, dois planos na significação, com estatutos diferentes, o que implica, de certa forma, hierarquização da informação.

A noção de pressuposição parece estar mais ligada à noção de não paralelismo que à de dependência, uma vez que o fenômeno do pressuposto é tão geral na linguagem, aparecendo mesmo no interior do termo dependente. Além disso, orações com *já...que*, por exemplo, têm a característica da não dependência e veiculam pressuposto, mas somam ao traço não dependência o de não paralelismo. As construções com *porque*, *para...que* podem ou não veicular pressuposto e isto corresponde a uma diferença de comportamento da conjunção na frase. Na realidade, certas conjunções podem mudar de estatuto conforme a coordenação e subordinação que se estabelece na enunciação, porque não são comprometidas quanto à dependência, mas são quanto ao paralelismo.

Concluimos que é possível uma articulação entre o conceito de construção subordinada e a noção de pressuposição. Sabemos que são dois níveis de análise, mas se articulam na medida em que a construção subordinada pode ser meio expressão de um pressuposto. Além disso, já dissemos que nossas análises nos levaram à hipótese de que o não paralelismo nas construções subordinadas se combina com um não paralelismo na significação (informação posta e pressuposta) o que nos leva a admitir a possibilidade de hierarquização da informação. Essas noções vão-se esclarecendo à medida que vamos manipulando-as no texto. No capítulo seguinte, recorreremos às subordinadas adjetivas como reforço de nosso ponto de vista.

O esquema abaixo, grosso modo, ilustra nossa síntese a respeito de subordinação e pressuposição:



Dai que:

	Nível_Sintático	Nível_Semântico
Estruturas Complexas	1. Coordenação (ND+P) →	Um só plano na signifi- cação (postos)
	2. Construção Inter- mediária (ND+NP) →	Possibilidade de dois Planos na significação
	3. Subordinação (D+NP) →	Dois planos na signifi- cação (postos/pressu- postos)

Observação: para os símbolos acima, leia-se dependência para (D), paralelismo para (P) e não paralelismo para (NP).

Um estudo da subordinação ligada a noções discursivas atesta a necessidade de um exame atento das relações semânticas que se estabelecem no interior dos enunciados. Essas relações se apresentam intimamente ligadas às intenções do locutor, ou seja, ao processo de enunciação. Sendo assim, se faz necessária uma revisão do modo como se ensina conjunção no 1º e 2º graus. É necessário estudar a conjunção num conjunto maior, através de reflexões sobre sua sintaxe, seus valores semânticos específicos de acordo com os contextos em que aparece. Apresentar somente listas de conjunções ou dizer que relacionam orações de mesma natureza (coordenativas) ou de natureza diversa (subordinativas) não leva o aluno a saber usá-las bem como as cons-

truções subordinadas e/ou coordenadas e perceber os efeitos de sentido, compreender melhor os mecanismos de organização do discurso em texto.

NOTAS

1. Coerência - empregamos o termo coerência para designar o modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentido.
2. Coesão - é a maneira como os elementos de superfície textual se encontram conectados entre si, numa sequência. (Cf. Beau- grande/Tressler, 1981 - Einführung in die Textlinguistik Tübingen, Akademie Verlag).
3. Em outro momento de nosso trabalho abordaremos as relativas e pressuposição.

Capítulo 7

SUBORDINADAS RELATIVAS E PRESSUPOSIÇÃO

7.1 Nível_da_Erase

Neste capítulo recorreremos às subordinadas relativas, com as quais também é possível abordar a subordinação, estabelecendo a ligação sintaxe-discurso por meio da noção de pressuposição que, por sua vez, pode esclarecer melhor a diferença relativa Explicativa/Relativa Restritiva.

1. Os automóveis que estavam estacionados ilegalmente foram multados.
2. Os automóveis, que estavam estacionados ilegalmente, foram multados.

Temos, em (1) e (2), duas informações:

- os automóveis foram multados
- os automóveis estavam estacionados ilegalmente.

Aplicando o teste da intercessão:

- 1a. Os automóveis que estavam estacionados ilegalmente foram multados?

A interrogação não afeta a subordinada relativa: o que é questionado é o fato de terem sido multados ou não os automóveis. É fato admitido, pelo menos apresentado como tal, que havia automóveis mal estacionados.

Aplicando o teste da negação:

1b. Os automóveis que estavam estacionados ilegalmente não foram multados.

O mesmo ocorre: a subordinada relativa não é afetada pela negação; é negado o fato de *ter havido multa*. Já vimos que o elemento *posto* é o que pode suportar a interrogação ou a negação; o *pressuposto* fica fora de negação e interrogação.

Somos tentados a dizer, entretanto, que (1) e (2) pressupõem que *há automóveis estacionados ilegalmente*. Mas (1) responde à questão: *que automóveis foram multados?*

Resposta - aqueles que estão estacionados ilegalmente. A questão recai sobre o conjunto da frase; isso pressupõe que há vários automóveis entre os quais alguns somente estão mal estacionados.

Em relação à frase (2), se fizermos a pergunta: *Quais automóveis foram multados?* a resposta será: *todos* esses automóveis. A relativa fica, de certa forma, fora de questão, entretanto ela pode, por sua vez, suportar uma questão complementar: *esses automóveis estão estacionados ilegalmente?* Ou mais facilmente ser negada, mas daí teremos:

(1) L1: Os automóveis que estão estacionados ilegalmente terão multa.

L2: Eles não estão estacionados ilegalmente.
diálogo de surdos!

(2) L1: Os automóveis, que estão estacionados ilegalmente, terão multa.

L2: Eles não estão estacionados ilegalmente.
a discussão está aberta.

A posição aqui apresentada quanto às relativas e expressão de pressupostos é de Combettes et alii (1980). Gostaríamos de observar que ele não compara, por exemplo, construções com as relativas e sem elas, caso em que percebemos que as relativas tendem de alguma forma a colocar a hierarquização informação.

Comparemos (1) e (2) com (3) e vejamos o que acontece.

(3) Os automóveis estavam estacionados ilegalmente.
Eles foram multados.

Analisemos, inicialmente, (3) comparada com (1). Em (3), as duas informações estão no mesmo nível, o do posto, enquanto que, em (1), é pressuposto que automóveis...estão...estacionados ilegalmente. A sua apresentação na condição de pressuposto atribui a esta informação menor destaque que à informação posta, logo, em (1) há hierarquização de informação, ao passo que, em (3), não há.

Comparando (3) com (2), de acordo com Cambettes, (2) coloca a informação no estatuto do posto, podendo eventualmente ser questionada ou negada. Acrescentamos que só o fato de ser uma subordinada, que, como já sabemos, estabelece uma relação hierárquica com outra oração, não expõe a posição do locutor da mesma forma que (3). O fato de a escolha recair sobre a construção com subordinada em vez de construção com justaposição de orações revela a intenção do locutor de não afirmar explicitamente como posto a informação, mas esta assim pode ser interpretada, estando sujeita a questionamento, adquirindo o mesmo nível de interesse da informação posta, o que não acontece em (1). Em outras termos, uma construção como (2) atenua a posição do locutor se comparada com (3). Podemos dizer que a frase (2) se coloca numa posição intermediária entre (1) e (3), quanto à hierarquização da informação.

Portanto, se compararmos (1) e (2) de um lado, e (3) de outro, podemos dizer que há uma espécie de graduação quanto à hierarquização da informação: as construções com orações justapostas como em (3) não apresentam hierarquização da informação, já as construções com subordinadas sim, pela própria natureza da construção, que estabelece uma relação hierárquica entre as orações e possibilidade de expressar pressupostos. Entre (1) e (2), a diferença é do ponto de vista da pressuposição, no dizer de Cambettes.

Esquemmatizando:

- (1) - construção com subordinada relativa restritiva.
 - informação contida na subordinada: pressuposto.
 - hierarquização da informação no nível sintático e no nível da significação.

- (2) - construção com subordinada relativa explicativa
 - informação contida na subordinada se apresenta no nível do posto.
 - hierarquização no nível sintático.

- (3) - construção com frases simples, justapostas.
 - ausência de hierarquização de informação.

Em relação à distinção Restritiva/Explicativa, é interessante observar em que os dois tipos de relativa diferem do ponto de vista da pressuposição. Segundo Combettes, o teste da interrogação permite aparecer a diferença:

- (4) As plantações que foram regadas tiveram boa produção.

Pode-se completar a frase:

As plantações que foram regadas tiveram boa produção, mas as outras ...

Que plantações tiveram bom rendimento? Algumas somente: aquelas que foram regadas. A relativa restritiva constitui uma seleção

na classe de referência e pressupõe esta classe de referência ao mesmo tempo que o argumento da seleção. A frase (4) pressupõe que há um conjunto de plantações entre as quais somente algumas foram regadas

(5) As plantações, que foram regadas, tiveram boa produção.

$$= \left[\begin{array}{l} \text{as plantações tiveram boa produção} \\ \text{as plantações - todas - foram regadas} \end{array} \right.$$

Em (5), é informação posta: as plantações tiveram boa produção. A relativa explicativa faz com que a informação apresentada em (4) como pressuposto se apresente em outro estatuto em (5), ou seja, aqui pode ser colocado em dúvida ou negado, enfim, exposto à discussão que todas as plantações foram regadas.

A observação do comportamento de Relativa Explicativa (RE) e Relativa Restritiva (RR) nos permite constatar que as primeiras estão geralmente ligadas ao conjunto da frase menos fortemente que as segundas. É significativo o uso de um ou de outro tipo na organização do discurso. As frases acima exemplificam que a utilização de uma restritiva ou de explicativa está ligada a intenções do locutor. Uma leitura sem pausas, que faça da RE uma RR, religa a relativa a um contexto de informação anterior, podendo a relativa expressar pressuposto. Talvez essa oposição RE/RR encontre limites. Na RE, há uma série de indicações de que funciona como afirmações do enunciador, de que este aparece. Nesse sentido, não dá para falar de pressuposto quanto

às RE, em se pensando neste como algo afirmado. Por outro lado, existe o efeito da hierarquização (no nível sintático) que está relacionado à pressuposição.

Combettes et alii (1980) apresentam os seguintes critérios a propósito de RE e RR:

Critérios	Restritivas	Explicativas
Interrogação	Recai sobre o con- junto da frase	Pode recair: - seja sobre a principal sem afetar a relativa - seja sobre a relativa, sem afetar a principal.
Enunciador	Apagado. A RR reme- te a um anterior que é somente produzido, não assumido pelo enunciador. Pressuposto.	Não Apagado: - traços de sua presença: advérbios de frase (cu- riosamente, justamente, etc.) - retomada de algo já di- to - modalização pelo enunciador (infelizmen- te)

Combettes et alii fazem a seguinte observação quanto ao critério do enunciador:

- "Nas relativas Explicativas (autônomas)
 - . índices de asserção: traços da presença do enunciador, as 3 séries:
 - entretanto, justamente, por conseguinte (partículas lógicas)
 - infelizmente, curiosamente, de modo surpreendente (modalizadores)
 - incisivas: eu lhe(s) digo, eu o lembro, como se sabe.

Essa asserção pode ser a retomada de um dizer anterior ('d'un déjà dit'), mas o que caracteriza esta retomada é que o enunciador a toma a seu encargo ('la prend à son compte'): daí a presença dos modalizadores acima; assim, nas frases 'gerais':
Os franceses que são esportos - Os franceses, que, felizmente como cada um sabe, são esportos".

- Nas Relativas Restritivas (não autônomas)
 - . Ausência do enunciador. A relativa remete a um dizer anterior que o enunciador da frase não assume. É o domínio do pressuposto 'que apresentando certas idéias como evidentes, não saberia confundir-se com a afirmação da sua evidência' (O. Ducrot: Dire et ne pas dire)"

(Combettes et alii (1980), guide 4 e, p.57)

7.2 Nível do Texto

Texto: SARNEY QUER SABER TUDO SOBRE BASE

O presidente José Sarney pediu ontem ao ministro da Aeronáutica, Otávio M. Lima, informações sobre os projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente no campo do Cachimbo, no sul do Pará, na fronteira com Mato Grosso. Desde a publicação da primeira reportagem da Folha sobre as instalações da serra do Cachimbo, o presidente vem recebendo documentos oficiais sobre as atividades na base. Esses documentos mostram que durante o governo anterior foi realmente construído no Campo de Provas um poço destinado a receber o lixo atômico produzido pelas usinas nucleares e que se pretendia realizar testes nucleares ou reações nucleares experimentais, como a obtenção de plutônio.

(Folha de S. Paulo - 14/08/86)

A relativa restritiva grifada no texto veicula um pressuposto: estão sendo desenvolvidos projetos no Campo de Provas do Cachimbo... A subordinada apresenta a informação como admitida e fora de contestação. Ao mesmo tempo, religa a informação a contexto anterior (outras notícias já publicadas sobre isso). Mais abaixo, nesse mesmo texto, outro pressuposto reforça que o assunto já é de conhecimento do público: "... Desde a publicação da primeira reportagem da Folha sobre as instalações da Serra do Cachimbo.

A maneira de organizar as frases complexas tem a ver com a relevância no discurso. A informação mais relevante geralmente

é expressa por oração que contém o posto. Neste texto, a subordinada adjetiva, ao veicular pressuposto hierarquiza a informação, possibilitando que o fato expresso por ela fique em plano de menor relevância que o da informação posta. No texto acima, apresenta-se como informação menos relevante que os projetos estão sendo desenvolvidos, uma vez que isto é apresentado como algo do conhecimento do destinatário e já admitido. É de maior relevância o fato de que o presidente pediu informações sobre os projetos, o que constitui o posto da frase.

Vejamos outro exemplo de hierarquização da informação, na passagem seguinte:

O fogo destruiu integralmente o bosque que circunda a velha casa que o escritor habita desde aproximadamente vinte anos.

Somente permite ser colocado em questão: o fogo destruiu integralmente o bosque. O conteúdo das duas relativas foge a qualquer discussão e constitui os pressupostos do texto, os quais não são, necessariamente, conhecidos do leitor, mas são apresentados como tal, com um conteúdo informativo de menor valor que o do posto, logo, houve aí hierarquização da informação.

Analisemos uma outra versão para a passagem acima:

O escritor habita, desde aproximadamente vinte anos, uma velha casa. Esta era circundada por um bosque; o bosque foi destruído integralmente pelo fogo.

Aqui, substituímos pressupostos por postos. As informações não foram apresentadas na mesma ordem da versão anterior e a importância dada a elas não é a mesma, comparando-se as duas versões. Na segunda, todas estão no mesmo nível, o nível do posto, não havendo hierarquização de informação. Além disso, na segunda versão, as informações não ficam livres de contestação o que acontece com as relativas da primeira versão.

Texto: Viagem pela Amazônia

Daf por diante, ora por água, ora por terra, fizemos o trecho mais belo do nosso percurso. Foram nove dias de aspectos sempre renovados, em que, num êxtase progressivo, misto de temor e arrebatamento, vivemos a vida das grandes solidões, numa região de panoramas excelsos e silentes, onde o selvagem, como senhor absoluto dos seus domínios, vagueava impávido e despreocupado...

Aqui, percorrendo um trato de floresta virgem, cujas árvores rebentavam em flores e onde o ar era pesado de exalações acres e perfumes capitosos; ali, cortando pela sombra verde dos furos e igarapés, em que a luz penetrava a medo; acolá, subindo um rio correntoso de águas cantantes entre pedras ... depois, dormindo em campo aberto, sob a palpitação luminosa das estrelas; e ainda as madrugadas de névoa azul, as manhãs vestidas de sol, os poentes de ouro e púrpura, à hora em que cantam os carões e maguaris e a paisagem volta a mirar-se na água morta das lagoas; ... e a migração das borboletas amarelas, que, às chus-

mas, numa espessa e infundável nuvem viajeira, cruzavam o rio,
em demanda dos araperis cheirosos; - por todos os lados era o
deslumbramento dos sentidos; nesta dilatada primavera que são
os meses de estiagem na Amazônia.

(Do livro Amazônia Misteriosa, Livraria Ed. Zélio
Valverde, 1944, págs. 69-70)(1)

Já afirmamos, seguindo a orientação de Combettes, que a subordinada, introduzindo uma informação sob a forma de pressuposto, como se fosse conhecida, pelo menos apresentada como tal, faz com que se dê a esse fato importância menor que à informação posta. Isto se verifica em algumas passagens deste texto. Por exemplo, a escolha das relativas explicativas está colocando em relevância as descrições que elas contêm ao apresentá-las no nível do posto. Percebemos nessas relativas explicativas a presença do enunciador, de seus sentimentos ("êxtase progressivo, misto de temor e arrebatamento") e pontos de vista (selvagem como senhor absoluto de seus domínios). Embora possamos admitir num contexto como este, o posto como informação mais relevante, é discutível, como já dissemos, a generalização de que ao posto corresponde a informação principal e ao pressuposto, a secundária. Por exemplo:

... à hora em que cantam os carões e maguaris ...

Temos aí um pressuposto(2), apresenta-se como admitido que contam carões e maguaris, mas podemos interpretar como um dado relevante da narração e, justamente por isso, está sob forma de pressuposto e fora, portanto, de contestação. Admitimos, aqui,

condensação de informação através da relativa e, por certo, uma hierarquização da informação ao nos permitir identificar dois níveis na significação: do posto e do pressuposto, porém entendendo aquele como sujeito a questionamento e este não.

Numa outra passagem do texto, supunha que o dissesse:

... e a migração das borboletas amarelas que cruzavam o rio, em demanda dos araparis cheirosos.

Estaria, neste caso, pressupondo que há um conjunto de borboletas amarelas entre as quais uma porção cruzava o rio. Vemos que, na versão original, se faz presente o enunciador: *às chusmas, numa essência e infundável ouxem viajeira*, expressões intercaladas na relativa explicativa, a qual está apresentando a informação no nível do posto: *as borboletas amarelas (todas), às chusmas... cruzavam o rio.*

Esse texto ilustra o fato de que o emprego de relativas favorece a estratégia posto/pressuposto, evidenciando um efeito especial entre locutor/destinatário, as intenções do locutor. Concluimos que, neste texto, os elementos descritivos que o autor pretende salientar aparecem na forma de postos, através da RE. A série de relativas, no texto, também condensa informação.

Recorrendo à noção de pressuposição, verificamos que também a escolha de subordinadas relativas tem implicações no texto: hierarquização e condensação de informação, apresentação de uma informação de forma que fique fora de contestação, intenções do locutor.

NOTAS

1. O texto foi extraído do livro didático *Português Através do texto*, 7a. série, M.S. Guimarães, 1969. A autora o utiliza para o ensino de orações subordinadas adjetivas, a que chamamos relativas.

2. Segundo Koch, I., neste caso tem-se um posto. Isto comprova que pode ser problemático ligar RR sempre a pressuposto, embora seja assim que geralmente ocorre. Mas nosso objetivo não é a pressuposição como fim em si mesma, ou seja, nossa preocupação não é apenas ver se a relativa restritiva é um posto ou pressuposto, mas verificar que relações a subordinada estabelece na frase, como a informação está sendo expressa, se está havendo a hierarquização da informação. Para isto, a noção de pressuposição é apenas um recurso possível.

TERCEIRA PARTE

SUGESTÕES PARA UMA APLICAÇÃO PRÁTICA

"Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende"

(Guimarães Rosa)

INTRODUÇÃO

Se pensarmos que realmente só se aprende a fazer algo, fazendo, é na aplicação prática de conceitos e de certas discussões teóricas, como as que apresentamos anteriormente, que o aluno desenvolverá sua capacidade de reconhecer, usar certas estruturas.

Esta parte final de nosso trabalho pretende, justamente, ser prática, propor exercícios no nível da frase e do texto, tecer comentários à medida que se fizerem necessários, a partir dos exercícios. Para encerrar, selecionamos alguns textos a título de ilustração de como as construções sintáticas de subordinação e coordenação se ligam a cada tipo de texto.

Nossas sugestões pretendam ser subsídios que levem à reflexão sobre a língua, em particular sobre a subordinação e suas implicações na compreensão e produção de textos.

Capítulo 1

A FRASE

I -

Observação_1

Uma manhã lá no Cajapió Joca acordara depois duma grande tormenta no fim do verão a madrugada estava orvalhada mas serena e ele se erguera da sua rede para ver o tempo um grande tapete de verdura fresca e úmida parecia ter descido do céu e coberto como um manto misterioso o campo os olhos perdiam-se na campina alegre o gado festejava o rebentar da vida na terra e comia a erva tenra um bando de marrecos passava grasnando buscava mais longe a região dos eternos lagos.

(Graça Aranha)(1)

* Ler o texto em voz alta. Por quais razões este exercício de leitura é difícil?

Aplicação_1

* 1. Completar o quadro abaixo com os nomes que convêm, extraídos do texto acima:

designam o momento do dia	
------------------------------	--

designam lugares	
pertencem ao mundo dos animais	
pertencem ao mundo dos homens	

* 2. Completar o quadro, escrevendo, na coluna que convém, as palavras do texto com as quais os verbos concordam ou os gêneros de palavras

	Animais	Homens
lembrava-se		
acordara		
estava		
erguera		
parecia ter descido		
perdiam-se		
festejava		
comia		
passava		
buscava		

* 3. O quadro (1) ajuda a compreender o sentido, o quadro (2) a perceber as construções: recopiar o texto, estabelecendo a pontuação.

Após essas três etapas do exercício (I), o aluno poderá concluir que:

- a pontuação forte (ponto, ponto de exclamação, de interrogação)
- as maiúsculas em começo de texto ou após um ponto permitem delimitar a frase, o que facilita a compreensão e, portanto, a leitura.

II - A propósito da identificação de SN e SV.

Observação_1

Observemos a frase:

(1) Maria corre

Esta frase é constituída por dois grupos: SN/SV. Podemos substituir o SN, por exemplo, por:

- a criança/corre
- a charmosa menina morena/corre

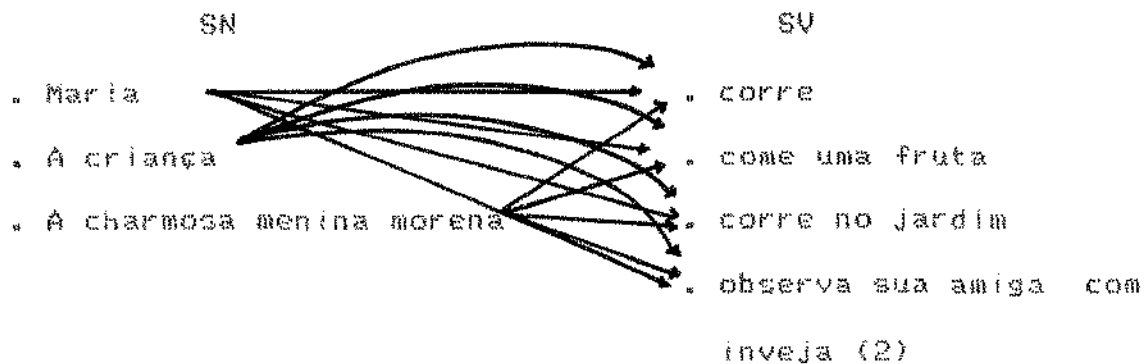
Do mesmo modo, podemos substituir ~~corre~~ por:

- come uma fruta
- corre no jardim
- observa sua amiga com inveja

Obteremos as frases:

- a) Maria come uma fruta
- b) Maria corre no jardim
- c) Maria observa sua amiga com inveja

* Quais frases podemos obter combinando as duas séries de substituições?



NOTAS

1. Texto de Graça Aranha, extraído de Oliveira, C.L. *Elas...do* Lásio. 8. ed. São Paulo, Ed. Saraiva, 1965, p. 141.
2. Os exercícios apresentados neste capítulo foram baseados em Combettes et alii (1980), classe de 6^a.

Capítulo 2

FRASE COMPLEXA

I -

Observação 1

- (1) Nós tememos sua vingança
- (2) Seu preconceito não me surpreende
- (3) O mais surpreendente é a venda da casa por um bom preço.
- (4) Após um longo cerco, a cidade cedeu.
- (5) João não pode pegar o avião conosco, por causa de sua doença.

Nas frases acima, pode-se substituir o grupo grifado por outro; assim a frase (1):

- (1) Nós tememos sua vingança
- (1b) Nós tememos que ele se vingue

*Pede-se ao aluno que efetue uma transformação análoga em todas as frases propostas e destaque as palavras que introduzem as orações substitutas dos sintagmas nominais.

O que se pretende mostrar é que, a partir de duas orações de base:

O1 - Nós tememos

O2 - Ele se vingará

podemos obter a frase complexa:

(1b) Nós tememos que ele se vingue

em que O2 se torna uma subordinada: que ele se vingue. O aluno deve observar ainda que a função do SN: sua vinda é a mesma de que ele se vingue em (1b).

*Pede-se que o aluno observe as outras frases obtidas depois de substituir os SN por orações subordinadas. Para cada uma delas, deve dar as duas orações de partida, ou de base. As funções, tanto dos SN como das orações subordinadas obtidas devem ser analisadas pelo aluno.

Sugerimos que o professor e aluno devem refletir juntos o seguinte: após observarem, em todos os pares de orações de base reconstituídas, cada uma das O2, a composição dessas orações se modifica quando elas se tornam subordinadas? Em (1b), por exemplo:

1b - Nós tememos que ele se vingue

a subordinada conservou o sujeito, o verbo conjugado, e se tornou o complemento da oração de base, ou seja, o complemento de temer aparece em (1b). Será assim para todos os outros exemplos?

II -

A- Transformar cada um dos pares de frases seguintes em uma única frase complexa, com oração subordinada. Dizer antes qual das duas frases é O1 e qual é O2.

- a) Você está cansado após uma longa caminhada. Eu compreendo isso.
- b) A rádio anunciou esta tarde a notícia: um terrível acidente bloqueou o trânsito durante uma hora.
- c) Tudo ocorreu bem. Estou feliz por isso.

B - Introduzir em: O1 - João disse (uma coisa), como orações subordinadas, sucessivamente, cada uma das O2 seguintes:

- d) Ele foi surpreendido por esta notícia
- e) Foi perdida uma carteira
- f) é amanhã que ele virá
- g) ele não compreendeu

*Qual é a forma das 4 orações acima? Que se passa assim que se transformam em subordinadas?

C - O mesmo procedimento aplicado em B, acima:

h) O1: João ordena qualquer coisa./O2: Saia!

i) O1: João pergunta qualquer coisa./O2: você sai?

*Qual é a forma de cada uma das O2? O que se passa logo que se tornam subordinadas?

O aluno vai verificar que somente o tipo declarativo pode aparecer numa subordinada. O fato de encaixar uma frase em outra elimina a possibilidade de ocorrer oração interrogativa direta ou imperativa; neste caso, o pronome sujeito será reestabelecido:

João ordena: saia!

ou

João ordena que você saia

Em: João pergunta se você sai, desapareceram as características de interrogação direta: entonação (língua oral) e ponto de interrogação (escrita).

2.1 Subordinadas Completivas

Em I e II acima, apresentamos algumas reflexões que levam o aluno a perceber o mecanismo de construção das frases complexas, em que consiste a operação de encaixamento. Passaremos, agora, a alguns exercícios que focalizem apenas as completivas.

III -

Observação 1

Sejam as frases:

1. João lamenta que eu tenha respondido.
2. João se prende ao que eu respondi.

Substituindo as subordinadas grifadas por SN, obteremos:

- 1a. João lamenta minha resposta.
- 2a. João se prende à minha resposta.

Se nós deslocamos o SN para o início da frase, teremos:

- 1b. Minha resposta, João lamenta.
- 2b. À minha resposta, João se prende.

*Pergunta-se: pode-se efetuar a mesma transformação acima com a oração subordinada?

O aluno poderá verificar que, como os SN que as subordinadas substituem, estas são ligadas ao verbo. Seu deslocamento pode acarretar a sua retomada através de pronome (o(s), a(s), lhe(s) conforme a função). Essas orações são as chamadas completivas.

Observação_2:

(3) Que ele esteja atrasado inquieta seus amigos?

*Qual é a função da oração subordinada na frase (3) acima?

Após reconstituir as orações de base:

- ele está atrasado.
- isto inquieta seus amigos.

o aluno deve procurar exemplos com a mesma construção. Levar o aluno a observar que tais construções praticamente não se encontram na língua oral.

IV -

Observação_1

Anunciar	{	Eu anuncio que virei.
		Eu anuncio que ele virá.

Completar as frases seguintes, com base no modelo acima:

a) prometer	{	Eu _____ que _____
		Eu _____ que ele _____

b) responder { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

c) afirmar { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

d) ordenar { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

e) estimar { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

f) dizer { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

g) permitir { Eu _____ que _____
Eu _____ que ele _____

Atenção ao modo da subordinada completiva.

O aluno deverá observar que nem todas as soluções propostas são possíveis para todos esses verbos. Deverá concluir que com determinados verbos apenas uma das frases é possível.

*No caso dos verbos com que é possível apenas uma das frases, o sujeito representa a mesma pessoa ou pessoas diferentes?

U -

Observação 1

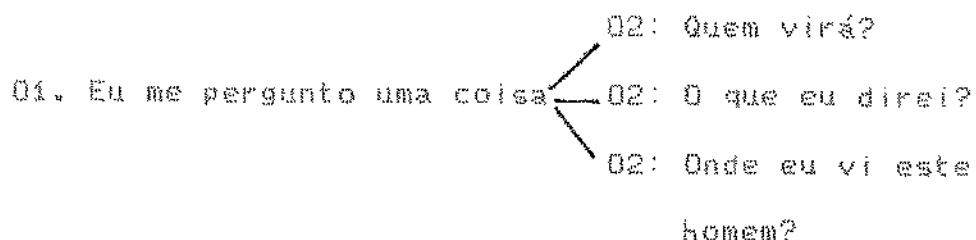
a) 01. Ele partiu	}	Eu ignorava que ele partiu
02. Eu ignorava isso.		

b) 01. Ele partiu?	}	Eu ignorava se ele partiu.
02. Eu ignorava isso.		

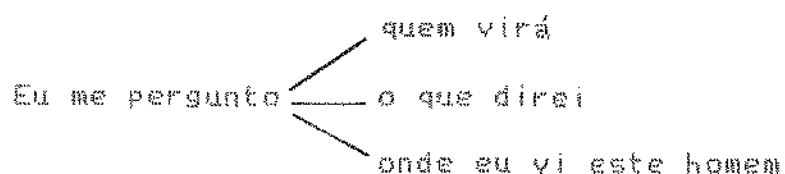
c) 01. Ele virá?	}	Eu quero saber se ele virá
02. Eu quero saber isso.		

d) 01. Ele virá	}	Eu sei que ele virá.
02. Eu sei isso		

O aluno observará que, quando a subordinada completiva for introduzida por se, a oração de que partiu é interrogativa.



A reunião de O1 com cada uma das O2 acima dará:



A essas subordinadas completivas chamamos de interrogativas indiretas.

*Propomos: reunir em uma só frase os pares seguintes:

- 1 - Como você fará? - Nós não sabemos.
- 2 - Por que Paulo não veio? - Nós ignoramos isso.
- 3 - Onde você vai? - Eu gostaria de saber isso.
- 4 - Quando ele responderá? - não se pode saber.

*Ainda sugerimos como exercício, apresentar ao aluno frases em que substitua SN por S completiva com infinitivo. Exemplo:

João ordena o fechamento da porta.

João ordena fechar a porta.

que podem ser comparadas com:

João ordena que se feche a porta.

A partir daí, uma série de reflexões poderão ser desencadeadas, no nível sintático (a propósito de diferentes possibilidades de construção) e no nível semântico (a propósito de efeitos diferentes de sentido que possa haver no interior de um texto).

*Outro exercício interessante é a apresentação de um pequeno texto sem as conjunções subordinativas que nele aparecem para que o aluno complete com as palavras que convêm. É uma forma de aprender usar as conjunções e perceber a importância delas, as relações que estabelecem.

VI -

Observação_1

01 - Pedro tem medo de algo

} Pedro tem medo de que

} Maria sai

02 - Maria saia

Verificamos que uma subordinada completiva pode fazer o papel de uma expansão do nome.

*Eis uma lista de nomes: oportunidade, coragem, dizeito, hábito, cuidado, desejo.

O aluno poderá criar frases em que esses nomes sejam acrescentados, sempre que possível, por uma subordinada completiva.

Como podemos verificar, esses exercícios de observação e transformação têm o objetivo de levar o aluno a perceber a di-

ferença entre frases simples e complexas, tipo de subordinada, operação de encaixamento, ao mesmo tempo em que cobram dele (aluno) compreensão do sentido das frases; não são exercícios para serem executados mecanicamente, o tempo todo é solicitada reflexão em relação ao conteúdo e organização das formas linguísticas.

Chamamos a atenção para o fato de que não nos preocupamos em cobrar do aluno divisão em orações, quantas orações uma frase ou período comporta, mas sim nos preocupamos com o mecanismo de construção em que aparece uma subordinada.

2.2 Subordinadas_Circunstanciais

Já vimos anteriormente que grupos nominais (ou grupos preposicionais) podem, em certos casos, ser substituídos por orações subordinadas. No item anterior, propusemos algumas sugestões de exercícios e reflexões sobre as completivas. Veremos, agora, as circunstanciais.

VII -

Observação_1

1. Estou triste desde_a_sua_partida
2. Ele não me acompanhou por_causa_da_doença_dele.
3. Espero que estes trabalhos estejam prontos no_meu_retorno.
4. Ele lutou muito para_a_minha_vitória

Nas frases acima, pode-se substituir o grupo grifado por uma subordinada; assim podemos obter (1b) a partir da transformação de (1):

(1b) Estou triste desde que você partiu.

*Pede-se ao aluno que efetue uma transformação análoga em todas as frases propostas e destaque as palavras que introduzem orações subordinadas e reconheça as duas orações de base.

VIII -

Observação_1

1. Eu corro. Estou atrasada.
2. Você saiu. Eu cheguei.
3. Ela aceitou este trabalho suplementar. Ela pretende uma promoção.

*Após observação, transformar (1), (2) e (3), cada um em uma única frase, obtendo, assim, três frases complexas. A segunda oração de cada par deve-se transformar em subordinada.

IX -

Observação_1

- (1) O professor terminou a explicação antes que desse o sinal.

As manipulações tais como:

- deslocamento: Antes que desse o sinal, o professor terminou a explicação.
- separação por vírgula: O professor terminou a explicação, antes que desse o sinal.
- possibilidade de sucessão da subordinada: O professor terminou a explicação.

permitem atribuir a antes que desse o sinal a função de um circunstancial, ou seja, um complemento não subcategorizado pelo verbo. Daí dizermos que se trata de uma subordinada circunstancial.

*Pede-se ao aluno, em seguida à observação, verificar, aplicando as mesmas manipulações acima, se as subordinadas obtidas em VII e VIII são circunstanciais.

As manipulações acima têm o objetivo de não só mostrarem ao aluno uma subordinada circunstancial, como também de permitirem refletir sobre as modificações no sentido, ao serem executadas. Aqui caberiam observações relativas às nossas discussões sobre as temporais, sobre a ordem, a associação da subordinada à informação pressuposta ou não etc. Por exemplo, em:

Antes que desse o sinal, o professor terminou a explicação.

podemos afirmar que há um só pressuposto na frase, veiculada pela subordinada: *deu_sinal*; já não podemos fazer essa mesma afirmação em:

O professor terminou a explicação, antes que desse o sinal.

em que temos uma frase ambígua que permite mais de uma interpretação, conforme já comentamos (p.152, 5.4) a respeito das circunstâncias temporais.

Mesmo no nível da frase certas modificações de sentido já podem ser percebidas, mas é no nível do texto que as implicações das manipulações serão mais evidentes.

X -

Observação

Dadas duas orações de base:

O1 - Estou triste.

O2 - Você partiu.

podemos obter (3a): Estou triste desde que você partiu,

Mas por que não:

3b - Estou triste porque você partiu?

ou

3c - Estou triste já que você partiu.

*Há outras possibilidades?

O aluno deverá refletir que há várias possibilidades de construção, de escolha da palavra subordinativa. Então devemos perguntar-lhe: o que distingue as orações (3a), (3b) e (3c)? A que corresponde a diferença da palavra subordinativa?

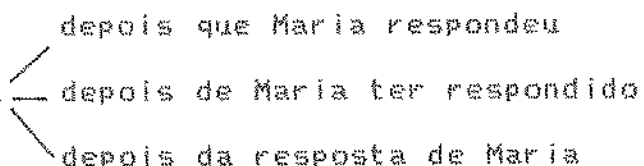
Sugerimos solicitar ao aluno que, a partir de cada duas orações de base a ele apresentadas, construa outras possíveis, variando a palavra subordinativa e explicitando o sentido da circunstancial. Esse tipo de exercício levará o aluno a refletir sobre os valores que traduzem as circunstanciais: tempo, causa, finalidade etc., as relações que as conjunções estabelecem.

XI -

Observação

01. João se calou (após qualquer coisa)

02. Maria respondeu.

João se calou 

Apesar das possibilidades acima, não se pode crer que sempre é possível obter, a partir de duas orações de base, e após um verbo dado, as três transformações citadas. Nem sempre é possível a nominalização e isto por diferentes razões, por exemplo,

devido a um problema morfológico: o verbo da oração encaixada não ter nome correspondente. Os três tipos de encaixamento não aparecem com qualquer verbo. Essas observações levam a concluir que a subordinação, das três manipulações, é a que menos modifica a forma da oração de partida.

*Após essas considerações, podemos pedir ao aluno que substitua os adjuntos circunstanciais por subordinadas circunstanciais, cada vez que isto for possível:

1. Durante o sono dos proprietários, os ladrões invadiram a residência.
2. Durante a noite, eles se apoderaram dos documentos.
3. Durante todo este tempo, João treina no clube.
4. Estarei acordada até o amanhecer.
5. Caminharei até à cidade vizinha.

A partir dos exemplos, o aluno deverá dizer o que torna a substituição impossível.

Pode-se, a partir de uma série de frases, solicitar o contrário: que o aluno substitua, se possível, as subordinadas circunstanciais por adjuntos circunstanciais. Exemplo:

Nós vimos este capítulo quando você estava ausente.

Nós vimos este capítulo durante sua ausência.

XII -

A.- Observação

1. Já que ele trabalha, eu o deixo tranquilo

Esta frase se origina de:

Ele trabalha. Eu o deixo tranquilo.

Mas essas duas orações podem ser reunidas de diferentes maneiras, podemos obter, por exemplo:

2. Ele trabalha porque eu o deixo tranquilo.

3. Ele trabalha quando eu o deixo tranquilo.

4. Quando ele trabalha, eu o deixo tranquilo.

etc.

É necessário, para se obter o sentido da circunstancial, acrescentar às orações de base uma indicação complementar que permite escolher:

a) qual das duas orações de partida terá a função de circunstancial;

b) qual a conjunção.

Enfim, é preciso indicar claramente a relação de sentido entre as orações de partida ou de base. Assim (1:XII) é obtida a partir de:

Ele trabalha, então eu o deixo tranquilo.

Já a frase (3) corresponde a:

Eu o deixo tranquilo, então ele trabalha.

A frase (2) evidencia a relação causal entre as orações; aí poderiam entrar as reflexões a respeito do *porque* e *já que*(1). E assim o professor vai levando o aluno a refletir sobre as diferentes possibilidades de construção com conseqüente alteração de sentido e sobre a importância da conjunção, a qual explicita determinada relação entre as orações.

B - A partir dessas observações, propomos mais um exercício: que o aluno transforme em uma só frase, comportando uma subordinada circunstancial, os pares de oração seguintes:

- 1 - Paulo carregava o carro. Pedro verificava o nível do óleo.
- 2 - Você tem sempre razão. Então eu não discuto.
- 3 - Você dormirá e eu passearei.
- 4 - Tenho sede, logo eu bebo.
- 5 - Eu o farei: não me lembre mais.

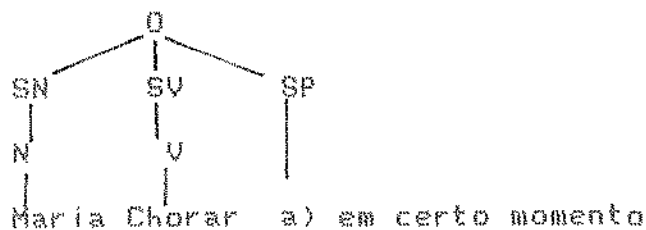
XIII -

*Nas frases abaixo, propomos que se verifique quais as que possuem um terceiro constituinte SP funcionando como adjunto. Nestas, pede-se substituir o SP adjunto por uma oração circunstancial:

- 1 - Os atletas partem após o sinal.
- 2 - Há um grande silêncio durante a conferência.
- 3 - Alguns reclamam da má organização da prova.
- 4 - A polícia toma providência por causa das brigas.
- 5 - Alguns torcedores, por despeito, diminuem o valor dos vencedores.(2)

XIV -

*Colocar nos parênteses a letra correspondente à especificação semântica que cada uma das orações deverá obedecer para se encaixar no nóculo SP abaixo:



- b) por uma causa
- c) com uma condição
- d) com uma consequência
- e) em comparação com algo
- f) à porção de algo
- g) de conformidade com algo
- h) para certo fim
- i) de certa maneira

- () para impressionar o namorado
- () antes de casar
- () como um chuveiro aberto
- () à medida que o trem se afastava
- () depois de saber da morte da tia
- () a ponto de convencer os policiais
- () caso não ganhe o relógio
- () segundo foi combinado com o diretor da peça
- () porque ninguém lhe dava atenção
- () derramando muitas lágrimas

Muitos outros exercícios poderiam ser elaborados, por exemplo aquelas em que o aluno observe os modos de verbo da subordinada circunstancial, os quais podem ser indicativo ou subjuntivo, dependendo da conjunção.

XV -

*Apresentaremos, agora, um exercício referindo-nos à noção de posto e pressuposto:

- 1 - Quando você o chamou, ele veio
- 2 - Isto aconteceu depois que João telefonou
- 3 - Depois que João telefonou, isto aconteceu
- 4 - Maria está triste porque sua planta secou
- 5 - Lúcia reclama para que eu lhe aumente o salário.
- 6 - é para que eu lhe aumente o salário que Lúcia reclama.
- 7 - Pedro veio já que faz bom tempo(3)

Nas frases acima, solicita-se que o aluno identifique os pressupostos, recorrendo aos testes de negação e interrogação.

XVI -

*Seleção de um texto para pedir ao aluno que troque as subordinadas circunstanciais do lugar em que se encontram e verifique as implicações disto. Deixaremos esta proposta de exercício apenas como sugestão, ou seja, deixaremos de apresentar o texto.

Até o momento, as atividades se ativeram aos problemas tal como eles se apresentam no nível da frase. Posteriormente passaremos ao nível do texto, observando neste o papel da subordinada.

2.3 Subordinadas Relativas

XVII -

*Apresentamos um texto numa versão diferente da original. Nesta, o autor soube evitar numerosas repetições e reduzir o número de frases. Sugerimos, como exercício, que o aluno tente restabelecer a versão original:

1. "O cinema, saído da fotografia nos lembrava um
2. jogo. Este jogo, o "phénakistiscope", nos divertia muito
3. na época. Era uma espécie de tambor_oco. Neste

4. tambor nós colocávamos faixas desenhadas. Ele era
5. montado sobre um pé. Faixas verticais eram pregadas
6. em volta. Nós batíamos a mão nele para fazê-lo virar.
7. Assim que as faixas desenhadas se movimentavam e,
8. por espécie de estreitas janelas, via-se por exemplo um
9. guarda perseguir um ladrão, este_ladrão, ele não o pegava
10. nunca e este_ladrão, esperto, lhe fazia um sinal
11. gozador; uma pequena_menina, a pequena_menina
12. saltava corda incansavelmente; uma luta de boxe enfurecida;
13. uma parte de "saute.mouton", esta parte de 'saute-mouton'
14. não tinha mais fim. Que sei eu ainda?"

(Minhas_Escolas, Robert Laffon, in Combettes, Seme, p. 173)(4)

*Para reduzir o número de frases e para evitar repetição das palavras grifadas, o aluno deverá constituir subordinadas. Como se chamam essas subordinadas e como se chamam as palavras que as introduzem?

*Sugerimos pedir ao aluno que analise as funções sintáticas das palavras grifadas e em seguida observe por quais palavras os grupos nominais repetidos foram substituídos.

*A oração subordinada relativa muda alguma coisa na construção do grupo nominal que ela completa?

Através da observação e reflexão, o aluno deverá chegar, entre outras, a conclusões tais como: a subordinada relativa é uma oração encaixada (O2) em uma outra (O1); ela pode ser uma expansão do sintagma nominal sujeito, objeto direto ou um sintagma preposicional: este sintagma nominal em O1 é chamado de antecedente do pronome relativo. O pronome relativo tem várias

formas segundo sua função e também segundo o nome que ele substitui.

XVIII -

*A partir de duas frases, formar uma só operando a transformação relativa. O aluno deve observar se isto é possível em todos os casos que forem apresentados e por quê?

a - 01: João conduz o carro./ 02 - Luís conduz o caminhão

b - 01: João conduz o carro./02 - Luís consertou o carro.

c - 01: você viu o chapéu de José?/02 - José perdeu seu chapéu.

d - 01: Meu professor conta muitas histórias/ 02 - Meu professor é escritor.

e - 01: A bicicleta está quebrada./ 02 - A bicicleta foi presente de minha avó.

f - 01: A menina faltou ontem à escola./02 - Eu encontrei hoje a menina.

é interessante que o aluno explicita a condição que permite inserir uma 02 em 01.

XIX -

*Transformar as expressões seguintes, substituindo o adjetivo ou modificador do nome por uma relativa:

- a - A cidade natal de Jorge Amado
- b - As lembranças do tempo passado
- c - Os objetos quebradiços
- d - A casa próxima à prefeitura
- g - Uma montanha de 1.500 metros

*Também são úteis exercícios em que se deixa o espaço entre oração para o aluno preencher com pronome relativo adequado, fazendo possíveis adaptações. Exemplo:

XX -

Comprei a régua ... preciso.

Comprei um quadro ... pintor desconheço.

Ou ainda exercícios tais como:

XXI -

*Organizar as orações abaixo, através do encaixe de O2 em O1 (matriz) por meio de transformação de relativização fazendo as adaptações necessárias; quando for possível, pode-se apagar a cópula e o pronome relativo:(5)

- i. As revistas proporcionam ao público horas

- a) As revistas pertencem ao jornalismo
- b) O jornalismo é chamado periódico
- c) O público lê as revistas
- d) As horas são de entretenimento
- e) O entretenimento é evasivo

2. A cidadezinha lembra um soldado

- a) Eu moro na cidadezinha
- b) O soldado fraqueia na marcha
- c) O soldado se deixa ficar, exausto e só com os olhos saudosos.
- d) Os olhos saudosos estão pousados na nuvem de poeira.
- e) A poeira é erguida além pelo batalhão
- f) O batalhão vai-se

A execução desse exercício requer, em princípios, duas etapas: 1a.) transformação para obter as relativas:

As revistas que pertencem ao jornalismo que é chamado periódico proporcionam ao público que lê as revistas horas que são de entretenimento que é evasivo.

A 2a. etapa é a das adaptações, após as quais podemos obter, por exemplo:

As revistas { que pertencem ao jornalismo (que é) chama-
 { pertencentes
 do periódico proporcionam ao público que as lê horas
 (que são) de entretenimento evasivo.

O conteúdo dos dois parênteses pode ser eliminado, ou apenas o de um deles. Na passagem para essa 2a. etapa, uma série de reflexões podem ser feitas: como fazer as adaptações, porque fazê-las, possibilidade de escolhas sintáticas, efeitos de sentido etc. O mesmo se aplica a (2. XXI), cuja redação pode ser:

A cidadezinha { onde
 { em que eu moro lembra um soldado que
 { na qual

fraqueia na marcha e (que)(6) se deixa ficar, exausto e só, com os olhos saudosos (que estão) pousados na nuvem de poeira (que é) erguida além pelo batalhão que se vai.

Essa passagem é de Monteiro Lobato que assim a expressa:

"A cidade onde eu moro lembra um soldado que fraqueiasse na marcha, deixando-se ficar, exausto é só, com os olhos saudosos ..."

Ao solicitar esse tipo de exercício, depois de comentar com os alunos um primeiro texto obtido, o professor pode pedir-lhes que apresentem outras versões.

XXII -

Identificar pressupostos:

1. Os alunos que faltaram não farão o exame.
2. A onda de frio que atingiu a região causou algumas mortes.
3. Não se conseguiu obter um número exato de vítimas, que, para o momento, ultrapassa a uma centena.

NOTAS

1. Cf. nossa exposição a respeito dessas conjunções, na 2a. parte deste trabalho, p. 146-149.
2. Este exercício, bem como o seguinte (XIV) foram extraídos de Koch e Souza e Silva (1986), p. 141-142.
3. Algumas dessas frases são ambíguas. Os exemplos levarão à discussão a respeito de ambiguidade e como desfazê-la, a respeito da ordem etc.
4. O exercício XVII, bem como o seguinte (XVIII), foram baseados em Combettes et alii (1980), classe de 5e.
5. Este exercício foi extraído de Koch e Souza e Silva (1986), p. 152.
6. Esse pequeno texto permite um comentário a respeito de duas subordinadas ligadas pela conjunção e, ou seja, subordinadas em coordenação.

Capítulo 3

SUBORDINAÇÃO NO NÍVEL DOS TEXTOS

Apresentaremos alguns textos para que neles se analise o papel da subordinação, contrapondo, em alguns momentos, seu emprego como o da coordenação ou apenas justaposição de frases simples. Proporemos outras manipulações, por exemplo, referentes à mudança de ordem das orações subordinadas. É através de um trabalho de manipulação e análise da frase no texto, confrontando várias versões que, efetivamente, os alunos podem reconhecer melhor uma subordinada e perceber sua função, bem como a das conjunções.

3.1 A Subordinação em Artigo de Jornal

Apresentaremos, inicialmente, dois textos extraídos de jornal.

TEXIOLA

Operação Allende

(Folha de São Paulo Ag./86)

1 - O governo federal, que produziu o Pacote Cruzado, o Pacote do Compulsório e o Pacote Verde (pacto agrícola), além de outros, concebidos na área econômica e financeira, está vendo parte de seus esforços frustrados por movimentos hostis.

2 - O primeiro é a sonegação maciça de gêneros, praticada todo mundo sabe por quem, a pretexto de que os custos sobem mas não os preços. A carne desapareceu do mercado, mas é obtida facilmente por qualquer freguês mais assíduo, se paga com ágio. Com o leite, de que necessitam as mães lactantes e as crianças, se dá o mesmo. Há quem afirme que em alguns lugares o leite está sendo jogado fora para não dar prejuízo. Pode ser; todo caso, é assunto para investigação.

3 - O outro fator extremamente inflacionário é o desabrido aumento de preços dos imóveis. O governo tabelou os aluguéis, mas tabelou-os em relação ao inquilino. Quando o inquilino sai, o proprietário pode pedir o

preço que deseja. A classe média média não pode mais comprar casa ou apartamento, cobrados a preço de ouro. Se esse não é um fator fortemente inflacionário, então muito menos o será o sanduíche cobrado no bar de um hotel de luxo.

4 - O tabelamento, em si, já deixou de existir. O ex-ministro Delfim Netto acerta quando diz que o tabelamento vai acabar como escola de samba: o baterista vai tomar uma caçaça, o mestre-sala vai ao banheiro e quando se olha a escola de samba, que brilhava pouco antes no sambódromo, desapareceu. Estão fazendo isso com o tabelamento do ministro Funaro, e só ele parece não percebê-lo. Os produtos diminuem nas embalagens e há alguns dias a imprensa começou a denunciar a presença, no mercado, de produtos "maquiados", isto é, a mesma coisa, o mesmo produto, vendido sem algum dispositivo, ou com menos unidade e relançado como "novo". É um embuste.

5 - E há a operação Allende; o presidente Salvador Allende, do Chile, foi derrubado por militares auxiliares por uma potência estrangeira após um período de escassez generalizada, fabricada pelos seus adversários políticos, donos do país. Esse mesmo

tipo de gente pode derrubar, brincando, o ministro e seus assessores, deixando faltar tudo. Ou cobrando tão caro que ninguém pode comprar.

Cláudio Abramo

INDEX

Fim dos cartórios privados

(Folha de São Paulo 15/8)

Com a aprovação, na última quinta-feira, de proposta segundo a qual os registros públicos de qualquer natureza passem a ser efetuados em cartórios oficiais, administrados diretamente pelo Poder Público - vale dizer, extinguindo-se os cartórios particulares -, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais abriu o caminho para que se elimine, finalmente, um sistema que se notabilizou por sua estrutura anacrônica e pela cristalização de privilégios que proporcionava.

Reduto por excelência do emperramento funcional, os cartórios são os exemplos da modificação de sentido que sofreu o termo "burocracia" - originalmente ligado às idéias de competência organizacional e ra-

cionalidade administrativa - e sua associação a tormentos como papelada excessiva ou serviço lerdo e ineficiente. Isto para não falarmos nas inúmeras distorções que permeiam nosso sistema notarial, tais como a falta de estímulo em lavrarem-se gratuitamente registros de nascimento às pessoas carentes, conforme previsto em lei, ou a inclusão, nos custos cobrados pelos cartórios, de uma porcentagem destinada a grupos de previdência particulares.

A distorção mais escandalosa de todas, no entanto, é por certo a manutenção sob controle privado de um serviço essencialmente público, como é o caso do tabelionato. Pela atual sistemática de concessão de cartórios, privilegiam-se alguns apaniguados do poder com o exercício de funções próprias do organismo público, pelas quais auferirão lucros extraordinários e permanentes. Privilégio este que equivale, na verdade, a uma sinecure vitalícia, e que, na prática, ainda se transmite hereditariamente.

A conclusão inafastável é que um real esforço de saneamento desburocratizador - o qual, de resto, ainda está por se verificar - é, por si só, insuficiente para que a formalização das relações civis seja feita de

maneira ágil e justa. É necessária, acima de tudo, uma reformulação corajosa e radical, cuja premência não passou despercebida à Comissão Arinos: a supressão de um sistema que perpetua inúmeros favorecimentos a uns poucos à custa de sérios transtornos para o restante da população.

3.1.1 Constituição dos Textos

*Propomos que, em primeiro lugar, os alunos observem, após leitura dos textos, as frases, procurando identificar construções coordenadas e subordinadas para ver qual dos dois processos, coordenação ou subordinação, predomina, quais as conjunções empregadas, quais as relações expressas por elas etc.

O aluno chegará à conclusão de que predominam construções com subordinadas. No texto (A), por exemplo, nos quatro primeiros parágrafos predominam subordinadas e, no quinto, os dois processos aparecem na mesma proporção.

*Propomos, em seguida, que os alunos apresentem nova versão para os textos, ou para parte deles, comparando-as com o original.

Exemplo:

Texto A

1. O governo federal produziu o Pacote Cruzado, o Pacote Compulsório e o Pacote Verde (plano agrícola), além de outros. O governo federal está vendo parte de seus esforços frustrados por movimentos hostis.

2. Com o leite se dá o mesmo, e as mães lactantes e as crianças precisam do leite.

Texto_B

Na última 5a. feira houve aprovação de uma proposta. Segundo esta proposta, os registros públicos ... Públicos. Finalmente, a Comissão P.E. C. abriu caminho para que se elimine um sistema. Este sistema se notabilizou por sua estrutura anacrônica e pela cristalização de privilégios. O sistema eliminado proporcionava esses privilégios.

Observamos que, nas versões acima, além de os textos ficarem mais extensos, as informações estão sendo apresentadas no mesmo plano, na condição de postas, em virtude da eliminação de subordinadas. Logo, eliminou-se a possibilidade de hierarquização de informações já que se alterou o modo como as informações foram apresentadas.

O texto (B) nos mostra melhor o fenômeno da hierarquização da informação. Observemos o 1º parágrafo dele: identificamos, na versão original, dois pressupostos:

- houve aprovação de uma proposta na 5a. feira
- a proposta é de que os registros ... Públicos.

Esses pressupostos iniciam o texto, um veiculado pela nominalização, e outro, pela subordinada relativa. Ambos ligam essa no-

tícia ao contexto anterior: noticiário_de_5a_feira. Uma informação já dada, conhecida (e mesmo que não seja conhecida por alguém) é retomada e apresentada como tal e pressupostamente aceita. Além disso, a subordinada relativa permite a economia de expressão, conforme comprovamos ao comparar a versão original com a que apresentamos acima. Na nossa versão, informações pressupostas da versão original apresentam-se como postos, portanto informações que se expõem à discussão e a uma tomada de posição que as questione, confirme ou negue; neste caso, cabe a elas, no dizer de Combettes, maior importância que à informação pressuposta, uma vez que esta, ao invés de se expor à discussão, é apresentada como ponto indiscutível tido como aceito. Daí se dizer que há hierarquização da informação. Por outro lado, entendemos que apresentar uma informação na condição de pressuposto é uma estratégia importante no sentido de que podemos colocar algo para o destinatário de tal forma que ele não possa contestar, ou ao menos o tolhemos de fazê-lo.

Quanto à constituição geral dos textos, do ponto de vista das construções neles empregadas, podemos dizer que o predomínio de subordinadas permitiu condensação de informações, possibilitou apresentação de informações na condição de pressupostas, colocando-as fora do âmbito da contestação, permitiu hierarquização de informação.

3.1.2 Organização_das_Ecases

A - Fenômenos de Hierarquização da Informação

O predomínio de subordinadas tem a ver com a organização das frases quanto ao fenômeno da hierarquização da informação. Lembramos que uma subordinada tem como característica a combinação dependência com não paralelismo, o que caracteriza uma relação hierarquizada, pela própria natureza da subordinada.

Logo de início, no texto (A), o autor coloca uma subordinada relativa explicativa que veicula uma informação posta: trata-se de informação conhecida que, mesmo assim, é retomada como novo posto do qual se tiram as conseqüências. Se aplicarmos o teste da interrogação, veremos que a pergunta também pode recair na Relativa.

Aqui seria o caso de o professor analisar com os alunos a diferença entre uma versão com subordinada relativa restritiva, com relativa explicativa e com orações justapostas, isto é, eliminando a subordinação. A esse propósito remetemos à discussão que apresentamos anteriormente (2a. parte, p.186-188).

Ainda quanto à hierarquização, vejamos a seguinte passagem do texto (A):

... quando se olha a escola de samba, que__brilhava pouco antes no sambódromo, desapareceu.

Trata-se mais uma vez de relativa explicativa, agora introduzindo um elemento descritivo que se apresenta no mesmo plano do posto. Se mudarmos para a relativa restritiva, o sentido fica outro: a relativa perde seu valor de destaque descritivo; o elemento descritivo passaria para o estatuto do pressuposto, a construção restritiva evidenciaria a relação de hierarquização.

*Com base nas reflexões acima, propomos que o aluno continue analisando as frases, observando o papel da subordinada quanto à hierarquização das informações; pede-se que as passagens analisadas sejam sempre comparadas com outras possíveis versões.

A título de ilustração, passemos a mais um exemplo, porém agora do texto (B):

... se elimine, finalmente, um sistema que se notabilizou por sua estrutura anacrônica e pela cristalização de privilégios que exerce.

que se notabilizou = pressuposto

Cabe aqui a questão: a que sistema se refere o artigo? que se notabilizou ... Pressupõe-se que há vários sistemas, entre os quais um se notabilizou ... Trata-se da subordinada relativa restritiva veiculando um pressuposto apresentado como incontestável.

A mesma observação se aplica a:

... cristalização de privilégios que exerce

Nesse mesmo texto (B), ainda destacamos as relativas abaixo as quais ora apenas hierarquizam (Restritivas), ora enfatizam informação (Explicativas) na condição de posto, além de essas subordinadas condensarem informação:

... modificação de sentido que sofreu a termo burocracia ...

... inúmeras distorções que permeiam nosso sistema notarial ...

... funções próprias do organismo público, pelas quais auferição lucros extraordinários e permanentes. Privilégio este que equivale, na verdade, a uma sinecua vitalícia, e que, na prática, ainda se transmite hereditariamente.

... um real esforço de saneamento desburocratizador - o qual, de resto, ainda está por se verificar - é insuficiente... uma reformulação corajosa e radical, cuja importância não passou despercebida à Comissão Ôciosos: a supressão de um sistema que perpetua inúmeros favorecimentos a uns poucos.

Já insistimos no fato de que as subordinadas relativas podem condensar e hierarquizar informação. No texto (B), verificamos, além desses aspectos, as implicações da diferença Restritiva/Explicativa no desenrolar do texto. Quando aquela veicula pressuposto, a informação fica num plano de menor interesse, a informação é retomada e reapresentada de modo condensado, ligando o conteúdo do artigo a um contexto anterior e ligando as frases dentro do próprio texto. Alguns pressupostos que podemos apontar acima:

- o termo burocracia sofreu modificação de sentido;
- nosso sistema notarial possui inúmeras distorções;
- o sistema perpetua inúmeros favorecimentos a uns poucos.

As críticas e argumentos são apresentados de modo a não poderem ser contestados, na condição de pressupostos.

Os itens abaixo, com exceção do 2º, são informações expressas por subordinadas relativas explicativas. Todas essas informações se apresentam no nível do posto:

- alguns são privilegiados com o exercício de funções do organismo público; por essas funções auferirão lucros extraordinários e permanentes;
- este privilégio equivale, na verdade, a uma sinecura vitalícia; na prática se transmite hereditariamente;
- um real esforço de saneamento desburocratizador, de resto, ainda está por se verificar;
- a presença dessa reformulação não passou despercebida à Comissão Arinos.

é interessante chamar a atenção do aluno para marcas da presença do enunciador nos postos, através de expressões tais como: na verdade, de resto.

Já fizemos alusão ao fato de que a oposição RR/RE encontra limites. A propósito, é interessante observar o papel das relativas restritivas que veiculam as informações correspondentes ao 2º item acima, referente a postos:

... Privilégio este que equivale, na verdade, a uma sinecura vitalícia, e que, na prática, ainda se transmite hereditariamente.

Segundo Combettes, trata-se de relativas atributos, as quais determinam seu antecedente, particularizam sua designação. O tipo de construção acima tem a ver com a organização do texto em Tópico/Comentário e coloca em jogo a noção posto/pressuposto. A expressão Privilégio é a retomada, na forma enfática e na posição de Tópico, de algo já mencionado anteriormente, e a restritiva é o seu comentário, o que fez dela um posto. Pressupõe-se o privilégio (não está em discussão se este existe ou não, é algo já afirmado anteriormente no texto, porém retomado de forma a chamar a atenção do interlocutor) e põe-se "que equivale a uma sinecura vitalícia, que se transmite hereditariamente". Compare-se a passagem acima com:

Este privilégio é {equivalente, na verdade, a uma sinecura
}equivale
 vitalícia. Na prática, se transmite hereditariamente.

Agora tudo ficou no mesmo plano de apresentação. Os efeitos de sentido são outros. Fica nítido que a construção original do texto é mais enfática, atua mais diretamente sobre a atenção do destinatário.

B - A Questão da ordem

Ainda quanto ao papel da subordinada na organização das frases, vejamos um pouco o que acontece em relação à alteração da ordem das orações.

*Propomos releitura e observação da terceira frase (3ª período do 2º parágrafo do texto (A)). Vejamos o que se passa se alterarmos o início dessa frase para:

... As mães lactantes e as crianças necessitam de leite. Com o leite se dá o mesmo.

Nesta versão, eliminamos a subordinada: de que necessitam as mães lactantes e as crianças e também alteramos a ordem. Resultado: ficou eliminada a hierarquização da informação, e a alteração da ordem traz consequências para a coerência do texto. Na versão original, o início da frase com a expressão: Com o leite não causa quebra de continuidade, o que ocorre se iniciarmos com As mães lactante... Logo, a versão original contribui mais para a coerência do texto. Além disso, na posição de Tópico, a expressão Com o leite, apresenta-se enfatizada, o autor lhe dá maior evidência.

*Sugerimos que os alunos alterem o início do 2º parágrafo do texto (A). Nós daremos a seguinte versão para ele:

Praticada todo mundo sabe por quem, a pretexto de que os custos sobem mas não os preços, a sonagação maciça de gêneros é o primeiro.

Pela quebra de continuidade, podemos verificar que a alteração interfiriu diretamente na coerência do texto. O parágrafo anterior termina falando dos movimentos hostis. Isto é retomado no parágrafo seguinte, na versão original, quando o autor assim o inicia:

"O primeiro (movimento hostil) é a sonegação maciça de gêneros". Além disso, todos os outros parágrafos começam com a citação de um movimento hostil, logo, se começássemos de outra forma o 2º, faríamos com que destoasse dos demais, haveria quebra de paralelismo.

*Ao contrário da sugestão anterior, em que se pede que os alunos formulem novas versões, propomos, agora, uma versão para o 2º parágrafo do texto (A) para que os alunos observem, por exemplo, o emprego das conjunções *embora* e *mas*, troca de ordem, sempre em comparação com a versão original do texto:

I - ... a pretexto de que os custos sobem, mas não os preços. Embora tenha desaparecido do mercado, se paga com ágio, a carne é obtida facilmente por qualquer freguês mais assíduo ... Há quem afirme que, para não dar prejuízo, em alguns lugares o leite está sendo jogado fora. Pode ser; todo caso, é assunto para que seja investigado.

Comentários a partir da versão que propusemos em comparação com a versão original do texto:

1. Mudaram as estratégias de relação com o destinatário:

- a) A carne desapareceu do mercado, mas é obtida ... se paga com ágio. (versão original do texto)
- b) Embora tenha desaparecido do mercado, se paga com ágio, a carne é obtida facilmente ...

Em (a) acima, temos a fórmula $A \text{ mas } B$; em (b), temos $\text{Embora } B, A$; naquela prevalece o argumento $\text{mas } B$: apresenta-se um argumento A como válido e depois nega-se sua validade. Em (b), o argumento já é anunciado como não válido antes de ser dito. Isto significa que, na construção (b), vindo o embora no início, já se desperta no destinatário a expectativa do oposto do que se está dizendo. Em (a), temos uma expectativa que é frustrada pelo mas , enquanto que na construção com embora , e no início da frase, anuncia-se, com antecedência, que o argumento seguinte prevalecerá. Logo, as relações entre locutor e destinatário são diferentes em (a) e (b), construções essas com embora e mas , que, como já vimos, são operadores de discurso, ou seja, organizam-no argumentativamente.

2. Muda o efeito de sentido com a mudança de ordem

Chamando a oração introduzida por se de antecedente e a outra de conseqüente, na versão I acima (p.248), aquela colocada antes do conseqüente topicaliza uma relação de implicação lógica que se afirma existente entre o antecedente e o conseqüente, a que Ingedore Koch (1984) chama conexão causal. Um enunciado condicional afirma que seu antecedente implica seu conseqüente. Ele não afirma que o antecedente é verdadeiro, mas tão somente que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será. Também não afirma a verdade do conseqüente, apenas que este será verdadeiro se o antecedente o for. Alterando a ordem, no texto, a condição " se paga com ágio " ganha posição de maior destaque ao mesmo tempo em que se associa ao sabido em dada situa-

ção; torna-se ponto de partida do qual prossegue o discurso através do comentário: "a carne é obtida... assíduo". Isto se liga à progressão temática.

3. Mudam os pressupostos com a mudança da ordem da oração subordinada

*Propomos, a seguir, uma reflexão a partir da troca da ordem da oração subordinada circunstancial de finalidade que aparece tanto no texto (A) como no (B). Vejamos, primeiro, a seguinte passagem do texto (A):

- c) o leite está sendo jogado fora para não dar prejuízo ... (versão original do texto)
- d) para não dar prejuízo o leite está sendo jogado fora.

Em (d), "o leite está sendo jogado fora" é posto da frase, sujeito à contestação. Já em (c), mudando a ordem, pode-se, numa 1a. interpretação, entender como posto a afirmação acima, e, numa 2a., como pressuposto.

- 1a. interpretação (posto) ... o leite está sendo jogado fora? para não dar prejuízo?
- 2a. interpretação (pp.): o leite está sendo jogado fora para não dar prejuízo?

No texto (B), temos:

... a Comissão P.E.C. abriu o caminho para que se elimine, finalmente, um sistema x

em que verificamos hierarquização da informação, uma vez que podemos interpretar como pressuposto que a Comissão abriu o caminho e como posta a finalidade da abertura desse caminho:

... a Comissão abriu o caminho para que se elimine um sistema ...?

... a Comissão não abriu o caminho para que se elimine um sistema x, mas para uma outra coisa.

De qualquer forma, a Comissão abriu o caminho para uma finalidade x, o que pode ser questionado ou negado é a relação final estabelecida pelo *para_que* que introduz a subordinada. Também aqui, mudando a ordem, mudam os pressupostos.

Para que se elimine um sistema x a Comissão abriu o caminho em que "A Comissão abriu caminho" passa a *posto*.

Já vimos que essa conjunção *para_que*, dependendo da situação de enunciação, poderá ser coordenativa ou subordinativa. A negação e pergunta podem incidir sobre a frase como um todo e também sobre apenas uma das orações. Esta conjunção não especifica a característica da dependência ou da não dependência. Esta característica se dá segundo as circunstâncias de cada enunciação; isto explica as diferentes possibilidades de interpretação das construções com *para_que*, conforme ilustramos com os

casos acima. Essas construções com *para_que* reforçam nossa hipótese de que a identificação de pressupostos está ligada à questão da subordinação. Conforme se apresenta a frase como um todo, comportando-se por exemplo, a construção com *para_que* como subordinada, é possível a identificação dos dois estatutos na significação: posto/pressuposto, e portanto, hierarquização de informação.

Voltemos ao texto (A), "Operação Allende", para mais um exercício de reflexão quanto à alteração da ordem das orações. No 3º parágrafo do texto lemos o que segue:

"O ex-ministro Delfim Netto acerta quando diz que o tabelamento vai acabar como escola de samba..."

Logo: (1) O ex-ministro D.N. acerta quando diz x

*Pede-se que os alunos comparem com:

(2) Quando diz X o ex-ministro D.N. acerta.

(3) Quando o ex-ministro D.N. diz X, acerta.

*Podemos perguntar: qual a diferença entre (1) e (2)? Há mudança de sentido com a alteração da ordem?

Em (1), há ambiguidade. Podemos ter duas interpretações:

- o ex-ministro D.N. acerta = pressuposto

- o ex-ministro D.N. acerta = posto

Com a alteração da ordem da subordinada - (2) e (3) -, desfazemos a ambiguidade:

*o ex-ministro D.N. acerta = posto

e a subordinada expressa o pressuposto: "o ex-ministro diz X".

Quanto à diferença entre (2) e (3), podemos recorrer à regra de processamento textual que diz que, quando o sujeito da subordinada anteposta vem apagado, interprete-se como sendo o mesmo da principal. Numa frase como:

(a) Ao sair de casa, o João estava triste

pela regra acima, deveríamos interpretar como sujeito de "ao sair de casa": João. Mas o sujeito poderia ser eu. Logo, (a) acima é frase ambígua. Para evitar ambiguidade, coloca-se o sujeito de forma explícita na subordinada anteposta:

(b) Quando saí de casa, o João estava triste.

(c) Ao sairmos de casa, o João estava triste.

Se o sujeito for o mesmo, não há necessidade de explicitá-lo na oração subordinada anteposta, porém, se o fizermos, ou seja, se explicitamos o sujeito já na subordinada, ele ganha ênfase. É o que acontece em (3). Logo, comparando (2) e (3), nesta última, o sujeito se apresenta em destaque.

O exposto nos permite dizer que a alteração da ordem das orações na frase, bem como de posição de certos elementos dentro da oração tem implicações na organização das frase, nos efeitos

de sentido, na relação Tópico/Comentário, nos pressupostas.

Muitas reflexões poderiam ainda ser feitas, como confronto nominalização/subordinação/infinitivo. Por exemplo, no final do 2º parágrafo do texto (A) temos:

... assunto para investigação

poderíamos pedir aos alunos que confrontassem com:

para investigar

assunto

para que seja investigado

Com a nominalização temos ausência de sujeito; a subordinada geralmente mantém o sujeito, o verbo conjugado. Nessas construções podemos ter equivalência de função, mas os efeitos de sentido podem ser diferentes, no texto.

Vamos, assim, levando o aluno a perceber que as alterações de processos de construção (subordinação/coordenação), alterações da ordem das orações, anteposições etc. mudam não só a relevância de certas informações, como também afetam a coerência e coesão do texto, a sua progressão temática. Sabemos que é condição de coerência a retomada de coisas que já foram apresentadas no texto ou que estão no universo cognitivo dos interlocutores. Isto é possível com o uso de subordinadas, logo a escolha delas bem como a da ordem na frase têm implicações no texto.

3.1.3 Especificidade dos textos

Em termos da organização do texto, da organização das frases podemos apontar algumas características a respeito da especificidade de cada texto. Os artigos de jornal em questão, (A) e (B), podem apresentar predomínio de frases complexas, abundância de subordinadas, estas contribuindo para a apresentação de informações em planos diferentes em termos de relevância.

Após levantamento dos tipos de construção, análise das subordinadas articulando-as com a noção de pressuposição, podemos visualizar num texto que tipo de informações são apresentadas como postas e quais os pressupostos. Portanto, um exercício final a partir de um texto poderia ser este, identificação de subordinadas e sua articulação com postos e pressupostos. Exemplificando, através do texto (A), "Operação Allende", podemos ter:

Posto

O governo federal está vendo parte de seus esforços frustrados por movimentos hostis.

O primeiro (movimento hostil) é a sonegação maciça de gêneros

A carne desapareceu

Com o leite se dá o mesmo

O outro ... preço dos imóveis.

A classe média não pode ... apartamento.

O tabelamento já deixou de existir

E há a operação Allende

Allende foi derrubado por...

Esse tipo de gente pode derrubar o ministro (Funaro)
deixando faltar tudo ou cobrando tão caro

Subordinadas/Hierarquização/Pressupostos

que produziu o Pacote Cruzado ...
outros, concebidos na área ... fi-
nanceira.

Relação hierárquica —————>
com outra oração na frase.

de que necessitam as mães lactan-
tes e as crianças

(condição pressuposta —————>
para o aumento do aluguel)

o inquilino sai (o proprietário
deseja um preço X
(casa ou apart.) cobrados a preço
de ouro.

Houve período de escassez → após um período de escassez gene-
 ralizada,
 os adversários políticos → fabricada pelos adversários polí-
 a frabricaram ticos
 Detalhe → que ninguém pode comprar

Por esse levantamento de postos, pressupostos, de subordi-
 nadas que estabelem, pela própria condição de subordinada, uma
 relação hierárquica com outra oração, mas apresentam informação
 no nível do posto (é o caso das relativas explicativas), vemos
 desenhar o esqueleto do texto, constituído pelos fatos essen-
 ciais. Isto facilita, por outro lado, a tarefa de resumo.

Através desses dois textos demos uma pequena mostra de como
 é possível uma abordagem das construções subordinadas através de
 manipulações e análises comparativas, através das quais os alu-
 nos não só se familiarizam com as construções subordinadas como
 também exercitam a produção escrita, o uso das subordinadas,
 desenvolvem a capacidade de reflexão e compreensão de texto, de
 percepção dos efeitos de sentido que podem produzir de acordo
 com as escolhas sintáticas.

3.2 A subordinação no Texto Narrativo

TEXID_C

... "Vendo esta manobra, os caçadores do Rei soltaram terríveis gritos para advertir seu chefe; depois, após terem atirado sobre os "Contre-Chouans" com a felicidade que têm os caçadores, eles tentaram ganhar a frente deles; mas estes subiram corajosamente o tapume que servia de proteção a seus inimigos e aí travaram uma sangrenta batalha. Os "Chouans" pegaram então o caminho que margeava o campo no recinto do qual esta cena aconteceu, e apoderaram das alturas que Hulot tinha cometido a falta de abandonar. Antes que os "Bleus" tivessem tempo de se reconhecer, os "Chouans" tinham tomado por esconderijo as fendas que formavam as bordas destes rochedos ao abrigo dos quais eles podiam atirar sem perigo sobre os soldados de Hulot, se estes fizessem qualquer demonstração de querer vir combatê-los aí. Enquanto que Hulot, seguido por alguns soldados, ia lentamente em direção ao pequeno bosque para nele procurar Gudin, os Fougereais ficaram para se livrar dos 'chouans' mortos e acabar com os vivos.

(Balzac)(1)

Trata-se de uma passagem do romance de Balzac: *Les Chouans*. é um texto narrativo, cuja ação se desenrola em 1799. O episódio acima refere-se à luta entre "Bleues" (soldados republicanos) e os "Chouans" (partidários da Monarquia); Hulot é um dos chefes dos "Bleus".

*Propomos que os alunos façam um levantamento das subordinadas que aparecem no texto (C) e verifiquem que tipo delas predomina.

Os alunos verificarão que há ocorrência de subordinadas circunstanciais e relativas. Como se trata de um texto cujo centro são ações que se desenrolam no tempo, é oportuno que o professor leve os alunos a refletirem sobre o papel da circunstancial. É através desse tipo de subordinada e de advérbios que o autor expressa o quando, o onde, o porquê, as consequências, as finalidades das ações. Exemplos:

"vendo esta manobra..."

"para advertir seu chefe"

"depois após terem atirado..."

"Antes que os 'bleus' tivessem tido tempo..."

"se estes fizessem..."

*Quanto ao emprego das relativas, neste texto (C), o que poderiam dizer os alunos? Contêm elas um pressuposto?

Observamos as seguintes passagens do texto (C):

... pegaram o caminho que Margasava o campo

... no qual esta cena aconteceu

... que Hulot tinha cometido a falha de abandonar

O que se espera é que os alunos percebam que as relativas expressam sob forma de pressupostos elementos descritivos, o que permite centrar o interesse sobre a narração. Logo, temos um exemplo através do qual se mostra em que medida, por meio da subordinada, o recurso à pressuposição permite hierarquizar a informação e centrar o interesse sobre a ação num texto narrativo.

Um trecho anterior do mesmo texto (C), trecho este não apresentado aqui, diz o seguinte: "...os Chouans estão protegidos atrás de um tapume...". Esta informação fornecida anteriormente só poderia ser retomada no mesmo texto como pressuposto e, ao reintroduzir uma informação já conhecida, assegura a coesão do texto. Verificamos isto na frase:

...o tapume que servia de proteção a seus inimigos...

em que a relativa retoma, como pressuposto, a informação fornecida anteriormente no mesmo texto: os chouans estão protegidos atrás de um tapume.

Observemos, agora, o trecho:

"após terem atirado nos "Contre-Chouans" ..., tentaram ganhar a frente deles ..."

*Perguntaríamos aos alunos: quantas informações sobre os atos dos caçadores do rei há nesta frase? Qual delas constitui um pressuposto? Trata-se de uma informação já conhecida do leitor? Comparar com:

... eles atiraram nos "Contre-Chouans" ... depois tentaram ganhar a frente deles.

*Agora as informações ficam no mesmo plano; acontece o mesmo no texto?

1. "Antes que os "Bleus" tivessem tempo de se reconhecer, os 'Chouans' tinham tomado por esconderijo as fendas ..."
2. "Enquanto que Hulot ia lentamente em direção ao pequeno bosque ... os Fougerais ficaram ..."

*As duas frases acima contêm subordinadas circunstanciais temporais: pede-se que sejam identificados os pressupostos de cada uma delas. Perguntas que poderiam ser feitas: pode-se exprimir a mesma coisa que em (1) de outra forma? Qual a relação temporal entre as ações em (1) e em (2)? Quais as implicações se transformarmos (1) e (2) de modo que cada uma tenha duas frases simples? E se invertermos a ordem das subordinadas?

A partir disso, uma série de reflexões por nós já feitas teriam lugar aqui. Mais uma vez poderíamos enfatizar o fato de que, com frases simples, as informações ficam postas, apresentadas no mesmo plano; com subordinada, podemos ter informação pressuposta, apresentada como conhecida e sobre a qual não se questiona, trata-se de apresentar as informações em planos diferentes. Por exemplo:

Enquanto que Hulot ia... (informação pressuposta)	os Fougerais ficaram (informação posta)
menos evidência	mais evidência

é importante chamar a atenção para as implicações quanto à mudança da ordem das subordinadas, ou ainda mudança de ordem das orações na frase, por exemplo:

Enquanto que os Fougerais ficaram ... Hulot ia ...

e

Hulot ia ... enquanto que os Fougeirais ficaram ...

Percebemos que mudam os pressupostos, logo o sentido não permanece o mesmo com a mudança da ordem.

Como vemos, há uma grande variedade de manipulações que podem ser feitas. O objetivo é sempre o mesmo; observar o papel da subordinada no texto, a importância da análise das relações estabelecidas entre as orações, as frases, como se dão conforme o tipo de texto, que tipo de construção o marca ou ainda que tipo de construção leva o autor a atingir melhor seus objetivos. No texto narrativo, vimos a relevância das circunstanciais e relativas.

3.3. A subordinação no Texto Descritivo

TEXIDLO

Um Domingo

Paulo Mendes Campos

Diante da Lagoa Rodrigo de Freitas, eu nada tinha a fazer, nem a pensar, nem a sofrer. Era domingo. Reconhecia as coisas. A cor da água, que parece olho, baço, a cor da relva, a cor do eucalipto, a cor do firmamento, que era uma cor de líquido azul. Estava sentado com os olhos abertos, num banco de pedra.

É bom que um homem, vez por outra, deixe o litoral misterioso e grande, querendo contemplar uma lagoa. O mar, este é terrível e resiste à nossa sede com seu sal profundo. Sim, são belas as palavras do mar: hipocampo, sargaço, calmaria. Oceanus. No entanto, uma lagoa, muda e fechada, compreende as nossas pequeninas desventuras, o efêmero que nos fere. Nenhum poeta seria tonto a tal ponto de escrever ao lago uma epopéia, uma saga, Nele podemos esquecer apenas os nossos naufrágios.

O domingo se aquietara, quando passou zunindo um automóvel vermelho. O ar continha cubos translúcidos e dentro deles revoavam urubus. São as aves mais feias do céu mas têm um belo vôo alçado e tranquilo.

Um pequeno barco a vela seguia o caminho invisível do vento. Depois, surgiram outros barcos, todos brancos e silenciosos. Acrescento que nada mais bonito existe do que um barco a

vela. E havia também as casas dos pobres do outro lado, construções admiráveis, no ar.

O sol foi acabando. Levantei-me do banco e fui embora. Pensando: há domingos que cheiram a claustrros brunidos pelo esforço dos noviços. Aquele, entretanto, tinha um perfume de outono.

(Do livro Quadrante, 2a. ed., Rio, 1962, págs. 95-97)

Trata-se de um texto descritivo cujo primeiro parágrafo nos apresenta o autor diante do domingo. No segundo parágrafo, o autor faz uma comparação entre mar e lagoa, no terceiro e no quarto, descreve elementos da paisagem e, no quinto, apresenta suas conclusões sobre o domingo.

3.3.1 Constituição do texto

*Sugerimos, como já o fizemos em outro texto, um levantamento dos tipos de construção que constituem o texto acima. Isto levará à conclusão de que, agora, o predomínio é de frases simples ou frases com orações coordenadas.

*Mais uma vez sugerimos a produção, por parte do aluno, de versões diferentes para serem comparadas com a original; proporemos algumas, a seguir, correspondentes a algumas passagens do texto.

Do 1º parágrafo:

1. Diante da Lagoa Rodrigo de Freitas, eu nada tinha a fazer, nem a pensar, nem a sofrer. Era domingo. Reconhecia as coisas... Estava sentado com os olhos abertos, num banco de pedra.

2. Eu estava sentado num banco de pedra, diante da lagoa Rodrigo de Freitas, porque era domingo e nada tinha a fazer, nem a pensar, nem a sofrer.

A versão (1) é a do texto, a versão (2) é a proposta por nós. De imediato, percebemos que, em (2), certas informações relevantes para o destinatário, em se tratando de uma descrição, perdem a ênfase que têm em (1). Por exemplo, é nítida a diferença de efeito de sentido entre:

(1) ... nem a sofrer. Era domingo. Reconhecia as coisas..

(2) ... R. de Freitas, porque era domingo e nada tinha a fazer...

Em (1), numa frase simples, tendo como conteúdo uma única oração, fica em destaque a informação do tempo: era domingo; em (2), a frase que contém essa informação apresenta-a juntamente com outras, e a informação de que era domingo é expressa como a causa de algo, em plano de menor destaque relativamente à construção (1), em que está no plano do posto e constituindo uma oração única. No 1º parágrafo do texto (representado por (1) acima), o autor consegue chamar a atenção para os elementos fundamentais que constituem o quadro da descrição: localização no espaço: lagoa_Rodrigo_de_Freitas; no tempo: domingo; elemento significativo da paisagem: cor.

Do 3º e 4º parágrafos do texto:

- (3) "O ar continha cubos translúcidos e dentro deles revoavam urubus. São as aves mais feias do céu mas têm um belo vôo alçado e tranquilo".
- (4) O ar continha ... urubus que são as aves mais feias ...
- (5) ... E havia também as casas dos pobres do outro lado, construções admiráveis, no ar.
- (6) ... E havia também as casas dos pobres do outro lado, que são construções admiráveis, no ar.

As frases (3) e (5) são originais do texto, as frases (4) e (6) são propostas por nós.

Em (3) e (5) as informações se apresentam no mesmo plano, o autor dá a elas a mesma importância. Já em (4) e (6), há hierarquização da informação, as subordinadas relativas fazem com que a informação expressa por elas fique num plano diferente (independentemente da noção de pressuposto), pela própria natureza da construção que se caracteriza por uma relação hierárquica com a oração anterior. Em outros termos, as informações sobre urubus e sobre as casas dos pobres adquirem importância secundária em (4) e (6) se comparadas com (3) e (5).

Se parágrafo

- (7) "O sol foi acabando. Levantei-me do banco e fui embora".
- (8) Levantei-me do banco e fui embora, já que o sol foi acabando.

(9) Já que o sol foi acabando, levantei-me do banco e fui embora.

(10) Porque o sol foi acabando, levantei-me do banco e fui embora.

(11) Levantei-me do banco e fui embora, porque o sol foi acabando.

(7) contém o original do texto. (8), (9), (10) e (11) foram propostas por nós.

"O sol foi acabando", numa frase simples, como em (7), torna-se enfático, o autor evidencia, dessa forma, o final do domingo para, em seguida, dizer o que pensa sobre os domingos e aquele em especial. Em (7), o sol foi acabando é apresentado como um fato e em (8), (9), (10) e (11) é apresentado como causa de outros fatos, das ações: "levantei-me do banco e fui embora". Além dessa diferença, há as implicações de sentido em relação ao uso das conjunções já que e porque, que não são sinônimas (2). Observamos também que nas nossas versões, "o sol foi acabando" deixa de ocupar a posição de tópico do parágrafo, a partir do qual prossegue o texto, e isto vai interferir na progressão temática.

As frases (8), (9), (10) e (11) permitem também que se proceda às reflexões por nós já sugeridas a respeito da ordem das orações, ambiguidade, informação posta e pressuposta.

Afirmamos no início deste item que, neste texto, predominam frases simples ou frases com orações coordenadas. As versões por nós propostas, com orações subordinadas permitem ao aluno não só um reforço quanto ao estudo das subordinadas, como a percepção do efeito delas num texto descritivo.

2.3.2 Organização das Frases

Ao focalizarmos a constituição geral do texto quanto aos tipos de construção que nele aparecem, de certa forma já adiantamos algumas considerações que também dizem respeito à organização das frases. Por exemplo, constatamos que predominam frases simples, orações coordenadas, isto faz com que as frases estejam organizadas com ausência de hierarquização de informações. Estas são apresentadas no mesmo plano:

1º parágrafo: Diante da lagoa R.F. eu nada tinha a fazer...

Era domingo.

Estava sentado num barco de pedra.

Reconhecia as coisas.

As duas únicas subordinadas que aparecem nesse parágrafo são relativas explicativas, as quais apresentam marcas da presença do enunciador ao expressarem comentário dele a respeito da cor da água e do firmamento. Apesar da condição de subordinadas, essas relativas explicativas, conforme já comentamos, possibilitam que a informação por elas expressa se apresente no estatuto do posto.

*Propomos, como ponto de partida para mais uma reflexão a respeito da organização das frases, a seguinte pergunta: é possível mudar a ordem da subordinada circunstancial temporal do 3º parágrafo? O que acontece se iniciarmos o parágrafo com ela?

O aluno poderá observar que, neste texto, essa mudança de ordem não é possível. Além de causar estranheza de sentido, este fica alterado quanto aos pressupostos:

(12) "O domingo se aquietara, quando passou zunindo um automóvel vermelho". (versão original do texto)

(13) Quando passou zunindo um automóvel vermelho, o domingo se aquietara.

Em (12), "o domingo se aquietara" é o ponto de partida, o Tópico para o Comentário "quando passou zunindo um automóvel vermelho", como a dizer que "o domingo estava silencioso e seu silêncio foi quebrado com a passagem do automóvel". A mudança da ordem altera também a coerência do texto. O autor começa-o falando do domingo, faz um parênteses no 2º parágrafo, quando compara mar e lagoa, no 3º parágrafo retoma o tema do domingo, através da construção (12). Não haveria esse efeito de retomada com a versão (13).

3.3.3 Especificidade do texto

O exposto permite que possamos dizer aos alunos que a maior presença de coordenação é uma especificidade de textos descritivos como este texto (D). Os elementos descritivos são todos relevantes para a descrição do quadro, objetivo da descrição. Logo trata-se de um texto oposto ao (C), narrativo, em que os elementos descritivos eram secundários, e o fato, as ações eram o objetivo central. No texto narrativo, os elementos descritti-

vos entraram em segundo plano; aqui, no descritivo, são relevantes, entram em 1º plano. Daí obter-se maior eficácia com coordenadas que com subordinadas. Essas observações podem-se ligar a uma análise estilística, ou seja, aos tipos de construção como marca de estilo de acordo com o tipo de texto, de acordo com as intenções do autor.

3.4 A Subordinação no Texto Argumentativo

TEXID_(E)

"Ninguém entende de Humor"

A dificuldade da compreensão do que seja Humor decorre muito da origem da palavra, de suas transformações semânticas, significando quase sempre, à primeira vista, coisas muito próximas umas das outras. A origem da palavra é latina, Humor,oris (quem sabe, da terceira declinação) e era todo o centro da velha medicina, desde Hipócrates, passando por Galeno, até os alquimistas da Idade Média. Eles acreditavam que o organismo do homem era regido por humores (fluidos orgânicos) que percorriam - ou apenas existiam - em maior ou menor intensidade em nosso corpo. Eram quatro os humores: o sangue, a fleuma (secreção pulmonar), a bile amarela e a bile negra. E eram também, estes quatro fluidos ligados aos quatro elementos fundamentais: ao Ar (seco), à Água (úmido), ao Fogo (quente) e à Terra (frio), respectivamente. A predominância acentuada de um deles determinaria o homem sanguíneo, o fleumático, o colérico ou o melancóli-

co. Como forma de exteriorização dos temperamentos regidos pelos fluidos orgânicos, coube ao colérico o esgar, ao sanguíneo a apoplexia, ao melancólico a lágrima e ao fleumático o sorriso amarelo.

Quando eu disse que essa teoria fazia parte da velha medicina, remeti a crença para muito longe, mas olha que ela durou ... Tanto que muitos dicionários e enciclopédias que andam por aí ainda definem humorista como o médico atualmente da Escola de Galeno, especialista que acredita "que a predominância normal de um dos humores é a causa de todas as doenças". A palavra humor, contudo, quanto ao seu significado primeiro em Latim, continua a mesma. O sangue, a bÍlis, o pus (oh, o pus!) são humores. A lágrima também...

Já que a crença de que eram os humores que determinavam os temperamentos durou tanto, é fácil de se entender que:

1. quem tinha humores mais agradáveis, menos malignos era um cara de bom-humor;
2. o camarada que tivesse humores coléricos em predominância, seria um tipo de mau-humor;
3. o indivíduo que tivesse seus humores todos muito bem balanceados, seria um bem-humorado;
4. ao contrário, um que não tivesse tudo posto em equilíbrio no corpo (e na cuca), seria um mal-humorado; e finalmente.
5. o que tivesse a noção dos humores em seu corpo, a capacidade de equilibrá-los por si mesmo e - em consequência - a noção e o sentido das coisas em sua volta, este teria o senso dos humores ou, em outras palavras - e outra língua - the sense of humour!

(Ziraido, "Ninguém entende de Humor", in Revista Vozes, nº 3, Abril, 1970)

Muitas das manipulações já sugeridas podem ser aplicadas a este texto. Procuraremos ser mais sucintos e abordar o que mais nos chama a atenção relativamente ao emprego da subordinada neste texto, para evitar que nos tornemos repetitivos.

Propomos que se observem as construções que predominam no 1º parágrafo.

Neste 1º parágrafo, o autor apresenta a origem da palavra humor, usando sobretudo coordenadas e frases simples. As informações são apresentadas, portanto, no mesmo plano de interesse.

Chamamos a atenção para as subordinadas que iniciam o 2º e 3º parágrafos. O que aconteceria se mudássemos a ordem das orações? Qual o papel dessas subordinadas no texto?

A subordinada circunstancial que inicia o 2º parágrafo retoma e resume o 1º. Por isso, ela é fator importante de coesão e coerência. A informação: "disse que essa teoria fazia parte da velha medicina" já fora apresentada no parágrafo anterior e não poderia, agora, ser retomada a não ser na forma de pressuposto que, justamente, liga o 2º parágrafo ao 1º.

A construção inicial do 3º parágrafo com já que retoma e sintetiza o 1º e o 2º parágrafos: novamente a subordinação como fator responsável pela coesão e coerência. Além disso, gostaríamos de lembrar que aqui seria oportuno refletir com os alunos a respeito da força persuasiva do já que. (3)

Neste texto fica evidente que, se alterarmos a ordem das orações subordinadas, vamos interferir diretamente na coerência

do texto, na sua progressão temática. Isto pode ser verificado, tentando versões diferentes, tarefa que, relativamente a este texto, apenas deixaremos como sugestão.

Nosso objetivo, ao incluirmos o texto de Ziraldo, foi apenas ilustrar mais uma vez a importância das escolhas sintáticas (coordenação, subordinação, conjunção) na organização textual, o efeito que dão ao texto as construções que iniciam o 2º e o 3º parágrafos, por exemplo. Mais uma vez a subordinação aparece como fator relevante de coerência, de condensação e hierarquização de informações, permitindo o jogo posto/pressuposto. Ziraldo, ao afirmar no texto (início do 2º parágrafo):

Quando eu disse que essa teoria fazia parte da velha medicina, remeti a crença para muito longe...

não só retoma todo o parágrafo anterior através da subordinada circunstancial, como rerepresenta e reafirma, na forma de pressuposto, fora de questionamento, a informação de que "essa teoria fazia parte da velha medicina".

Quanto à especificidade do texto, podemos dizer que é argumentativo, embora a argumentatividade esteja presente sempre. Dizer que um texto é argumentativo é uma questão de gradação; a argumentação pode estar menos explícita, caso em que os textos costumam ser chamados de dissertativos e mais explícita, como no texto acima. Neste caso, predominam operadores argumentativos, logo coordenação. A subordinação apareceu pouco, e quando ocorreu mostrou-se fator relevante de coerência, condensação e hierarquização de informações.

NOTAS

1. Este texto foi extraído de Combettes et alii (1980), 3a., p.6.
2. Cf. p. 147-149 deste trabalho.
3. Cf. p. 147-149 deste trabalho.

CONCLUSÃO

Consideramos, no nosso trabalho, dois tipos gerais de subordinadas: de um lado as completivas, cujo emprego é limitado pela língua, pelo léxico, que dirige a escolha delas, sendo assim, um domínio onde há restrições impostas pela Gramática; de outro lado, as subordinadas circunstanciais e relativas cujo emprego tem a ver com escolhas discursivas, portanto com a organização textual.

Como nossa abordagem da subordinação propõe um estudo da frase no texto, focalizamos em especial as subordinadas circunstanciais e alguns aspectos das relativas, ligando essas construções subordinadas à noção de pressuposição, o que, a nosso ver, é apenas um caminho possível que leva à articulação sintaxe/discurso no estudo da subordinação e, conseqüentemente, a reflexões sobre a língua. Por isso, e pela própria natureza ambígua de certas construções, em alguns momentos, nossas discussões e análises se detiveram na questão dos pressupostos, não que a pressuposição fosse a nossa tônica. Pretendemos usá-la apenas como meio para mostrar o papel da subordinação na organização discursiva e a importância de uma abordagem nessa perspectiva, o que nos permitiu algumas conclusões:

a) No nível da frase

- a subordinada circunstancial, quando expressa um pressuposto, fica livre de questionamento e contestação, a informação é apresentada como conhecida e admitida pelo interlocutor;
- a diferença entre certas conjunções subordinativas apresentadas de modo geral, como equivalentes, pode ser comprovada através da identificação de pressupostos;
- a noção de pressuposição pode ser um critério mais adequado para melhor compreensão da distinção subordinada relativa restritiva/explicativa;
- a subordinada circunstancial no início da frase, sob a forma enfática (é que) realça o caráter posto da relação;
- a ordem é um recurso sintático que permite eliminar ambigüidade de certas circunstanciais quanto à pressuposição.

b) No nível do texto

- a escolha de um ou de outro processo de construção sintática, ou seja, de coordenação ou subordinação tem a ver com efeitos de estilo e com marcas de especificidade de um texto;
- a escolha de uma subordinada circunstancial não é arbitrária já que, como meio de expressão de pressupostos, participa da construção textual;

- a escolha entre uma subordinada relativa restritiva ou explicativa revela intenções do emissor, já que a explicativa, geralmente, marca a presença deste.
- a informação pressuposta fica fora de contestação, uma vez que não suporta interrogação ou negação;
- a introdução de uma informação apresentada como se fosse conhecida faz com que lhe seja dada menor relevância que à informação posta; este mesmo fato pode ser estratégico para apresentar uma informação que não se queira expor à discussão e contestação (hierarquização da informação);
- a hierarquização da informação é possível por meio de subordinadas circunstanciais e relativas pelo recurso à pressuposição, cabendo, geralmente, ao posto maior relevância que ao pressuposto, no sentido de uma informação que se expõe à discussão, podendo ser aceita ou negada; por outro lado, pode-se interpretar como cabendo ao pressuposto a informação à qual o emissor dá maior importância, ou um argumento que ele não queira, justamente por sua relevância, que seja exposto à contestação, então, o apresenta como conhecido e aceito, fora de discussão. Embora alguns autores, por exemplo, Combettes et alii (1980) atribuam ao posto a informação principal e ao pressuposto a secundária, preferimos apenas admitir uma hierarquização no sentido de dois planos em que a informação se apresenta, planos estes de estatutos diferentes. Dependendo

do contexto linguístico, da situação de comunicação, poderíamos admitir o estatuto de principal para o posto e de secundário, para o pressuposto. Mesmo assim, preferimos os termos maior relevância (posto) e menor relevância (pressuposto) mesmo porque, quanto à organização textual, os pressupostos são fator de coesão e coerência, pois a partir deles progride o texto, daí ser problemático ligar a idéia de secundário ao pressuposto.

- a ordem das subordinadas circunstanciais na construção do texto não é indiferente, uma vez que, com a mudança de ordem, a principal adquire valor de comentário, portanto estatuto do Posto;
- a retomada, sob forma de pressuposto, de uma informação que se sabe conhecida do leitor faz com que a subordinada estabeleça ligações entre frases, parágrafos, entre texto e contexto exterior;
- a ocorrência de condensação de informações, o que contribui para a economia de expressão (uma trama, seja de filme, romance, além de postos, utiliza pressupostos para dar outras informações necessárias ao interlocutor; se estas se tornam postas, o texto fica longo demais e, por outro lado, precisaria explicitar os laços lógicos);
- as subordinadas relativas permitem centrar o interesse sobre a narração, introduzindo sob a forma de pressupostos os elementos descritivos (hierarquização da informação);

- a coesão e unidade do texto ficam asseguradas através da introdução de elementos já conhecidos, por meio das subordinadas circunstanciais e relativas.

Em resumo, uma abordagem alternativa das subordinadas num ensino que se queira integrado ao estudo do texto, que vá além da preocupação com o conceito de subordinadas, sua estrutura, em outras palavras, que inclua na abordagem sintática traços discursivos, com a finalidade de estudo da organização da expressão linguística além do nível da frase, leva a reflexões importantes e úteis quanto ao uso das subordinadas e, consequentemente, à produção e compreensão de texto.

Afirmamos na introdução a necessidade de unirmos teorias linguísticas e prática de ensino. Para isso, esperamos ter construído uma pequena ponte que leve ao professor de 1ª e 2ª graus uma série de reflexões e sugestões práticas de abordagem alternativa que permita mudança de postura frente ao uso e ensino da língua.

Nosso trabalho pára aqui, não termina. Continua a pesquisa, o esforço no sentido de encontrar soluções para os problemas relativos ao ensino do Português, ao menos no que diz respeito ao trabalho intelectual responsável do docente que partilha nossas preocupações com o ensino da língua materna.

Quicquid ad summum peruenit ab exitu prope est. Eripit se auferetque ex oculis perfecta uirtus, nec ultimum tempus expectant quae in primo maturuerunt (Ad Marciam, XXII, 3). (Ad Marciam, XXII, 3).

"Tudo que atinge a perfeição está próximo do fim. A virtude perfeita esquiva-se e foge dos nossos olhos, e as coisas que amadurecem depressa não esperam a estação seguinte"

BIBLIOGRAFIA

- SALLY, C. (1965). "Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée" in Linguistique générale et linguistique française. 4 ed. Bern, Editions F. Berne.
- BECHARA, E. (1975). Moderna Gramática Portuguesa. 19 ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional.
- BECHARA, L. et alii. (1982). Estudos de Linguagem. São Paulo, Comp. Ed. Nacional.
- BENVENISTE, E. (1976). Problemas de Linguística Geral. Trad. de M. da Glória Novak M.L. Neri, São Paulo, Comp. Ed. Nacional e Ed. da Universidade de São Paulo.
- BESSE, H. e PORQUIER, R. (1984) Grammaires et Didactiques des Langues. Paris, Hatier-Credif.
- BORBA, F. da S. (1972). Introdução aos Estudos Linguísticos. 3 ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional.
- CÂMARA Jr., J.M. (1969). Problemas de Linguística Descritiva. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- CARVALHO, J.G.H. de (1969). Estudos Linguísticos. Coimbra, Atlântida, vol. 2.
- CASTILHO, A. de. "Notas sobre o Tema no Português Falado Culto em São Paulo". Mimeografado, UNICAMP.
- CEGALLA, D.P. (1978) Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 19 ed. São Paulo, comp. Ed. Nacional.

- Português Fundamental, 5a., 6a., 7a., 8a. séries.
São Paulo, Comp. Ed. Nacional.
- CHARLIER, F.D. (1981). Bases de análise Lingüística. Trad. e Adap. de J.A. Peres. Coimbra, Livraria Almedina.
- CHAROLLES, M. (1980) "Quelques éléments pour une étude de la concession" Pratiques 28.
- CHEVALIER, J.C. (1979). "Analyse grammaticale et analyse logique: esquisse de la naissance d'un dispositif scolaire". Langue Française 41. Paris, Larousse.
- COMBETTES, B. (1975) "Quelques éléments pour une linguistique textuelle". Pratiques 6.
- (1977). "Ordre des éléments dans la phrase et linguistique du texte". Pratiques 13.
- COMBETTES, B. et alii (1980). Vers la Maîtrise de la Langue Col. Belloc, classe de 6e., 5e., 4e., 3e. Paris, Delagrave.
- (1980). Vers la Maîtrise de la Langue. Col. Belloc, Guide Pédagogique, classe de 6e., 5e., 4e., 3e., Paris, Delagrave.
- CUNHA, C. (1972). Gramática da Língua Portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro, MEC-FENAME.
- CUNHA, C. e CINTRA, F.L. (1985). Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira S.A.
- DIJK, V. (1977). Semiótica Narrativa Textual. São Paulo, Cultrix- Edusp.
- DUCROT, O. e TODOROV, T. (1972). Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage. Paris, Ed. Seuil.
- DUCROT, O. (1969). "Pressupposés et sous entendus". Langue Française 4.

- (1972). Dizer e não Dizer. Princípios de Semântica
Linguística. Trad. de C. Vogt, R. Ilari, R.A. Figueira. São
Paulo, Ed. Cultrix.
- FÁVERO, L.L. (1987). "O Processo de Coordenação e Subordinação:
Uma Proposta de Revisão in Linguística Aplicada ao Ensino de
Português. Série Novas Perspectivas 11. R.S. Mercado Aberto.
- FÁVERO, L.L. e Koch, I.G.V. (1983). Linguística Textual: Intre-
dução. Série Gramática Portuguesa na Pesquisa e no Ensino 9.
São Paulo, Cortez Ed.
- GALVES, C.C. "Enseignement de la lecture, conception du langage
et formation des professeurs". Comunicação no VI Congresso
da ABPUF, Fortaleza.
- GARCIA, O.M. (1972). Comunicação em Prosa Moderna. 2 ed. Rio de
Janeiro, Ed. Fund. Getúlio Vargas.
- GENDOUVRIER, E. e PEYTARD, J. (1974). Linguística e Ensino do
Português. Tradução de R. Ilari. Coimbra, Livraria Almedina.
- GERALDI, J.W. (1981) "Tópico - Comentário e Orientação Argumen-
tativa" in Sobre a Estruturação do Discurso. Campinas, UNI-
CAMP-IEL.
- GUIMARÃES, E.R.J. (1978). "Da Pressuposição em Linguística" Sé-
rie Estudos 4. Uberaba, Fac. Integradas de Uberaba.
- (1978a). "Foco e Pressuposição". Série Estu-
dos 4. Uberaba. Fac. Integradas de Uberaba.
- "Algumas Considerações sobre a Con-
junção Embora". Série Estudos 7. Uberaba, Fac. Integradas de
Uberaba.
- (1981). "Estratégias de Relação e Estrutura-
ção do Texto" in Sobre a Estruturação do Discurso. Campinas,
UNICAMP-IEL.

- (1987). *Texto e Argumentação - Um Estudo de Conjunções do Português*. Campinas, Pontes.
- HAUY, A.B. (1986). *Da Necessidade de Uma Gramática - Padrão da Língua Portuguesa*. 2. ed. Col. Ensaios 99. São Paulo, Ed. Ática.
- HENRY, P. (1975). "Constructions Relatives et Articulations Discursives". *Langages* 37. Paris, Didier-Larousse.
- HUOT, H. (1981). *Enseignement du Français et Linguistique*. Paris Armand Colin Ed.
- ILARI, R. (1985). *A Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes Ed. Ltda.
- KOCH, I.G.V. (1981). "Os Modificadores Circunstanciais na Gramática do Português" in *Estudos Linguísticos - Anais do Gel 4 - Araraquara, UNESP*.
- (1984). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez Ed.
- KOCH, I.G.V. e SOUZA E SILVA, M.C.P. (1986). *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*. 2 ed. São Paulo, Cortez Editora.
- LEDUC-ADINE, J.P. (1980). "De la Terminologie Grammaticale: quelques problemes théoriques et pratiques". *Langue Française* 47. Paris, Larousse.
- LUFT, C.P. (1985). *Língua e Liberdade*. Porto Alegre, RS. L&PM.
- MARCHELLO-NIZIA, C. (1979) "La notion de 'phrase' dans la grammaire". *Langue Française* 41. Paris, Larousse.
- MEKLER, I. (1982). "Pragmática e Causalidade". *Revista Brasileira de Linguística*, vol. 6, nº 1, Ano 5. Nova série, Duas cidades.
- MELO, G.C. de (1970). *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro, Acadêmica.

- MESERANI, S. e KATO, M. (1978). Linguagem: Criatividade. 5a., 6a., 7a., 8a. séries. São Paulo, Saraiva.
- NUNES, G.L. (1977). "Pressuposição, Subordinação, Discurso" in Revista Brasileira de Linguística, vol. 4, nº 1. Rio de Janeiro, Vozes.
- ORLANDI, E. (1983). A Linguagem e seu Funcionamento. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- (1983a). "Para quem é o Discurso Pedagógico?" Série Estudos 9. Uberaba, Fac. Integradas de Uberaba.
- (1984). "E Quando o Outro Somos Nós?" Mimeografado, Campinas, UNICAMP.
- (1984a). "Linguagem e Método". Mimeografado, Campinas, UNICAMP.
- PERINI, M.A. (1985). Para Uma Nova Gramática do Português. Série Princípios. São Paulo, Ed. Ática.
- PONTES, E. (1981). "Construções de Tópico em Língua Escrita" em Ensaio de Linguística nº 5. B. Horizonte.
- (1985). "Sujeito e Tópico do Discurso" in D.E.L.T.A., vol.1, nº 1 e 2. São Paulo, Educ.
- (1986). "A Noção de Tópico" in Sujeito: Da Sintaxe ao Discurso. Ensaio 125. São Paulo, Ed. Ática.
- (1987). O Tópico no Português do Brasil. São Paulo, Pontes.
- POSSENTI, S. (1981). "Discurso e Texto: Imagem e/de Constituição" in Sobre a Estruturação do Discurso. Campinas, UNICAMP-IEL.
- PRATES, M. (1984). Reflexão e Ação em Língua Portuguesa - 5a., 6a., 7a., 8a. séries. São Paulo, Ed. do Brasil.

- PRINCIPAUD, J.M. (1977). "Elaborer un Exercice de Grammaire".
Langue Française 38. Paris, Larousse.
- ROCHA LIMA, C.H. (1972). Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 15 ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed.
- ROULET, E. (1978) Théories Grammaticales. Descriptions et Enseignement des Langues. Paris, Nathan.
- SALOMÃO, M. (1978). "Implicação lógica e condicional linguístico: um estudo semântico" in Revista Brasileira de Linguística, vol. 5 nº 1. Rio de Janeiro, Vozes.
- VERGNAUD, J. (1980). "éléments de problématique pour une nomenclature, aujourd'hui". Langue Française 47. Paris, Larousse.
- VIGNER, G. (1975). Écrite et Coexalocce. Paris, Hachette.
- VOTRE, S.J. (1977). "Discurso e Sintaxe nos Textos de Iniciação à Leitura" in Linguística Aplicada ao Ensino de Português. Série Novas Perspectivas 11. Porto Alegre RS., Mercado Aberto.
- WIDDOWSON, H.G. (1978). "Le discours: Phrase, proposition et acte illocutionnaire" in Une Approche Communicative de L'Enseignement des Langues. Cap. 2. Paris, Hatier-Credif.